

JONATAN GOMES DOS SANTOS E SILVA

**Expressão de infância negada na obra de Carolina Maria de Jesus
(191?-1977)**

ASSIS

2021

JONATAN GOMES DOS SANTOS E SILVA

**Expressão de infância negada na obra de Carolina Maria de Jesus
(191?-1977)**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para a obtenção do título de Mestre em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade)

Orientador(a): Lúcia Helena Oliveira Silva

Co-orientador(a): Érika Cecília Soares Oliveira

Bolsista: Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 88882.432694/2019-01

ASSIS

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ana Cláudia Inocente Garcia - CRB 8/6887

S586e Silva, Jonatan Gomes dos Santos e
Expressão de infância negada na obra de Carolina Maria de
Jesus (191?-1977) / Jonatan Gomes dos Santos e Silva. Assis,
2021.
95 f. : il.

Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual Paulista
(UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientadora: Dra. Lúcia Helena Oliveira Silva
Coorientadora: Dra. Érika Cecília Soares Oliveira

1. Jesus, Carolina Maria de, 1914-1977. Diário de Bitita.
2. Jesus, Carolina Maria de, 1914-1977 - Infância e juventude.
3. Memória autobiográfica. 4. Negros - Condições sociais -
Brasil. 5. Escrivência. I. Título.

CDD 869.93



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Assis



CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: **Expressão de infância negada na obra de Carolina Maria de Jesus (191?-1977)**

AUTOR: JONATAN GOMES DOS SANTOS E SILVA

ORIENTADORA: LUCIA HELENA OLIVEIRA SILVA

COORDINADORA: ÉRIKA CECÍLIA SOARES OLIVEIRA

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Mestre em HISTÓRIA, área: História e Sociedade pela Comissão Examinadora:

Profa. Dra. LUCIA HELENA OLIVEIRA SILVA (Participação Virtual)
Departamento de História / UNESP/Assis

Profa. Dra. RÉGIA AGOSTINHO DA SILVA (Participação Virtual)
UFMA/São Luís

Profa. Dra. RAFFAELLA ANDREA FERNANDEZ (Participação Virtual)
UNILA/Foz do Iguaçu

Assis, 04 de junho de 2021

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Instituição que gratifico pela contribuição substancial para o desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço especialmente à minha mãe Jucelia Gomes dos Santos e Silva e ao meu pai Alvanir Joaquim da Silva por apoiarem, de todas as formas possíveis, minha trajetória acadêmica.

À professora Dra. Lúcia Helena Oliveira Silva, que acreditou no potencial do meu trabalho e me orientou com liberdade, apoiando minhas decisões.

À professora Dra. Érika Cecília Soares Oliveira (UFF), pela co-orientação competente, sua colaboração foi crucial para esta pesquisa, sou eternamente grato pela sua atenção, gentileza e paciência.

Sou igualmente grato às pesquisadoras do grupo de estudos Feminismo Subalterno (UFAL), Bruna Battistelli, Maria Laura Medeiros Bleinroth, Letícia Santos, Gislenny Alves e Julyanna Ribeiro. As discussões sobre nossas pesquisas elevaram não só a qualidade do meu texto, como me transformaram como pessoa.

Também agradeço à professora Dra. Raffaella Fernandez (PACC-UFRJ), pela motivação e por todo o suporte dado gentilmente durante a pesquisa. Sua dedicação à obra de Carolina de Jesus foi uma das minhas principais inspirações.

Ao professor Dr. Wilton Silva (UNESP), pelas críticas da banca de qualificação que aperfeiçoaram as análises efetivadas nessa pesquisa.

À professora Dra. Régia Agostinha da Silva (UFMA-São Luis), pela análise da pesquisa e pelos direcionamentos apontados, ampliando meu horizonte de possibilidades para os próximos passos.

Aos funcionários do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (CEDAP-Assis), sobretudo, Rodrigo Fukuhara e Carolina Monteiro, que sempre me atenderam bem e forneceram um excelente suporte às fontes.

À Muryel Papeschi, pelo formidável trabalho de revisão do texto.

À equipe da seção de pós-graduação da UNESP-Assis, pelo bom trabalho feito em época de pandemia.

Agradeço demasiadamente à minha companheira Ana Carolina Oliveira, por toda a força e motivação que me forneceu durante esses anos.

SILVA, Jonatan Gomes dos Santos. **Expressão de infância negada na obra de Carolina Maria de Jesus (191?-1977)**. 2021. 95 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História). – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2021.

RESUMO

A escritora Carolina Maria de Jesus (191?-1977) construiu um acervo literário composto por mais de cinco mil folhas, permeado por diversos gêneros, cujos textos foram escritos a partir da forte influência da oralidade e da memória, elaborando uma dicção que pode ser classificada como “poética de resíduos” (FERNADEZ, 2019). As suas experiências transmutadas em memória são o fio condutor de seus textos. Por estar fora de uma conjuntura hegemônica, emergindo de uma mulher negra e pobre, sua obra foi pensada como uma “escrevivência”, termo cunhado pela escritora Conceição Evaristo, que vai além de uma escrita autobiográfica, pois, mais do que uma necessidade de existência através da escrita, ele nos permite vislumbrar a resistência coletiva por trás do silenciamento de corpos negros. Para Carolina Maria de Jesus, o papel da infância é crucial nesse processo. Este destaque está atrelado à autorecuperação que a “escrevivência” promove. Ao expressar o seu eu-menina, ela reconstrói seu passado e presente sob uma nova ótica, podendo erguer sua voz, singular e coletivamente, nesse novo processo. Portanto, a pesquisa propõe a análise da expressão de infância da escritora Carolina Maria de Jesus a partir de suas narrativas datiloscritas, produzidas durante as décadas de 1960 e 1970, e microfilmadas pela Fundação da Biblioteca Nacional. O acesso a este material foi possível devido a uma cópia disponível no Centro de Documentação e Apoio a Pesquisa (CEDAP- Assis, SP). Além disso, a obra “Meu sonho é escrever...” (JESUS, 2018), também é utilizada, pois incorpora grande parte dessas narrativas datiloscritas, auxiliando na compreensão das páginas que estavam deterioradas. O recorte temporal segue a dupla temporalidade da “escrevivência” carolineana, isto é, o tempo rememorado e o tempo da escrita, o que contempla o período da década de 1910 a 1977. Assim, é possível lidar com a ordem flutuante estabelecida por Carolina de Jesus em seus textos e analisar sua expressão de infância.

Palavras-chave: Carolina Maria de Jesus. Bitita. Infância. Escrevivência. Memória.

SILVA, Jonatan Gomes dos Santos. **Expression of childhood denied in the texts of Carolina Maria de Jesus (191?-1977)**. 2021. 95 p. Dissertation (Masters in History). - São Paulo State University (UNESP), School of Sciences, Humanities and Languages, Assis, 2021.

ABSTRACT

The writer Carolina Maria de Jesus (191?-1977) built a literary collection composed of more than five thousand pages, permeated by different genres, whose texts were written based on the strong influence of orality and memory, developing a diction that can be classified as “poética de resíduos” (FERNANDEZ, 2019). Her experiences transmuted into memory are the guiding thread of her texts. For being outside of a hegemonic conjuncture, emerging from a poor black woman, her work was thought of as a “escrivência”, a term coined by Conceição Evaristo, which goes beyond an autobiographical writing, as it is more than a need for existence through from writing, it allows us to glimpse the collective resistance behind the silencing of black bodies. For Carolina Maria de Jesus, the role of childhood is crucial in this process. This highlight is linked to the self-recovery that “escrivência” promotes. By expressing her girl-self, she reconstructs her past and present under a new perspective, being able to raise her singular and collective voice in this new process. Therefore, the research proposes the analysis of the childhood expression of writer Carolina Maria de Jesus from her typewritten narratives, produced during the 1960s and 1970s, and microfilmed by the National Library Foundation. Access to this material was possible due to a copy available at the “Centro de Documentação e Apoio a Pesquisa” (CEDAP- Assis, SP). In addition, the work “Meu sonho é escrever...” (JESUS, 2018), is also used, as it incorporates a large part of these typewritten narratives, helping to understand the pages that were deteriorated. The time frame follows the double temporality of Caroline's “escrivência”, that is, the time recalled and the time of writing, which includes the period from the 1910s to 1977. Thus, it is possible to deal with the fluctuating order established by Carolina de Jesus in his texts and analyze his childhood expression.

KEYWORDS: Carolina Maria de Jesus. Bitita. Childhood. Escrivência. Memory.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. VIVÊNCIAS E ESCRITA DE CAROLINA MARIA DE JESUS	14
1.1. “ESTA FAVELADA, CAROLINA MARIA DE JESUS, ESCREVEU UM LIVRO”	14
1.2. A “POÉTICA DE RESÍDUOS” DE CAROLINA DE JESUS	29
2. FONTES E TRAJETÓRIAS DOS DOCUMENTOS	40
3. ESCRIVIVÊNCIA CAROLINEANA: PARA ALÉM DO AUTOBIOGRÁFICO	53
4. EXPRESSÃO DE INFÂNCIA NEGADA ATRAVÉS DO DIÁLOGO ENTRE CAROLINA DE JESUS E BITITA	67
4.1. CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA NO COMEÇO DO SÉCULO XX E SUA IMPLANTAÇÃO NA LÓGICA DE BRANQUEAMENTO	67
4.2. EXPRESSÃO DE INFÂNCIA CAROLINEANA E AS REDES DE RELAÇÕES EM TORNO DA SOBREVIVÊNCIA INFANTIL	73
CONCLUSÃO	88
REFERÊNCIAS	91

INTRODUÇÃO

Meu primeiro contato com Carolina de Jesus ocorreu apenas em 2016, no meu quarto ano de graduação. Infelizmente, não foi pelo programa de História, embora a minha orientadora, Lúcia Helena de Oliveira Silva, responsável pela disciplina de História da África, tenha o hábito de pedir a resenha de um dos livros de Carolina a seus alunos, revezando com outras autoras e autores negros que ainda têm pouco espaço dentro dos muros da academia. Assim, minha primeira leitura foi através de um empréstimo feito por uma amiga: *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, o livro mais conhecido da escritora favelada que foi esquecida. Ela me apresentou a obra como sendo de uma escritora preta favelada que escrevera na década de 1960. A combinação escritora preta e favelada já seria o suficiente para chamar minha atenção, mas ter publicado, com estrondoso sucesso, em 1960, tornava a situação ainda mais incrível por pelo menos dois pontos: primeiro, a grande barreira quebrada por uma mulher negra favelada ao conseguir publicar, num período tão difícil, até mesmo para as mulheres brancas. O segundo ponto é a surpresa de ter descoberto a escritora somente com 21 anos e no final da minha graduação.

Quando começou minha investigação pela obra da escritora, percebi que poucas pessoas sabiam de sua existência, menor ainda eram as que tinham lido algum texto seu. Mesmo tendo uma trajetória literária extraordinária, e ainda sendo reconhecida internacionalmente, o processo de esquecimento de Carolina no Brasil foi muito intenso, mas essa situação está se alterando. A propósito, ela era mineira, nasceu na pequena cidade de Sacramento, na região do Triângulo Mineiro. É impossível precisar a sua data de nascimento, elas variam conforme o texto. Ter essa informação de maneira precisa, no começo do século passado, poderia ser considerado um luxo para poucos, afinal, ter registro em cartório era uma prática impedida a população negra da cidade, sendo uma das permanências do passado escravocrata (FERNANDEZ, 2019, p. 7). Contudo, 1914 foi o ano adotado pelos editores e mídias de informação. Sacramento tinha relações econômicas muito fortes com o Estado de São Paulo por causa de uma questão geográfica, a proximidade, e de uma questão econômica, a produção de café. Era mais rápido chegar à capital paulista do que à mineira, por exemplo.

Em sua cidade natal, Carolina pôde cursar apenas dois anos do ensino primário, que foram interrompidos pela necessidade de migração. Conforme os anos passavam e a andança em busca de garantir a sobrevivência continuava, a cidade de São Paulo se tornava cada vez mais atrativa. Ela ficava cada vez mais interessada por essa grande metrópole que, em

desenvolvimento, prometia trabalho e fartura, informação também garantida pelos jornais ou por amigas e viajantes que faziam propaganda da “cidade da possibilidade”. Em 1937, após percorrer por diferentes cidades em sua migração, Carolina conseguiu chegar à Estação da Luz e trabalhar como empregada doméstica, acompanhando uma família que se mudava para a capital. Quando não estava trabalhando em alguma casa, residia nos cortiços paulistanos. Com a mudança para a metrópole, Carolina edificou seu vínculo com a escrita, sendo um ato de resistência e subversão ao criar uma forma de orientação em meio ao caos do cotidiano. No entanto, poucos anos depois, em 1948, já estava no que nomeia como “quarto de despejo” paulistano, a favela. Ter engravidado foi crucial para essa mudança, pois não conseguia mais trabalhar e morar nas casas das famílias abastadas.

Se o nascer de Carolina de Jesus é incerto, o de sua primeira obra é bem datado e causou grande agitação na literatura, brasileira e internacional, a partir de 5 de maio de 1960. *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* retrata o seu cotidiano na Favela do Canindé, que estava situada às margens do rio Tietê, em São Paulo. Era catando materiais recicláveis que garantia sua sobrevivência e a dos seus três filhos, assim travava sua luta diária contra a fome, a miséria, o racismo e o machismo. Da catação também garantia os papéis e livros que já não eram mais desejados pela sociedade. Com retalhos literários, foi tecendo sua “poética de resíduos” (FERNANDEZ, 2019).

Apesar de desenvolver um repertório textual complexo, contemplando diversos gêneros literários como romance, poesia, peças teatrais, provérbios, contos, crônicas, cantora e compositora, pois gostava de compor suas canções, apenas os diários foram considerados dignos para o mercado editorial devido ao seu caráter testemunhal. O fato de uma mulher negra, favelada, catadora de materiais recicláveis, e com apenas dois anos de ensino, publicar um livro que mostrava as mazelas do Brasil num momento em que o desenvolvimento e a industrialização eram o carro-chefe do governo JK, resultou no sucesso de 10 mil cópias vendidas nos três primeiros dias de lançamento, superando escritores consagrados, como Jorge Amado.

Sucesso intenso, no entanto, que durou pouco. Carolina conseguiu realizar o sonho de sair da favela e residir numa casa de alvenaria, e a sua publicação seguinte, *Casa de Alvenaria* (1961), marca essa transição. A partir de então, a escritora passou a questionar as relações da elite cultural ao frequentar os principais salões do Brasil e qual seria o seu papel nesse meio, mas suas palavras já não eram tidas como interessantes fora da favela. Simultaneamente, ela não se encaixava em moldes que lhe eram impostos e era acusada de tentar imitar os padrões

da alta sociedade. Mesmo com a ascensão, ela continuava em seu não-lugar. Assim, gradativamente, a escritora perdeu espaço nas mídias, em meio a vários embates, e também nas editoras, ocorreu um processo de esquecimento que se intensifica com o início do regime militar. Ainda publicou o romance *Pedaços da Fome* em 1963 e o livro de *Provérbios*, talvez no mesmo ano, ou em 1964, contudo, esses livros não tiveram visibilidade, as vendas foram poucas. Carolina já estava às margens da literatura, e não havia quebrado o obstáculo editorial que a impossibilitava de publicar algo que não fosse diarístico, sendo reconhecida, e consumida, mais como uma testemunha do que uma escritora propriamente.

Mudou-se com os filhos para um sítio no mês de dezembro de 1963, situado em Parelheiros, na zona Sul de São de Paulo, sua última morada. Isolada e com problemas financeiros, passou a escrever a maior parte de suas narrativas e poesias sobre Bitita, como a escritora era chamada quando criança, reconstruindo suas memórias de infância. Parte desse material, produzido no sítio, resultou na obra póstuma *Journal de Bitita*, publicada na França em 1982, tendo uma tradução brasileira apenas em 1986, *Diário de Bitita*.

Sabendo da riqueza desse material, essa pesquisa propõe a análise da expressão de infância da escritora Carolina Maria de Jesus a partir de suas narrativas datiloscritas, produzidas durante as décadas de 1960 e 1970. No período de isolamento em seu sítio, entre as atividades rurais para garantir a sobrevivência da família, ela faz aquilo que mais gosta: escrever. Muitas de suas páginas são dedicadas a relembrar sua infância em torno da pequena cidade de Sacramento, estabelecendo diálogos com o seu “eu-menina”, Bitita. Vejo essa reconstrução como uma “escrevivência” (EVARISTO, 2020). Esse termo é pensado como uma variante do gênero biográfico, sendo essencial para pensarmos as experiências transmutadas em memórias para além da autobiografia, cujo sujeito hegemônico é a base, através da expressão de vozes femininas negras. Diante desse processo, a reconstrução da infância é crucial, pois a reflexão intergeracional está atrelada à autorecuperação que a escrevivência promove. A escritora, ao expressar o seu eu-menina, o faz sob uma nova ótica, podendo erguer sua voz nesse novo processo.

Optou-se por utilizar como fonte a versão datiloscrita das narrativas carolineanas para evitar as constantes interferências editoriais que obliteraram a obra. Esse material foi organizado e microfilmado pelos historiadores José Carlos Sebe Bom Meihy e Robert M. Levine em 1996, através do convênio com a Library of Congress (1ª aquisição). Os originais, referentes à 2ª aquisição, estão disponíveis na Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e na Biblioteca do Congresso, em Washington D.C. Devido aos esforços da

pesquisadora Raffaella Andréa Fernandez, o Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa da UNESP-Assis contém uma cópia da coleção dos microfilmes da Fundação da Biblioteca Nacional (FBN). Os textos utilizados como fontes encontram-se na coleção “miscelâneas - parte 2”, presente no rolo de microfilme MS 565 (5). Este tem em sua constituição as narrativas memorialísticas datiloscritas de Carolina de Jesus que remetem à sua infância.

O recorte temporal segue a dupla temporalidade da “escrevivência” carolineana, isto é, o tempo rememorado e o tempo da escrita, o que contempla o período do começo do século XX a 1977. Dessa maneira, é possível lidar com a ordem flutuante estabelecida por Carolina de Jesus em seus textos, cuja datação não segue necessariamente uma linearidade, nem uma datação precisa.

O texto está estruturado em quatro capítulos. O primeiro, “Vivência e escrita de Carolina Maria de Jesus”, está atrelado à necessidade de compreender a escrita e o seu papel na vida de Carolina. Assim, é feita uma relação entre a vida e a obra da autora. Através de uma conturbada trajetória, ela constrói sua escritura a partir da mescla de diversos gêneros textuais e da oralidade, transformando sua literatura no que podemos entender como “poética de resíduos” (FERNANDEZ, 2019). O ato de escrever tinha função de criar uma ordem à sua experiência de vida, uma identidade. Logo, constata-se que suas memórias são o fio condutor de seu processo criativo.

O segundo capítulo, “Fontes e trajetórias dos documentos”, além de expor as fontes utilizadas, é dedicado à problematização, trajetória dos textos e a quem esteve envolvido nesse processo de arquivamento. O acervo literário de Carolina de Jesus é volumoso e constituído pelas singularidades de sua escrita. A preocupação em organizar e microfilmar esse rico material veio não apenas de dentro do Brasil, mas também do exterior.

No terceiro capítulo, “Escrevivência carolineana: para além do autobiográfico”, é problematizado o conceito de “escrevivência”, proposto por Conceição Evaristo, a fim de dar conta do caráter memorialístico da obra. esse termo é pensado como uma variante do gênero biográfico, sendo essencial para pensarmos as experiências de Carolina Maria de Jesus, que foram transmutadas em memórias, para além da autobiografia, cujo sujeito hegemônico é a base, através da expressão de vozes femininas negras. Essa discussão é enriquecida com a articulação de ideias de autoras negras e feministas, como bell hooks, P.H. Collins, Kilomba e Lélia Gonzalez.

O quarto capítulo, “Expressão de infância negada através do diálogo entre Carolina e Bitita”, é destinado à análise da expressão de infância de Carolina Maria de Jesus. A parte

reservada à infância, num texto de teor biográfico, pode ser lida como um diálogo entre a criança que a autora foi e a adulta que ela é (GULLESTAD, 2005). Quando ela narra sua vida, não estabelece apenas um diálogo entre escritora e leitor, mas também entre o narrador e seus “eus passados”. Assim, a reconstrução narrativa da infância está estritamente ligada à ideia de autorecuperação promovida pela escrevivência. Além de fundamental para a construção identitária da escritora, a reconstrução de suas memórias revela as especificidades da infância, na primeira metade do século XX, dos habitantes do pequeno município de Sacramento em Minas Gerais, refletindo sobre as dificuldades de sua família e da população negra da cidade. O que amplia a temática da infância por estar fora das grandes capitais, cujas análises normalmente são concentradas. A expressão da escritora é potencializada com narrativas orais de mulheres negras nascidas em Minas Gerais no começo do século XX e com o contexto histórico. A infância, portanto, não é um fenômeno natural e universal, mas sim uma construção social e individual, devemos considerar a existência de *infâncias*, ou seja, uma concepção pluralizada. As categorias sociais de raça, gênero e classe são determinantes na reapresentação de infância de Carolina de Jesus, criando um contraste com a concepção moderna de infância que estava em pauta no período.

CAPÍTULO 1 – VIVÊNCIAS E ESCRITA DE CAROLINA MARIA DE JESUS

1.1 “ESTA FAVELADA, CAROLINA MARIA DE JESUS, ESCREVEU UM LIVRO!”

Quem passasse pela livraria Francisco Alves, em São Paulo, no dia 19 de agosto de 1960, provavelmente seria atraído pela movimentação e pela decoração de sua faixa. Havia um comprido cartaz com um enunciado bem chamativo: “Esta favelada, Carolina Maria de Jesus, escreveu um livro” (JESUS, 1961, p. 34). Mas a decoração não se limitava a esse ornamento, chegando mais perto da vitrine seria possível ver: a livraria lotada de pessoas; um grande retrato da escritora negra; a capa do livro *Quarto de despejo: diário de uma favelada*; terra; e uma decoração que simulava uma favela, mais precisamente a favela do Canindé. Esta teve seus primeiros barracos erguidos às margens do rio Tietê, no final da década de 1940, a terra, inclusive, foi trazida de lá pela escritora a pedido dos seus editores para fornecer uma maior fidelidade, potencializando o espetáculo aos consumidores. E se isso não fosse o suficiente, a escritora nos revela que o periódico *Última Hora* “foi buscar alguns favelados para fazer uma reportagem na livraria. Os favelados estavam abismados vendo-me, eu, preta, tratada como se fosse uma imperatriz” (JESUS, 1961, p. 40). Dias antes, em 15 de agosto, ela saiu do seu barraco na rua A, número 9, e se dirigiu para outra favela, só que montada em um estúdio, dessa vez para um programa de TV. Talvez isso gerasse um estranhamento, pois não entendia o porquê de seu cotidiano na favela interessar tanto os seus leitores, e não seus outros textos: romances, contos, poemas (PERPÉTUA, 2003).

Acredito que essas observações, feitas por Carolina de Jesus no dia do lançamento do seu primeiro livro, nos fornecem um norte para começarmos a refletir sobre sua condição de escritora. É uma data especial, marca o seu ingresso espetacularizado no mundo literário, pelo menos como uma infiltrada, mas ainda assim, ter o seu nome estampado na capa de um livro foi um feito de enorme expressão que rompeu com as fronteiras nacionais devido à força e ao alcance expressivo de suas palavras. Contudo, no Brasil, foi intensa e efêmera a aceitação de sua obra. Se num primeiro momento passa a ser personagem requisitada nos salões da elite brasileira, participando de jantares com políticos, intelectuais e celebridades, rapidamente sua presença passa a ser nociva, uma vez que, após consumida, percebe-se que não faz bem para esses organismos. Figura contraditória, não se encaixava nos estereótipos de mulher negra, e quem tentasse usá-la como símbolo político, não demorava muito para entender que ela não se deixava cooptar. Sua presença, pessoal ou escrita, passa a não ser mais digerível. Ainda assim,

conseguiu publicar mais três livros em vida: *Casa de Alvenaria* (1961), *Pedaços da fome* (1963) e *Provérbios* (1965).

Casa de Alvenaria foi publicado como um diário e o número de vendas não chegou nem perto aos de seu antecessor. Aqui, o cenário é bem diferente da miséria da favela, e o barro, tão presente às margens do Tietê, e tão quisto para as boas favelas de vitrine, é trocado pelo mármore dos salões e pela sua nova casa de alvenaria. Com recursos próprios, já em declínio, publica o romance *Pedaços da fome* retratando uma trama amorosa com as paisagens de suas andanças: a fazenda e o cortiço. Por último, lançou *Provérbios*, gênero que permeia toda sua obra carregando os ensinamentos ancestrais e criando os seus próprios. Neste último, a autora já havia se “exilado” da urbanidade para um sítio na zona Sul de São Paulo, em busca do sonho de infância: ter um pedaço de terra.

Carolina de Jesus falece em 1977, deixando um enorme acervo literário que, em grande parte, é inédito e ainda está sendo publicado. Postumamente, em 1982, o *Journal de Bitita* é lançado na França, cuja tradução chega ao Brasil em 1986 como *Diário de Bitita*, e, apesar do título, não se tratava de um diário, mas sim de uma autobiografia. Recentemente, foram publicados mais cinco livros: o romance *Onde estaes felicidade?* (JESUS, 2014); a coletânea de textos *Meu sonho é escrever* (JESUS, 2018); o livro de poemas *Clíris* (JESUS, 2019); e *Casa de Alvenaria* (2021), que está dividido nos volumes *Osasco* e *Santana*.

A trajetória de Carolina de Jesus é muito singular até mesmo para escritoras subalternas, pois trata-se de uma mulher preta e pobre com apenas dois anos de escolaridade que rompe com as barreiras sociais e constrói uma subjetividade radical que a leva a considerar que é uma sujeita e que as suas palavras são importantes. Dessa situação resulta uma literatura autodidata entendida como uma “poética de resíduos” (FERNANDEZ, 2019), que neste capítulo será problematizada. Veremos que a infância se materializa em diversos aspectos da obra carolineana, não se limitando à sua escrevivência. Carolina era uma mãe preocupada com os filhos, que viviam em situação de miséria, e procurava criar estratégias para transformar a sua situação (COLLINS, 2016).

Começamos entendendo como é construída a relação de Carolina de Jesus com a favela. O que seria a favela, esse fenômeno que muitas vezes parece sobressair àquela que escreve? Para essa reflexão, é necessário pensar na contraditória ideia de modernização, que era o carro

chefe do pensamento político brasileiro na década de 1960, sobretudo, pensar a que parcela da população cabia colher os frutos desse processo e quais seriam os custos.

A ideia de moderno, em qualquer momento histórico, está atrelada a um vir a ser, à possibilidade de emergir algo novo, subvertendo o que já é tido como velho (VELOSSO, 2006 p. 353). Quando se trata do Brasil, durante a maior parte do século XX, especialmente na cidade de São Paulo, a novidade era a indústria: modernização e industrialização eram palavras quase obrigatórias na mesma oração. Com a Revolução de 1930, ocorre uma transformação na estrutura econômica do país, na qual as atividades urbano industriais viram o foco dos esforços do governo, que busca estabelecer novas condições sociais para firmar seus objetivos (BONDUKI, 1988, p. 102). Tal posicionamento de Getúlio Vargas não causava espanto, na verdade, era mais do que esperado devido à necessidade que a crise de 1929 estampou de forma muito dura: a fragilidade de uma nação agroexportadora, totalmente dependente do mercado externo para o seu desenvolvimento (MOREIRA, 2003, p. 167). O antídoto para tratar dessa nação fraca, portanto, era a industrialização, e seu florescimento deveria entrelaçar-se no mercado interno.

A Revolução de 1930 também promove alterações na forma como o Estado lida com diversos aspectos da força de trabalho. Firmar uma política dirigida aos trabalhadores era uma das prioridades do novo governo, ao menos por dois motivos (BONDUKI, 1988, p. 102-103): primeiro, os novos grupos participantes do poder – classes média, tenentes, oligarquias periféricas – não podiam oferecer as bases para que Vargas pudesse se sustentar, assim, era necessário estabelecer um compromisso com um novo personagem: as massas trabalhadoras urbanas, para garantir a legalidade do poder político recém-instaurado. Segundo, ao mesmo tempo, era construída uma estratégia de desenvolvimento econômico baseado na indústria, elaborando um horizonte de cálculo dos encargos com a força de trabalho que as empresas capitalistas teriam que arcar, situação que não era controlada até então. Portanto, é nessa rede de interesses que figuram as intervenções realizadas pelo Estado varguista no campo trabalhista, como: a criação dos sindicatos oficiais, dos institutos de aposentadoria e a fixação do salário mínimo, atingindo profundamente a moradia dos trabalhadores(as).

De acordo com Bonduki (1988, p. 103), a estrutura habitacional da cidade de São Paulo foi profundamente impactada, sendo que sempre foi uma das grandes dificuldades das massas urbanas, pois o aluguel representava uma angústia pelo seu alto valor, correspondendo cerca de 20% do orçamento familiar, numa cidade em que 75% das moradias eram alugadas. O Estado

passou a intervir diretamente em pelo menos três níveis distintos: primeiro, em 1938, inicia-se a produção direta ou o financiamento de unidades habitacionais por órgãos estatais, sendo reforçados, em 1946, com a criação da Fundação da Casa Popular. Segundo, em 1942, implanta-se a Lei do Inquilinato, que possibilita o controle dos aluguéis através do seu congelamento e da regulamentação das condições de locação. Até o momento, a negociação entre proprietário e inquilinos era totalmente livre. Terceiro, o Decreto-Lei de 1938 que garantiu a obtenção de terrenos à prestação, normatizando os loteamentos populares.

Dentre essas três medidas, a que teve mais impacto foi a Lei do Inquilinato. Afinal, o número de casas produzidas e financiadas pelo Estado era irrisório, não supria a demanda instigada pelo crescimento urbano, mas, ainda assim, servia como propaganda, tendo grande aceitação popular. O congelamento dos aluguéis veio num período de inflação e aumento do custo de vida na década de 1940, tornando inviável uma atividade econômica que, antes de 1930, era muito rentável, constante e segura, principalmente pelo poder atribuído aos proprietários. Ademais, era uma das poucas alternativas de investimento que a cidade oferecia. A lei também restringiu a possibilidade de realizar a desocupação do imóvel de modo legal, sendo permitida apenas se: o proprietário provasse a necessidade da casa para a própria morada ou de algum familiar; o inquilino deixasse de pagar os aluguéis; o proprietário fosse demolir a edificação com o objetivo de construir uma maior.

A estagnação do preço de locação, que dura entre 1942 e 1964, não pode ser vista apenas como um aceno para uma nova base política, também é um dispositivo para mobilizar capitais internos de outros setores econômicos para o projeto de industrialização, uma vez que este não conta com uma base de acumulação prévia, tampouco tinha disponibilidade de capitais externos. Para esse intento, o governo realiza uma “série de medidas de controle administrativo que substituem os mecanismos de mercado, visando fazer a economia funcionar de forma não automática. A Lei do Inquilinato foi fixada, pelo menos complementarmente, com este caráter” (BONDUKI, 1988, p. 106). O congelamento dos aluguéis de 1942, acompanhado de suas seguidas renovações, portanto, torna extremamente desfavorável o investimento em moradias para locação, o que faz a venda das casas que estão alugadas ser a melhor saída para reaver o investimento implantado.

Além do mais, essa intervenção é uma das ações que propõe estabelecer uma redução no custo de reprodução da força de trabalho, elevando o grau de acumulação das empresas. Esse mecanismo visa intensificar o processo de crescimento industrial com duas frentes, canalizando

recursos ao setor industrial e reduzindo o valor da força de trabalho e dos salários, esse último estabelecido a partir do custo da habitação (BONDUKI, 1988, p. 107).

A condição de moradia popular de São Paulo, antes das medidas de intervenção estatal, já era insipiente e precária, mas ainda assim, com dificuldades, conseguia suprir a demanda de locatários. Com o abandono da iniciativa privada da construção de casas de aluguel para a população de baixa renda, ocorre uma grave crise habitacional nas grandes cidades brasileiras, que recebiam um intenso fluxo migratório devido à nova dinâmica econômica que passa a gerir nossa sociedade (BONDUKI, 1988, p. 107).

A reação diante de tamanha transformação foi grande, os despejos foram constantes, era mais rentável aumentar o preço dos novos moradores, mesmo que ilegalmente. Frequentemente exigia-se o pagamento de luvas¹ para liberar a locação, logo, o despejo se tornava lucrativo, pois gerava um novo aumento e mais luvas. Para esse intento, as táticas do locador podiam variar da ordem direta de evacuação, caso tivessem recursos para sustentar um processo jurídico, ao extremo de depredar o imóvel, geralmente arrancando o telhado, canos, danificando fogões, interrompendo o fornecimento de luz ou água, tornando insustentável a moradia e resultando na saída “voluntária” da família (BONDUKI, 1988, p. 112). Apesar do Estado se mostrar favorável ao inquilino nessas situações, não era garantido sua tranquilidade, ou seja, a intervenção estatal tinha demasiadas brechas que favoreciam o despejo e a ação violenta do senhorio.

Outro fator a ser destacado é o fato de que, durante a Segunda Guerra, a cidade crescia e a região central tinha, cada vez mais, o seu metro quadrado valorizado, consequência dos elevados índices de inflação que provocaram uma corrida aos imóveis, situação que foi impulsionada pelas reformas urbanas (BONDUKI, 1988, p. 114). Estas foram realizadas pelo prefeito Prestes Maia no decorrer do Estado Novo (1937-1945), quem, inclusive, implantou no centro de São Paulo e áreas adjacentes o Plano de Avenidas, que constituía numa modernização da cidade, abrindo ou alargando dezenas de novas vias para, assim, revitalizar o cerne dos negócios paulistanos. Este que, embora estivesse em zonas centrais, era considerado deteriorado por ser habitado pela população de baixa renda. Dessa forma, impulsionou-se uma onda de demolições e modificações imobiliárias que provocaram o aumento dos preços dos terrenos nas áreas da cidade que passaram pela “cirurgia urbana”, dando início a um intenso

¹ Uma quantia em dinheiro paga ao locador de forma adiantada.

processo de verticalização (BONDUKI, 1988, p. 115). À medida que casarões e cortiços eram demolidos, prédios eram construídos e a cidade continuava a ser ocupada por pessoas de todos os cantos do país, com costumes e sotaques diversos, mas que, em comum, buscavam as mínimas condições de vida e encontravam, de imediato, um grande desafio atrelado à moradia.

Carolina de Jesus foi uma dessas migrantes, não se sabe ao certo a sua data de nascimento, em sua certidão consta 14 de março de 1914, na de batismo, 6 de outubro de 1915, em algumas memórias, tem seis anos em 1927, quando seu avô falece, em artigos de jornais, mencionam 1913 (CASTRO e MACHADO, 2007, p. 13). Essa incerteza era frequente num período em que o registro civil não estava firmado, sendo comum ocorrer tardiamente (COSTA, 2015, p. 117). E ainda existiam os obstáculos em torno da classe e raça:

No dia 27 de agosto de 1927 o vovô faleceu. Minha mãe disse-me que eu estava com seis anos. Será que eu nasci no ano de 1921? Há os que dizem que nasci no ano de 1914. Eu notava que os pretos não sabiam ler. Nunca vi um livro nas mãos de um negro. Os negros não serviam ao exército porque não eram registrados, não eram sorteados. Eles diziam:

- É orgulho. Só os brancos que são considerados brasileiros.

Ninguém na minha família tinha registro. Não era necessário atestado de óbito para sepultar os mortos. (JESUS, 1986, p. 120).

Sua andança começou ainda menina, no começo da década de 1920, devido às dificuldades para sobreviver em Sacramento, pequena cidade de Minas Gerais, situada no triângulo mineiro. Segundo José Silva (2007, p. 100-101), no começo do século XX, a cidade integrava a rota de abastecimento de víveres destinados ao centro-sul. Era conhecida como porto do sertão, funcionando, já no começo do século XIX, como uma espécie de cruzamento de produtos agropecuários e de pessoas escravizadas, estando ligada à estradas e caminhos de diversas regiões de Minas Gerais, como também de outros estados. Tal condição mantinha o constante descolamento de comitivas, escravizados, mercadorias e cidadão livres, que no pós-abolição seriam sucedidos pela migração de ex-escravos e trabalhadores nordestinos. Quando os trabalhadores rurais retornavam das fazendas nos finais de semana era o momento de reativação do comércio, festas, feiras, atividades religiosas e lupanares. Com o fim da mineração nas regiões tradicionais de Minas Gerais e o crescimento da pecuária no Triângulo Mineiro, os avós maternos de Carolina foram atraídos para Sacramento, anteriormente tinham sua morada às margens do Rio das Velhas.

A vida “na cidade era difícil para os pobres que trabalhavam a preço fixo e tínhamos que comprar de tudo. Só os comerciantes é que podiam viver bem dentro da cidade, os pobres

viviam melhor na roça” (JESUS, 1994, p. 176). O padrasto de Bitita, como a escritora era chamada quando criança, resolveu buscar um fazendeiro que aceitasse a família na situação de colonos, conseguindo encontrar terra pra trabalhar nas redondezas de um município vizinho, Uberaba. Assim, Bitita, sua mãe Maria Carolina, e o padrasto partiram para a Fazenda do Lageado. Além da cidade, a escritora teve que deixar para trás a escola, que há pouco começara a frequentar, ao todo, somou cerca de dois anos de escolaridade. O ingresso de Carolina de Jesus à escola se deu por interesse de sua mãe e também contou com o incentivo da francesa D. Maria, uma mulher branca adepta ao kardecismo, que era a favor da escolarização da população negra para sua integração na sociedade (JESUS, 1994, p. 172). Além disso, o seu avô sempre discursava a favor da alfabetização da família e também da comunidade. Ela frequentou o Colégio Allan Kardec, o primeiro colégio kardecista do Brasil, fundado por Eurípedes Barsanulfo, que, a partir de sua pedagogia espírita, atendia às camadas desfavorecidas da população, num período que o acesso à educação era extremamente limitado (BIGHETO, 2006).

O período na Fazenda do Lageado propriedade durou cerca de quatro anos, pois foram expulsos pelo fazendeiro

dizendo que nós lhe davam prejuízos, que o meu padrasto lhe devia duzentos réis. Eu não sei a origem desta dívida. O fazendeiro não dá dinheiro para o colono. Se o meu padrasto nunca lhe pediu dinheiro. Ele era o único que sabia ler. Os outros homens era analfabetos, não sabiam somar os números. Chorei. Que dó que senti de deixar o paiol cheio de milho, as galinhas, vender os porcos, os meus pés de giló, o forno de assar pão (JESUS, 1994)

A família acabou voltando para Sacramento temporariamente, até encontrar novas oportunidades. Entre as mudanças de cidades e de fazendas, a situação era difícil, às vezes era necessário fugir por causa das dívidas ou das condições de trabalho. O padrasto se separou da família quando fugiu de uma fazenda de café e, não demorou muito tempo para Carolina de Jesus e sua mãe fugirem também. Em uma dessas idas e vindas, elas se separaram e a poetiza iniciou sua solitária vida andarilha, percorrendo longos trajetos, na maioria das vezes a pé, entre os estados de Minas Gerais e São Paulo, tendo a “impressão de ser uma moeda circulando” (FBN MS-565(2), miscelânea, texto sem título). Quando não conseguia morada, dormia sob pontes e estradas. Nessa caminhada, ela desempenhava diversas funções para conseguir sobreviver: auxiliar de enfermagem, faxineira em hotéis, vendeu cerveja, tentou até ser artista de circo (LEVINE e MEIHY, 1994, p. 21).

É importante ressaltar que por alguns recantos em que passou, ela ficou tentada a parar de caminhar, se não definitivamente, ao menos de modo a tornar mais longa a sua estada. Como quando se cansou da cidade e encontrou emprego na fazenda de Nhonhô Rosa: “Ele era surdo, mas muito educado com os colonos. Eu era pajem. Quanto leite, queijo e verduras” (JESUS, 1986, p. 190). Ou na ocasião em que conseguiu um emprego de cozinheira na Santa Casa da cidade de Franca-SP, instituição que pagava o melhor salário da região, o trabalho não era tão árduo e havia possibilitado a escritora ter “ilusões” de consumo (JESUS, 1986, p. 199). Mas Carolina de Jesus tinha suas contradições, trabalhando na fazenda sentia falta da agitação da cidade, do cinema, dos bailes, além disso, não via futuro no campo se não podia ter suas terras. Ao conseguir um bom emprego na Santa Casa, sentia-se sem liberdade, pediu demissão e rapidamente se arrependeu.

Apesar de serem poucas, as escolhas que Carolina de Jesus precisou fazer ao longo de sua trajetória evidenciam as tensões, dúvidas, incertezas, o caráter contingente de uma vida que acaba passando despercebido quando a reconstruímos numa narrativa, que pode dar um aspecto natural de linearidade e coerência, camuflando o seu aspecto de construção (AVELAR, 2010, p. 162).

Para a escritora, a capital paulista oferecia, além do pavor do desconhecido, algo que não via nas suas outras poucas escolhas: expectativa. Afinal, todos falavam bem da moderna cidade e, aparentemente, ninguém sofria, pôde perceber que quem ia para lá, não mais voltava para o interior:

Minhas amigas que residiam em São Paulo falavam da capital com vaidade, e me convidavam para eu vir para capital, mas eu tinha medo:

‘Será que eu vou sofrer! Pediam que eu deveria vir para conhecer a cidade, ou para ficar. Que São Paulo é semelhante a uma bôlsa de borracha, que o que se introduz, encontra espaço. A insistência não me seduzia porque eu já estava começando a sentir pavôr das aventuras. Eu tinha impressão que era semelhante a São Lourenço, na pira.

Interroguei uma amiguinha: ‘porque você quer que eu va a São Paulo?

‘Porque você é muito fogueira e gosta de trabalhar. Você aqui vai dar-se bem. Aqui ninguém sofre. Quando relia a carta lia apenas êste trecho: ‘aqui ninguém sofre!’ (JESUS, 1994, p. 184)

A trajetória da escritora elucida as complexidades em torno da migração negra no pós-abolição que não se limita, necessariamente, aos entornos dos centros urbanos em ascensão. Carolina de Jesus opta por diversas regiões próximas de sua cidade natal e somente após anos de andanças, ela decide ir para São Paulo. Nesse processo, tem que ser ressaltado aspectos

quantitativos, qualitativos e demográficos, tais como: os medos, a violência, as esperanças, os fracassos e os objetivos (COSTA, 2015, p. 102) da escritora.

De acordo com Costa (2015, p. 106), são três os tipos de trajetórias mais frequentes traçadas entre os descendentes de ex-escravizados com a promulgação da Lei Áurea. A primeira está associada a uma grande estabilidade, principalmente nos primeiros anos de liberdade, quando muitos fazendeiros conseguiram manter os libertos em suas propriedades alforriando-os em massa, criando, assim, um vínculo de gratidão. A segunda é delineada, justamente, por quem não conseguiu a estabilidade e acabava migrando para diversas fazendas, como uma “moeda de troca”, em trabalhos temporários que impossibilitavam a mobilidade social devido à sua inconstância. A terceira está relacionada com a migração definitiva para os centros em ascensão. Esta trajetória está intimamente ligada com o fator geracional, sendo majoritariamente constituída pelos filhos e netos de mulheres e homens ex-escravizados, seus descendentes diretos, que migraram apenas na década de 1920, quando já não era possível ter a mesma condição financeira e social dos seus ancestrais. Até quem tivesse algum vínculo com uma pequena propriedade poderia seguir rumo às metrópoles, pois o campo, nesse período, passou por uma desvalorização devido à erosão do solo, às pragas e à queda do preço do café.

A trajetória de Carolina de Jesus pode ser vista como o entrelaçamento dos dois últimos tipos. Primeiramente, é marcada pela instabilidade após sair de Sacramento por causa das dificuldades para sobreviver na pequena cidade, a partir daí, ocorrem diversas passagens em fazendas e municípios próximos, bem como ocorrem retornos. Questões como o medo, os custos, saúde e família são essenciais para a compreensão desse deslocamento reduzido. Ainda jovem, por volta dos 15 anos, teve uma enfermidade nas pernas, apareceram feridas que, além da dor, causavam-lhe constrangimento pela estética e dificultava conseguir um emprego. Assim, passou por muitas cidades em busca de uma cura, que demorou para acontecer. Como aponta Costa (2015, p. 112), custear a mudança de cidade era muito dispendioso e, muitas vezes, envolvia um coletivo, a família, e ainda que tenha migrado sozinha, a situação não se alterou, fez longos trajetos a pé e dormindo em estradas, tendo a fome e a sede como obstáculos. A ligação com a família, sobretudo com o avô e com a mãe, muitas vezes justifica os retornos e a proximidade geográfica. Faltou para Carolina de Jesus o acolhimento por parte dos parentes que residiam em cidades próximas, item fundamental para se estabelecer definitivamente em um lugar. O medo também deve ser levado em conta, afinal, no traçar de sua trajetória, há o desconhecido em primeiro lugar, situação que é potencializada pelos jornais nos primeiros anos

do século XX, que adotaram uma política de temor para manter a população negra nas fazendas (COSTA, 2015, p. 107).

Mas ocorre uma transição num segundo momento, os grandes centros, em especial São Paulo, ficam cada vez mais instigantes. Durante a década de 1920, transcorre uma reviravolta nos jornais, que passam a incentivar a migração divulgando diversas vagas disponíveis nas indústrias, a necessidade de mão de obra só aumentava (COSTA, 2015, p. 109). Com Vargas, o discurso da industrialização ganha força. Soma-se a isso, a violência, Sacramento é retratada pela escritora como uma cidade extremamente racista e sexista, onde os negros temiam a polícia mesmo não tendo cometido nenhum delito, pois podiam ser violentados sem poder recorrer a nenhuma autoridade, com prisões completamente arbitrárias. Nesse contexto, Carolina de Jesus e sua mãe foram presas, humilhadas e torturadas, acusadas de ler o livro de São Cipriano, que na verdade era um dicionário: “Ele nos espancava com um cassetete de borracha. Minha mãe queria proteger-me. Colocou o braço na minha frente recebendo as pancadas. O braço quebrou, ela desmaiou. Eu fui ampará-la o soldado continuou espancando-me. Cinco dias presa e sem comer” (JESUS, 1986, 180). Tamanha violência para com a população negra é uma constante nas suas palavras. Esses casos são frequentes, no interior de São Paulo, nas primeiras décadas do século XX, ocorreram assassinatos muito similares aos existentes no sul dos Estados Unidos, tendo o ódio racial como base (COSTA, 2015, p. 108). Ademais, ela já não tinha uma relação de proximidade com muito dos seus familiares e os poucos laços foram rompidos, o avô morre em 1927, dez anos depois morre a mãe e, no mesmo ano, a escritora parte definitivamente para a capital paulista.

Assim, no início de 1937, muda-se acompanhando uma família como empregada doméstica e declarava gostar de trabalhar para eles. Inicialmente, a crise habitacional da cidade não afetou a escritora, pois empregada doméstica foi o seu principal ofício, já praticado desde muito jovem, em Sacramento, portanto, residia onde trabalhava. Em algumas casas nas quais trabalhou, era explorada não sendo paga, mas, aparentemente, emprego passou a não ser um problema, pois tinha autonomia para se despedir quando se sentia lesada, “ela era independente demais para ficar limpando as bagunças alheias” (MEIHY, 1994, p. 21).

Ser empregada doméstica era uma das poucas opções de trabalho para as mulheres negras e continha muitos resquícios do regime escravocrata. Algumas patroas, no começo do século XX, ainda utilizavam chicote para punir suas empregadas. Na contingência da miséria, mesmo com a impossibilidade da existência de uma vida privada, trabalhar como empregada

dava a essas mulheres o local onde dormir e o alimento pra continuar vivendo (BERNARDO, 1998, p. 56).

Situação que pouco se alterou com o passar dos anos. Segundo Sueli Carneiro (2011, p. 127), a conjugação do racismo e do sexismo incide sobre as mulheres negras criando uma asfixia social que tem nefastas consequências em todas as dimensões de sua vida, o que reflete de forma intensa na mão de obra feminina negra. Baseada em dados dos ministérios do trabalho e da justiça, a autora assinala que em 2006, mulheres negras ocupadas em trabalhos manuais correspondiam a um total de 79,4%, sendo que destas, “51% estão alocadas no emprego doméstico e 28,4% são lavadeiras, passadeiras, cozinheiras, serventes” (CARNEIRO, 2011, p. 128).

São várias as situações de abuso dos patrões que Carolina de Jesus relata em seus textos, são poucas as “famílias boas”, que não a tratam violentamente como objeto e percebe-se que, na maioria das experiências, ocorre a sua desumanização e invisibilidade. Essa situação não está presente apenas em cenas explícitas, como ser acusada de furto injustamente ou não receber o salário combinado. A objetificação está presente também na invisibilidade cotidiana, expressa no hábito dos patrões de não se importarem em ao menos saber o seu nome, tampouco falar os seus, ela tinha que descobrir no cotidiano (JESUS, 1986, p. 173).

Parece algo sutil, mas como aponta Judith Rollins (1985 apud COLLINS, 2016, p.105), ao realizar a sua experiência de campo como empregada doméstica durante seis meses nos EUA, relata que uma das situações que mais geravam incômodo era quando os seus patrões agiam como se ela não estivesse presente. Em determinado dia, enquanto almoçava na cozinha, seus empregadores tiveram uma conversa como se ela não estivesse lá. Seu senso de invisibilidade naquele ambiente se tornou tão grande a ponto de ela começar a escrever as suas anotações de campo sem que eles manifestassem qualquer percepção.

foi esse aspecto da servidão que achei ser uma das maiores afrontas à minha dignidade como ser humano... Essas atitudes de ignorar a minha presença não eram calculadas, creio, como insulto; eram manifestações da habilidade dos empregadores de aniquilar a humanidade e até mesmo a minha própria existência, a de uma criada e mulher negra (Rollins, 1985, p. 209 apud COLLINS, 2016, p. 106).

Mas com essa condição de empregada, que Collins (2016) denomina como *Outsider Within*, Carolina de Jesus também pode presenciar a elite branca a partir de uma ótica única, como uma estrangeira, partilhando dos seus segredos mais íntimos ao cuidar das casas e dos

filhos. Criando, através das distinções diárias, reflexões e questionamentos que proporcionaram a escritora, e também a diversas mulheres negras, desmistificar o poder branco, entendendo “que não era o intelecto, o talento ou a humanidade de seus empregadores que justificava o seu status superior, mas o racismo” (COLLINS, 2016, p. 100).

Sua marginalidade potencializa sua expressão criativa que molda e sustenta suas autodefinições e autoavaliações e que irão se manifestar através da escrita, sendo um momento de liberdade e uma forma de resistir à interligação de opressões que lhe afligem.

A chegada à cidade de São Paulo provocou uma variedade de sensações e pensamentos que instigaram sua expressão criativa, efetivando a escrita. O ambiente da metrópole era conturbado, com olhares ansiosos e multidões espremidas, isso a entristeceu inicialmente, mas logo percebeu que brancos e pretos estavam bem vestidos e sorriam, o que significava para ela, pelo menos inicialmente, que a cidade era boa. Nesse processo de transição, adaptando-se à urbanidade, a inspiração para escrever aparece novamente, mas os versos são tristes. Seus textos funcionam como forma de criar um percurso orientado ao caos dos eventos cotidianos:

E se o povo está sorrindo então a cidade é boa. Aquela tristeza que senti foi desaparecendo aos poucos. Só no interior eu era tranqüXXa; mas percebi que meu pensamento ia modificando-se. Era uma transição que não me era possível, domina-la. Que desordem mental, tremenda. Sentia ideias que eu desconhecia como se fosse alguém ditando algo na minha mente. Um dia, apoderou-se de mim um desejo de escrever. Escrevi: Adeus, dias de ventura, adeus mundo de ilusão vou recluir-me na sepultura debaixo do frio chão.

Vou satisfeita, risonha, contente para não mais voltar. A minha vida é tristonha, - morrendo irei descansar. Trabalho. Não tenho conforto,

Levo a vida a lutar somente depois de morta, nada mais tenho em que pensar (JESUS, 1994, p. 185)

Carolina de Jesus mantinha o hábito de escrever, algumas pessoas que se interessavam pelos seus versos incentivavam-na a mostrá-los para algum jornalista. Começou então a saga para tentar apresentar seus textos em diversos periódicos, seu objetivo era ser reconhecida como poeta. Segundo a escritora, no dia 5 de fevereiro de 1941, ela apresentou sua literatura ao jornalista Willy Aureli na redação da *Folha da Manhã* e, desse encontro, resultou sua primeira aparição na imprensa através da publicação de seu primeiro poema e uma foto grande na *Folha da Manhã*, em 24 de fevereiro do mesmo ano (JESUS, 1994, p. 188). Contudo, consultando o acervo do jornal, pode-se verificar um equívoco nas datas: a matéria ocorreu um ano antes do mencionado, ou seja, no dia 25 de fevereiro de 1940. Provavelmente, o encontro ocorreu no começo desse mês. Esse texto evidencia os preconceitos e os obstáculos que uma mulher negra

e pobre teria que romper para conseguir publicar. O jornalista precede o poema descrevendo os diálogos junto à escritora, uma espécie de entrevista irônica que resultou na matéria “Carolina Maria, Poetiza Preta” (AURELI, 1940). Carregado de preconceitos, o jornalista relata como estava saturado das figuras “exóticas”, em especial as mulheres, que passavam pela redação e eram direcionadas a ele, rechaçando as ambições literárias da escritora:

Sabbado, por exemplo, appareceu uma poetiza. É bom que os leitores saibam: os jornalistas tem verdadeiro pavor ás mulheres mettidas a literatas, poetizas, declamadoras! Portanto, á voz de que uma fazedora de versos estava á espera de ser recebida, produziu-se um vácuo immediato.

Eu vinha entrando nesse momento e o secretario, que estava de sahida, com um sorriso demasiadamente camarada interpellou-me:

– Você quer atender uma senhora

– Pois não... (AURELI, 1940)

Após descrever as características físicas de Carolina de Jesus, um “bello espécime de mulher negra”, a transcrição do diálogo segue:

– Sou poetiza...

– Sente-se por favor...

– Faço versos... Ninguém porém me leva a sério!

– Como Assim?

– Ando pelas redações, e quando sabem que sou preta mandam dizer que não estão...

Eis-me ás voltas com meu ‘caso exótico’ e trato de me sahir ás mil maravilhas, ainda mais que o horário aperta e tenho encontro marcado. (...)

– Só andei dois anos na escola. Agora nem posso ler.

– Como Assim?

– Sei demais e tudo quanto leio me estorva...

Não ha a menor fanfarronice ou gabolice, tão próprias dos pretos pernósticos. Diz tudo com a maior franqueza e ingenuidade. (AURELI, 1940)

De todo material apresentado pela poetiza, Willy Aureli gosta do “Colono e o Fazendeiro”. Esse é um dos poemas memorialísticos de Carolina de Jesus, no qual ela problematiza sua experiência como colona nas fazendas, sendo muitas vezes explorada. A questão da terra é um dos principais assuntos de sua obra:

Diz o brasileiro

que acabou a escravidão...

mas o colono sua o anno inteiro

E nunca tem um tostão!

Se o colono está doente
é preciso trabalhar!
Lucta o pobre, no sol quente
e nada tem para guardar...

Cinco da madrugada:
toca o fiscal a corneta
despertando o camarada
prá ir fazé a colheita.

Chega à roça. O sol nasce.
Cada um na sua linha
suando. E para comer?
só feijão e farinha...

Nunca pode melhorar
esta negra situação
Carne não pode comprar
pra não dever pró patrão!

Fazendeiro ao fim do mez
dá um vale de cem mil réis.
Artigo que custa seis
vende ao colono por dez

Colono não tem futuro
trabalha todo o dia.
O pobre não tem seguro
e nem aposentadoria...

Elle perde a mocidade
a vida inteira no matto
e não tem sociedade!
onde está o seu sindicato?

Elle passa o anno inteiro

trabalhando. Que ‘grandeza’.
Enriquece o fazendeiro
e termina na pobreza! (AURELI, 1940).

A escritora continuou apresentando seus textos nas redações ou os mandando por correspondência, ter seu poema e sua imagem vinculados a um dos mais importantes periódicos da cidade, apesar do deboche da publicação, foi não apenas um incentivo, mas uma afirmação, no entanto, sem muito êxito, conseguindo apenas uma outra aparição num artigo no início dos anos 1950 (CASTRO e MACHADO, 2007, p. 30).

Em 1945, Carolina de Jesus engravidou de um norte-americano chamado Wallace, mas a criança, que recebeu o mesmo nome da mãe, não sobreviveu (CASTRO e MACHADO, 2007, p. 33). Com a gravidez do segundo filho, João, em 1948, a vida de Carolina de Jesus ficou fortemente abalada, as portas do mercado de trabalho se fecharam, bem como a moradia se tornou um problema, uma vez que residia nas casas onde trabalhava. O pai era um marinheiro estrangeiro que a abandonou assim que soube da gestação. Isto posto, ela passou de doméstica a catadora de papel, perdeu “o salário fixo e sujeitou-se à inconstância e ao ganho financeiro insignificante; de pobre, passou a miserável” (CASTRO e MACHADO, 2007, p. 35).

A escritora passou a enfrentar a crise habitacional de São Paulo no momento mais crítico, entre 1945 e 1948, mais de 15.000 famílias foram despejadas, entre 10 e 15% dos paulistanos foram atingidos e, além disso, o custo de vida e a inflação estavam em alta (BONDUKI, 1988, p. 111). Estava cada vez mais difícil sobreviver na Paulicéia. Diante dessa situação, o enfavelamento através da autoconstrução foi a saída que Carolina de Jesus e outras milhares de famílias tiveram para se estabelecer após o despejo. A reurbanização estava alterando radicalmente o antigo padrão de segregação espacial. Arranjar qualquer tipo de moradia, até mesmo um porão, no antigo centro, era uma tarefa impossível, pois o preço do aluguel era muito maior e as condições de moradia eram ainda piores. Inicialmente, zonas próximas ao centro foram os locais escolhidos para erguer os barracos, a própria prefeitura auxiliou nesse processo distribuindo alguns materiais de construção, era uma das saídas encontradas pelo governo para lidar com a crise. Uma outra opção para as famílias despejadas era adquirir um lote de terra em regiões afastadas e sem nenhum tipo de equipamento ou acessibilidade urbanos: transporte, esgoto, avenidas, comércio, etc. Além disso, teriam que passar por um penoso e caro processo de construção da própria casa. A favela, portanto, tornava-se uma opção mais atrativa, ou a única, uma vez que estava próxima a algum tipo de estrutura urbana e, sobretudo, próxima aos empregos (BONDUKI, 1988, p. 116).

No final de 1948, nos últimos meses de gestação, a escritora construiu o seu barraco na rua A, número 9, da favela do Canindé, localizada às margens do rio Tietê. Ela retirou as pranchas de madeira de uma igreja que estava sendo construída nas proximidades do novo endereço, provavelmente recebeu ajuda dos moradores nesse processo. Mais de 150 barracões estruturavam as quatro ruas da favela: rua A, rua B, rua C e rua do porto. As condições eram precárias, não tinha esgoto, as vias eram lamacentas e cobertas de lixo, apenas uma torneira abastecia as famílias, o que proporcionava longas filas que começavam a ser formadas antes mesmo do sol nascer (CASTRO e MACHADO, 2007, p. 38)

No Canindé, Carolina de Jesus tem mais dois filhos, em 6 de agosto de 1950 nasce José Carlos, o pai era italiano ou português, e em 15 de julho de 1953, nasce Vera Eunice, filha de um espanhol. Com os três filhos, ocorreram algumas constantes: os pais eram estrangeiros e brancos, seguindo a predileção da mãe, igualmente ocorre o abandono, mas com algumas exceções: o pai de Vera Eunice pagava uma pequena pensão, que atrasava com frequência mesmo sendo o proprietário de uma fábrica de balanças (CASTRO e MACHADO, 2007, p. 38).

Para sustentar e garantir a sua sobrevivência e a dos três filhos, a escritora passou a catar latas, ferros e papel e, na maioria das vezes, precisou carregá-los pelas ruas. Ao trilhar a cidade, além de garantir algum dinheiro, ela também aproveitava para obter seu material de escrita. Entre os textos que escrevia, em 1955, ela começou a escrever um diário no qual relatava o seu cotidiano e o dos que compartilhavam as angústias da favela: a fome, o abandono, a violência, os preconceitos. Este material chamou a atenção do repórter Audálio Dantas e resultou no primeiro livro de Carolina de Jesus, *Quarto de Despejo*.

1.2 A “POÉTICA DE RESÍDUOS” DE CAROLINA DE JESUS.

Em 5 de maio de 1960, foi lançado *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, o seu conteúdo é formado por diários escritos nos anos de 1955, 1958 e 1959. Nos três primeiros dias vendeu mais de 10 mil cópias, número muito alto até para os parâmetros atuais, superando livros de autores consagrados, como Jorge Amado. A atenção da imprensa nacional é imensa, o que ajuda na visibilidade internacional e, atualmente, o livro foi traduzido para 19 idiomas e publicado em mais de 40 países (FERNANDEZ, 2019).

No mesmo ano do lançamento do livro, a cidade de Brasília, a nova capital modernista, era inaugurada, o grande símbolo desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek, a aceleração da indústria e sua expansão, era expressa no seu famoso slogan “50 anos em 5” e estruturada no seu Plano de Metas. A forma de comunicação utilizada pelo político era diferente, trazia elementos técnicos, números e estatísticas que não faziam parte do estilo da época, uma verdadeira “linguagem do desenvolvimento” (MOREIRA, 2003, p. 159). O modelo político sugerido pelo atual presidente, sustentado com o capital estrangeiro, não era novidade para o país, já que, na década de 1930, Vargas já havia se articulado da mesma forma.

De acordo com Moreira (MOREIRA, 2003, p. 180), diferente do que se pode esperar, essa guinada à industrialização não significou romper com as oligarquias rurais, pelo contrário, ela se adapta às demandas ruralistas, categoria que elabora uma modernização da produção latifundiária de caráter ainda tradicional visando a expansão do setor. Apesar de não possuírem uma hegemonia, como durante o Império e Primeira República, constituíam um setor político profundamente expressivo. A própria construção da nova capital fica atrelada aos interesses dos proprietários de terra, pois amplia as suas fronteiras produtivas sem nenhuma regulação estatal, o que favorecia a manutenção dos grandes latifúndios. Não é por acaso que populariza a frase irônica do político da oposição, Carlos Lacerda, sobre a organização fundiária da operação Brasília: “esta é zona pioneira que pioneira vai ficando nas mãos dos latifundiários que terão agora cartórios bem mais próximos para a sua grilagem” (MOREIRA, 2003, p. 187).

Ainda que no governo JK tenha iniciado de forma turbulenta uma tentativa de anulação das eleições, tendo que ocorrer uma intervenção militar para que pudesse assumir a presidência, uma de suas principais características foi conseguir atingir suas metas de desenvolvimento mantendo um regime democrático. Contudo, a “cidadania, isto é, os direitos sociais, políticos, jurídicos e econômicos da população nacional, não teve um desenvolvimento nem correlato nem comparável ao ritmo e à grandeza do que aconteceu no campo econômico” (MOREIRA, 2003, p. 188). Mais de 70% da população vivia em zonas rurais no final da década de 1950, o impacto da ausência da reforma agrária, da extensão dos direitos trabalhistas aos homens e mulheres do campo e o aumento do latifúndio moderno, que se adapta à industrialização, tornaram fictícia qualquer projeção de melhoria de vida (MOREIRA, 2003, p. 190). Diante disso, o poema o “Colono e o Fazendeiro” elucida como Carolina de Jesus estava atenta aos problemas sociais do período, não sendo à toa a escolha do repórter que a entrevistou em meio ao seu deboche.

Para a população pobre das grandes cidades, a situação não era diferente, podemos imaginar o impacto das palavras de Carolina de Jesus, em 1960, expondo as mazelas urbanas do desenvolvimentismo nacional:

16 de maio 1958: Eu amanheci nervosa. Porque eu queria ficar em casa, mas eu não tinha nada para comer.

...Eu não ia comer pão porque era tão pouco. Será que é só eu que levo esta vida? O que posso esperar do futuro? Um leito em Campos do Jordão. Eu quando estou com fome quero matar o Jânio, quero enforçar o Adhemar e queimar o Juscelino. As dificuldades corta o afeto do povo pelos políticos (JESUS, 2014, p. 33).

A favela era um cenário que incomodava a industrialização, anunciada como redentora da pobreza. Com a dimensão internacional que alcançou a obra, o noticiário especializado destacava as incoerências da nação que emergia no cenário capitalista. A escritora negra no ambiente da favela apresentava o contraste perfeito de uma sociedade branca que tinha a pretensão de exhibir-se moderna, progressista e organizada. Afinal, a sua trajetória implica uma visão da cultura brasileira que não tinha exposição, principalmente com o discurso desenvolvimentista, isto é, a luta cotidiana de uma “mulher ‘de cor’, pobre e desprovida de favores do Estado, de organismos sociais, de instituições e até de amigos. Logicamente, isto não remete apenas a ela enquanto indivíduo, mas também a todo o sistema que abriga os despossuídos legados ao anonimato.” (LEVINE e MEIHY, 1994, p. 19),

Situação que fica bem expressa logo na primeira página do livro, o que deve nos atentar para a figura do seu editor que naturalmente luta para não ser captada:

15 de julho de 1955. Aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu pretendia comprar um par de sapatos para ela. Mas o custo dos gêneros alimentícios nos impede a realização dos nossos desejos. Atualmente somos escravos do custo de vida. Eu achei um sapato par de sapatos no lixo, lavei e remendei para ela calçar (JESUS, 2014, p. 11).

Antes do lançamento de *Quarto de Despejo*, ocorre uma preparação da escritora para o seu futuro público. O então jovem repórter Audálio Dantas, que passou a se interessar pelo contraste entre a realidade das favelas e as políticas de modernização da cidade de São Paulo, quando visitou a favela do Canindé, em 1958, encontrou uma mulher ameaçando alguns homens que brincavam no parquinho recém-construído para as crianças. As armas que ela utilizava eram as suas palavras, que seriam grafadas em seu diário. Ele foi sagaz e pediu pra ver os seus textos e, imediatamente, percebeu uma enorme riqueza nos diários, mas de pronto também condenou o resto dos textos literários, que eram muitos e variados: contos, romances, peças, músicas e poesias (PERPÉTUA, 2003, p. 68).

Começou aí uma parceria para tentar publicar um livro com os textos diarísticos de Carolina de Jesus e, com esse objetivo, o repórter escreveu três matérias (CASTRO e MACHADO, 2007, p. 57-58). A primeira, na “Folha da Noite”, em 1958, apresentando a escritora com sua incrível habilidade de retratar o cotidiano, podendo considerar seus diários uma verdadeira reportagem da favela. Além da exposição dos trechos do diário de 1955, o texto é finalizado dizendo que, impressionados, Audálio Dantas e seus companheiros de redação, com esse material, custeariam uma edição. No ano seguinte, em 1959, o nome da escritora esteve presente nas páginas da revista “O cruzeiro”, publicação de grande circulação, na qual Audálio também era redator. Como Carolina voltou a reescrever seu diário a pedido do repórter, foram acrescentados trechos de 1955 e também de 1958. Poucos dias depois do lançamento do *Quarto de Despejo*, em 1960, a terceira reportagem enaltece a obra, sendo novamente comparada a um grande repórter das mazelas da modernidade propagada, a escritora chega a ser apontada como uma colega de profissão.

Embora a ideia de um testemunho fiel à realidade da favela seja muitas vezes o único ponto a ser considerado dos textos de Carolina de Jesus, faz-se necessário ressaltar o seu processo criativo que está intrinsecamente ligado à sua condição subalterna, nos proporcionando uma escritura única, marcada por mesclas e sua autonomia.

De acordo com Fernandez (2019), a obra de Carolina de Jesus é marcada por um hibridismo que mescla: influências da literatura do século XIX; romances; melodramas; teatro, crônicas dos jornais; radionovelas; e, sobretudo, a oralidade que é essencial na sua formação cultural e apreensão de mundo. Não se limitou aos textos, também tinha forte ligação com a música, tocava violão e produziu dois Long-plays (LP's) com variados gêneros musicais. Além disso, gostava de produzir suas fantasias para o carnaval, tendo registro da criação de um “vestido elétrico”, ou seja, ela excursiona pelas artes em geral.

Portanto, o que muitas vezes é definido como estética da fome, literatura marginal ou literatura periférica, pode ser entendido como uma poética de resíduos:

uma reciclagem literária ao modo de um *bricoleur* que vai colando no seu texto pedaços de discursos alheios. Procurando uma aproximação com a literatura ‘ilustrada’, linguagem entendida como “arma” crítica, ela vai colando retalhos ou restos de ideias e de formas em seus experimentos de escrita. (FERNANDEZ, 2019, p. 26).

A vida e a obra de Carolina de Jesus se misturam não apenas no conteúdo, mas também na sua forma não linear e cheia de descontinuidades. Os seus textos seguem uma estruturação ligada ao seu ofício de catadora, os seus materiais de escrita e leitura, muitas vezes já fora da

moda literária do período, eram retirados do lixo enquanto catava materiais para vender e sobreviver, colaborando para a criação de uma escrita fragmentada. Portanto, todo o tipo de material era demasiadamente reaproveitado, como o seguinte registro de despesas que, originalmente, teria suas linhas e colunas completadas com diversos números, mas foi transformado em suporte para suas palavras e pensamentos cotidianos. Carolina de Jesus, no que podemos chamar de sua “primeira fase” de escritura (FERNANDEZ, 2019), são duas no total, realizava sua escrita de forma totalmente autônoma, sem interferência externa, preenchendo quase todo centímetro disponível nas páginas que encontrava em sua catação, a caligrafia bem pequena também contribuía para aproveitar o máximo de cada folha.

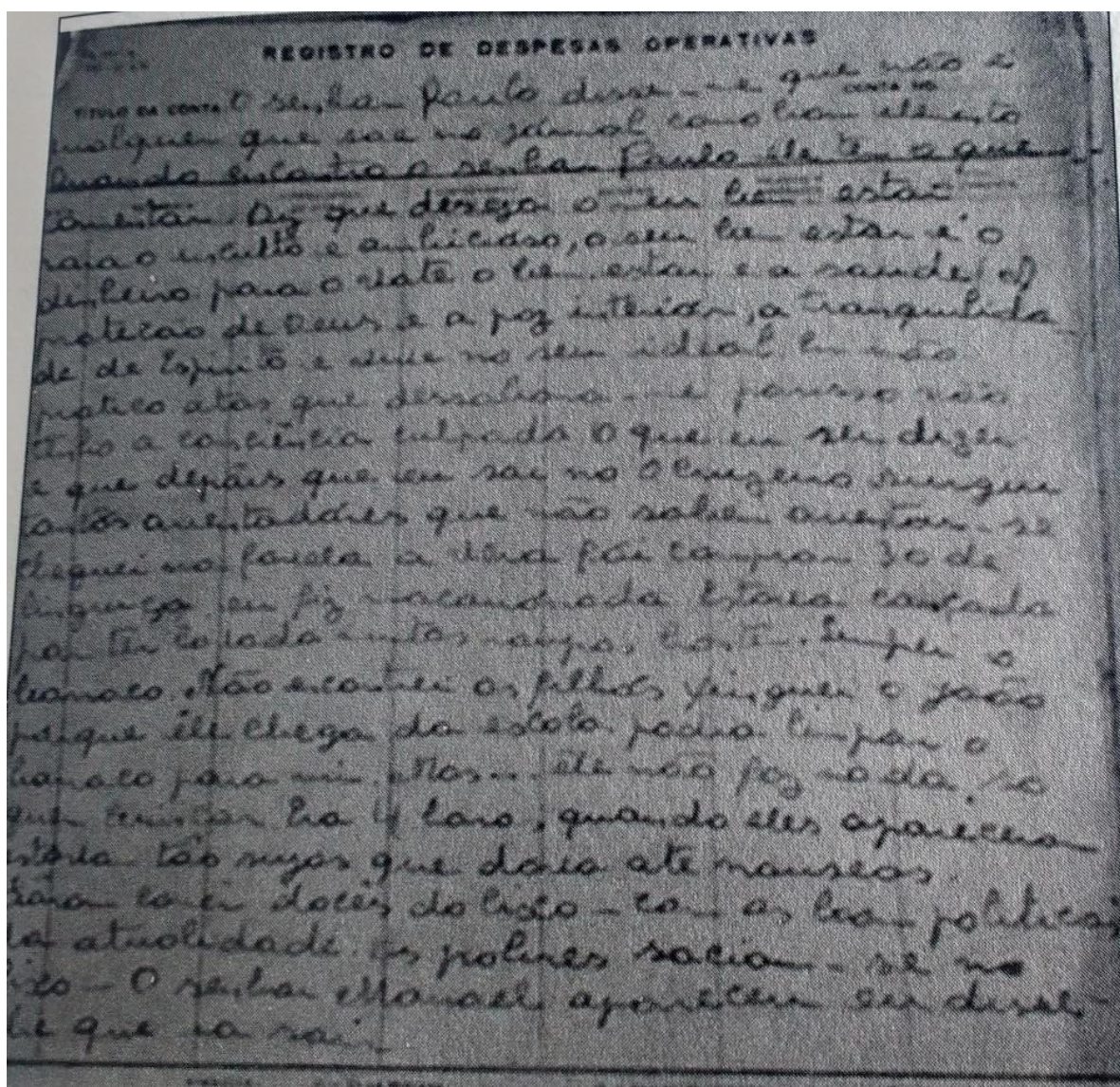


Figura 1 Caderno 20 reaproveitado (FERNANDEZ, 2019, p 71).

Coletados esses materiais para a sua escrita, Carolina voltava para o que ela denominou como “Quarto de Despejo” de São Paulo: a favela do Canindé. Em seu pequeno barraco,

também construído com restos, ela realiza uma forma de escrita única, estruturada com elementos autobiográficos “que se desdobram como nomadismos de textos em diversos tipos de suportes, assim como retorna temáticas, cujas repetições enraízam a natureza particular do processo estrutural, instituído por uma escritura à margem da sociedade” (FERNANDEZ, 2019, p. 37). O que gerou uma escritura na pobreza, mas não uma escritura pobre. A tortuosa escritura de Carolina acaba se revelando como expressão da dura rotina que marca o cotidiano de uma mulher negra, que percorre incessantemente as ruas de São Paulo a fim de garantir, através dos restos, a sobrevivência de sua família. Dessa forma, a poética de resíduos é oriunda da condição de marginalidade que ela vivia.

Essa “poética de resíduos” contém a bagagem cultural que a escritora adquiriu através da escuta de seus ancestrais, sobre tudo seu avô, que era tido como grande sábio, compartilhando seu conhecimento pela contação de histórias (PERES, 2016). Sendo transformada e somatizada no decorrer de suas migrações e vivência nas favelas, onde pessoas de diferentes lugares, culturas e costumes foram amontoadas às margens do desenvolvimento urbano. Os seus textos são marcados pela mescla de vozes, sotaques e acentuações que revelam “esse agrupamento de discursos nos quais sua escrita se equilibra ao recriar aproximações das unidades de origem e de suas significações ao rebocá-las em seus textos” (FERNANDEZ, 2019, p. 64).

No texto “A Empregada” (JESUS, 2018, p. 84-85), fica nítido, em meio à denúncia de exploração, os traços biográficos da escritora transmutados em literatura híbrida, misturando prosa e poesia, numa narrativa que carrega traços de conto:

Uma jovem deixou o interior e veio empregar-se em São Paulo para ganhar mais. Não apreciou o São Paulo com seu bulício diário e o seu clima enigmático. Enfim, ela estava descontente e regressou ao interior. As amigas foram cumprimentá-la e foram saber que tal é São Paulo. Ela respondeu-lhes assim: Quando eu era empregada / Sofri tanta humilhação / Às vezes eu tinha vontade / De dar uma surra no meu patrão / Era um patrão malcriado / Não deixava eu parar um segundo / E o diabo ainda falava / De mim para todo mundo. / Obrigava eu levantar / A uma da madrugada. / E ainda andava dizendo / ‘Esta malandra não faz nada’ / Se a gente dá um passo, / O diabo está sempre atrás / Vive Sempre pondo defeito / Em todo serviço que a gente faz / Não gostei de trabalhar, / Foi para as donas de pensão, que quer tudo muito limpo / Mas não quer comprar sabão / Se a gente dá um passo / A diaba está sempre junto. / Vive sempre observando, / Se a Empregada come muito / Vive sempre pondo defeito / Em todo serviço que a gente faz (JESUS, 2018, p. 84-85).

Segundo Fernandez (2019, p. 32), a estrutura desses versos, quase todos com sete sílabas poéticas, configurando uma redondilha maior, estão de acordo com a forma de poesia antiga, podendo ser uma forma de sofisticar seu texto a partir de um gênero textual consagrado. Mas a

autora também considera a possibilidade dessa métrica estar relacionada ao fato de Carolina de Jesus ser também compositora musical.

Em muitas passagens, ela trata dos infortúnios da vida com uma linguagem jocosa, representando-os com hilaridade, muitas vezes promovendo um autoescárnio, chega a organizar uma coleção de textos e os nomeia como “Humorismos” (JESUS, 2018). São textos curtos constituídos, de forma sarcástica, por pequenas histórias dos eventos cotidianos:

Quando eu cheguei aqui em São Paulo, eu não sabia tomar o bonde. Pensava: ‘Deve ser bom andar naquilo’. Parava em qualquer lugar, fazia sinal e o bonde passava. Eu exaltava e bradava: \ - Eu vou pagar! Eu tenho dinheiro, olha o dinheiro aqui. Vocês não param o bonde por que eu sou preta? (JESUS, 2018, p. 76).

Ao mesmo tempo, Carolina de Jesus é uma beletриста que busca na linguagem clássica uma referência para seus textos. A aproximação da literatura tradicional está atrelada à legitimação de sua obra, contudo, isso não pode ser visto como uma mera imitação subalterna, afinal, a partir da bricolagem, da mescla de gêneros, ela cria um estilo inusitado que compreende a arte como conhecimento e beleza, o que resulta num bucolismo de tom idílico expresso nas constantes descrições das belezas da natureza (FERNANDEZ, 2019).

As margens nas folhas e a letra maior foram um luxo que a escritora só acessou após sair nas matérias de Audálio Dantas. Esse contanto inaugura o que pode ser chamado de “segunda fase” da escritura carolineana (FERNANDEZ, 2019). Esse é o período em que ela passa a ter interferências em seus textos, antes mesmo da publicação do seu livro, seja na forma material, com novos cadernos e outros suportes para a sua escrita, seja na organização da sua forma de escrever. Carolina de Jesus fora aconselhada por Audálio a separar os gêneros literários em cadernos diferentes e diversos “incentivadores” vão visitar o seu barraco com dicas sobre como e o que ela deveria escrever. Com isso, os seus textos passam a ser mais organizados.

Com o sucesso de *Quarto de despejo*, ela consegue realizar o sonho de sair da favela, do quarto de despejo, “eu classifico São Paulo assim: O Palacio, é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos” (JESUS, 2014, p. 32). Primeiramente, muda-se para um quarto nos fundos de uma casa em Osasco-SP, em 30 de agosto de 1960. O espaço foi cedido pelo Sr. Antônio Soeiro Cabral, até que ela pudesse “arranjar coisa melhor” (JESUS, 1961, p. 44). No final de 1960, consegue, finalmente, conquistar sua casa de alvenaria em Santana, bairro paulistano de classe média baixa. A imprensa cobriu a sua saída do Canindé destacando a reação hostil de alguns moradores, que chegaram a atacar pedras no caminhão de mudança. A escritora temia esse confronto enquanto

escrevia sobre os moradores da favela em seu diário, por mais que carregasse a voz dos seus colegas de sofrimento como denúncia, também utilizou suas palavras como instrumento de defesa e como arma de ataque para os conflitos cotidianos, situação que se agrava quando sai a primeira reportagem de Audálio contendo trechos do diário:

Porque temem que seus atos sejam publicamente expostos, os moradores do Canindé vêem a escrita de Carolina como um perigo iminente. Seguramente para se proteger, a escritora tira proveito desse poder que lhe confere a escrita. Porém o registro do cotidiano terá, ao mesmo tempo, a função de denunciar as injustiças sociais sofridas por todos os miseráveis, da qual a diarista será porta-voz (PERPÉTUA, 2003, p. 75).

Toda essa transformação após a publicação de seus diários em 1960 é registrada nas páginas do livro seguinte *Casa de Alvenaria* (1961), o último editado por Audálio Dantas. Este, que no prefácio desmerece a produção literária da escritora, além de atribuir o seu limite: “Conserve aquela humildade, ou melhor, recupere aquela humildade que você perdeu um pouco – não por sua culpa – no deslumbramento das luzes da cidade. Guarde aquelas ‘poesias’ aqueles ‘contos’ e aqueles ‘romances’ que você escreveu” (DANTAS, 1961, p. 10). Para o repórter, a verdade do seu testemunho era mais forte do que ela podia imaginar, os outros “gêneros literários”, entre aspas como ele ressalva, não eram relevantes. Faz-se importante ressaltar como o direito ao conhecimento e às artes foram sempre negados desde a infância e acompanhou a escritora até sua morte. Note-se, também, que ela sempre resistiu a essas críticas e obstáculos, mantendo a autonomia de suas palavras. Além disso, nesse livro, o repórter destaca a relação conflituosa entre os dois, sendo considerado ora demônio, ora anjo por Carolina, essa tensão estava relacionada com os desejos distintos sobre a sua produção.

A obra também é baseada nos diários de Carolina de Jesus, estruturada pela transição da vida da poetiza, sendo iniciada um pouco antes da publicação do *Quarto de Despejo*, com o dia da assinatura do contrato em 5 de maio de 1960. Percorre a euforia inicial na sala de visitas e tem sua finalização em 21 de maio de 1961, com ela já desiludida e cheia de críticas à sala de estar paulistana. É uma obra muito mais agressiva

Junto com o deslumbramento, são constantes as suas reclamações sobre a falta de tempo devido aos diversos compromissos gerados com a grande repercussão do primeiro livro. A nova dinâmica de celebridade fez com que seu processo criativo passasse por uma obstrução, pois faz diversas viagens por estados brasileiros e também pela América Latina; participa de diversas seções de autógrafos; frequenta os mais importantes salões da elite política brasileira e, com muita frequência, aparece nos jornais, na rádio e na TV. Ela e seus filhos não foram bem recebidos em Santana, sofreram com o racismo e o preconceito por sua vivência na favela.

O incômodo é tanto, que a faz organizar um retiro ao comprar dois lotes de terra em Parelheiros, ao Sul de São Paulo, em 1962 (CASTRO e MACHADO, 2007, p. 89), para a construção de seu sítio, que era almejado desde a infância, quando trabalhava com a família na Fazenda do Lajeado. A escritora se preparava para uma nova vida, estava aprendendo a dirigir carro, sonhava com a tranquilidade rural, alugaria a casa de Santana e se mudaria para escrever e viver em meio a natureza. Mas no final de 1962, ela já vivia uma crise financeira, tinha dificuldades para administrar a porcentagem que recebia dos livros e chegou a pedir dinheiro, para não passar fome no Natal, à família de Audálio Dantas. A relação entre os dois estava cada vez mais conturbada, Carolina desconfiava da verba que lhe era repassada, principalmente por parte dos livros publicados internacionalmente (JESUS, 1996, p. 261). Ainda assim, com a venda dos direitos do filme *Quarto de Despejo*, ela consegue dar início à construção da casa em suas terras no começo de 1963.

Tão intensa quanto o sucesso foi a sua queda. *Casa de Alvenaria* não chegou nem perto das vendas de *Quarto de Despejo*. De acordo com Germana Sousa (2012, p. 16), a escritora se infiltrou na literatura brasileira pela mídia, e foi intensamente consumida por um público ávido por espetáculo, sendo um produto dos veículos de comunicação e das salas de visita. Contudo, após o sucesso de vendas do primeiro livro, ela é rejeitada. “Por quê? Exatamente porque, por meio do ponto de vista de baixo e da linguagem fraturada, Carolina de Jesus problematizava a literatura e, por seu intermédio, também a sociedade, ao apresentar a tensão entre o alto e o baixo, o lixo e o livro, a figura do escritor e a favelada” (SOUSA, 2012, p. 20). Há a necessidade de também considerar que o fato dos diários de Carolina de Jesus terem sido limitados à categoria de documento, testemunho de interesse social, facilitou o seu esquecimento. Sendo relegados ao plano da novidade, eles foram esquecidos e condicionados como produto de uma época (FERNANDEZ, 2019, p. 259).

Carolina de Jesus também não se enquadrava nos estereótipos de mulher negra que o seu editor, a imprensa, a elite intelectual e, até mesmo, algumas organizações negras queriam: “Negra, espera-se que seja humilde, mas não é. Mulher, espera-se que seja submissa, mas não é. [Com pouca escolaridade], espera-se que seja ignorante, mas não é. E não sendo o que se espera dela, é rejeitada como pessoa pela sociedade e incompreendida como escritora” (CASTRO e MACHADO, 2007, p. 39). No plano político, havia uma cobrança de coerência que ela não podia sustentar, a ambiguidade é uma característica muito forte da escritora. Em seus textos e falas podem-se encontrar elogios a Fidel Castro (JESUS, 1961, p. 38) e poemas exaltando os EUA e sua política (JESUS, 2018, p. 107). De acordo com Fernandez (2019, p.

239), a esquerda a considerava de direita ao mesmo tempo que a direita a via como revolucionária, e as tentativas de cooptação são frustradas.

Soma-se a isto, os constantes conflitos entre ela e a mídia. A imprensa frequentemente a ridicularizava pelo seu comportamento “inadequado”, sendo acusada de imitar as classes dominantes no seu modo de vestir e nos locais que frequentava, como restaurantes caros (CASTRO e MACHADO, 2007, p. 76). Aparentemente, se não estivesse com um lenço branco na cabeça e nos becos da favela, sua presença incomodava.

Portanto, passada a agitação em torno do lançamento de *Quarto de Despejo*, Carolina de Jesus passou por um processo de esquecimento. No entanto, ela queria publicar outros gêneros literários:

Ela tentava se firmar como escritora ficcional, leitora de clássicos e criadora de histórias que falavam, entre outros temas, de amor, traição, injustiça, vingança, remorso e verdade, o que estava longe de interessar a um meio desacostumado a dar voz aqueles que desafiavam a ordem estabelecida e procuravam ocupar espaços antes reservados a determinados grupos. (PERES, 2016 p. 91)

Carolina de Jesus ainda consegue publicar, com recursos próprios, mais dois livros: o romance *Pedaços da Fome*, em 1963, e *Provérbios*, talvez no mesmo ano ou no seguinte. Contudo, esses livros são vistos com indiferença, a escritora que deixara a favela do Canindé já não tinha mais espaço na mídia e, tampouco, na literatura.

A fome volta a fazer parte do cotidiano da família, então ela decide alugar a casa de Santana e se mudar para o seu sítio em dezembro de 1963. A ideia era viver o seu sonho de cultivar a própria terra, tirar de lá o seu sustento, e escrever nos gorjeios das aves, viver de acordo com o bucolismo idílico de sua escrita, ter a fartura que teve na fazenda do Lajeado na qual trabalhou quando criança, quando ainda era Bitita. Contudo, essa mudança foi forçada pela dificuldade financeira, a porcentagem dos livros não era capaz de garantir o sustento na cidade, mesmo com o sucesso internacional. A casa estava inacabada, ainda não tinha janelas, nem eletricidade. Pouco tempo depois, o imóvel de Santana teve que ser vendido para terminar as obras da nova morada. Foi difícil para os filhos se adaptarem à nova realidade, sem as comodidades e fartura de Santana, como o rádio e o cinema, José Carlos relutou bastante (JESUS, 1996, p. 283).

Com o início do regime militar no Brasil, as palavras da escritora tornaram-se inadequadas para o cenário político instaurado, a crítica social não tem mais espaço. Embora não tenha sido efetivamente censurada, como em Portugal, durante a ditadura de Salazar (FERNANDEZ, 2019, p. 232), seus textos passaram a ser evitados pelas editoras. Ainda que

seu posicionamento político, muitas vezes, não se aproximasse da argumentação comum da esquerda, que criticava os reformadores que foram silenciados pelo golpe de 1964, “no contexto mental da linha dura do governo militar, Carolina, na segunda metade dos anos 60, foi considerada uma ‘comunista’, pretensa advogada dos grevistas. Isto, mesmo sendo alguém que citava repetidas vezes John F. Kennedy” (LEVINE e MEIHY, 1994, p. 35). Suas palavras, carregadas de ambiguidades, podiam ser perigosas à ordem vigente.

Isolada em seu sítio simples, entre as atividades rurais para garantir a sobrevivência da família, ela fazia aquilo que mais gostava: escrever. Muitas de suas páginas são dedicadas a relembrar sua infância em torno da pequena cidade de Sacramento, estabelecendo diálogos com o seu “eu-menina”, Bitita. Assim, passou a escrever e reescrever a maior parte de suas narrativas e poesias memorialísticas. Nesse contexto, ela reconstrói suas reminiscências de infância à sua maneira, retornando à primeira fase de sua escritura, livre de intervenções e imposições de terceiros (FERNANDEZ, 2019, p. 207).

Em 1972, Carolina de Jesus foi entrevistada em seu sítio pelas jornalistas Clélia Pisa e Maryvonne Lapouge, que vieram de Paris para produzir um livro sobre mulheres brasileiras, mas acabaram produzindo mais de um. A escritora lhes entregou dois cadernos, um continha poesias e uma coleção de narrativas, o outro, nomeado como “Um Brasil para os brasileiros”, trazia 194 páginas de poemas. Todo esse material é marcado por suas memórias, de forma que as narrativas foram editadas como uma autobiografia, sendo publicada apenas em 1982, na França, como *Journal de Bitita*, e, curiosamente, é lançada no Brasil como *Diário de Bitita* em 1986, sendo, portanto, uma obra originalmente traduzida. Também não se trata de um diário, o título é uma estratégia de marketing ao tentar vincular a escritora com o gênero que a consagrou.

Diferente dos outros livros publicados, *Journal de Bitita* é uma obra póstuma. A escritora faleceu em 13 de fevereiro de 1977, vítima de bronquite asmática. Ela deixou um imenso acervo literário inédito que, após anos de esquecimento, vem sendo publicado gradativamente.

2. FONTES E TRAJETÓRIA DOS DOCUMENTOS

Esta parte da pesquisa, além de expor as fontes utilizadas, é dedicada à problematização, trajetória dos textos e quem esteve envolvido nesse processo de arquivamento. O acervo literário de Carolina de Jesus é volumoso e constituído pelas singularidades de sua “poética de resíduos” (FERNANDEZ, 2019) e a preocupação em organizar e microfilmar esse rico material veio não apenas de dentro do Brasil, mas também do exterior.

Os historiadores José Carlos Sebe Bom Meihy e Robert M. Levine foram pesquisadores fundamentais da obra e do acervo de Carolina de Jesus. Meihy, atualmente, é professor aposentado do departamento de história da USP, sendo um dos pioneiros nos estudos de história oral no Brasil. Além disso, parte da sua formação foi nos EUA durante a década de 1960. Enquanto isso, Levine foi um historiador norte-americano brasilianista, que nos primórdios de sua carreira acadêmica estudou o Brasil debruçando-se sobre a política de Getúlio Vargas. Entre os anos de 1964 e 1965, esteve no Rio de Janeiro para realizar sua pesquisa, voltando para o país outras vezes após esse período.

Juntos, eles microfilmaram parte do acervo literário de Carolina Maria de Jesus e publicaram, em 1994, o livro *Cinderela Negra*, uma obra pioneira por fazer uma análise histórica da obra de Carolina Maria de Jesus. O livro tem uma estrutura plural muito interessante que mescla: história oral, através das entrevistas com os familiares e pessoas próximas à escritora, textos até então inéditos, além dos próprios relatos que os autores incluíram relatando como e o porquê se entusiasmaram pela escritora. Esses textos são importantes para refletir sobre as fontes que são utilizadas nesta pesquisa, pois demonstram como os autores foram impactados e como fizeram uso da obra carolineana durante as décadas de 1960 e 1970, com o sucesso de *Quarto de Despejo*. Eles também apontam qual a validade de resgatar a sua obra na década de 1990 – pelo menos no Brasil, uma vez que ela continuava a ser vendida e utilizada nos cursos estadunidenses. Apesar dos textos serem intitulados como “Um olhar norte-americano” e “Um olhar brasileiro” sobre Carolina de Jesus, os dois autores transitaram entre Brasil e Estados Unidos durante a década de 1960 e, dessa forma, ambos fazem suas considerações relacionando as suas experiências nos dois países.

O relato de Levine (1994, p. 199-209) chama bastante atenção pela valorização do *Quarto de Despejo* nos EUA, sendo utilizado constantemente em disciplinas de graduação e pós-graduação não apenas por ele, mas também por outros colegas que ministravam aulas sobre a América Latina durante as décadas de 1960 e 1970. Segundo o autor, o que facilitou a

manutenção do livro nos currículos acadêmicos foi a continuidade de suas vendas nos EUA, diferente de outros títulos latino americanos, e ainda tinha preço acessível.

O autor revela que ficou chocado quando percebeu o desconhecimento e desprestígio da obra quando retorna ao Brasil em 1977, ano da morte da escritora. Também teve dificuldade em compreender a situação de pobreza que ela e a família se encontravam, pois só no território estadunidense, até 1990, a edição de capa dura da sua principal obra tinha vendido mais de 313.000 exemplares e a venda das edições mais baratas seria impossível de calcular. Inclusive, parte de Levine a iniciativa de pesquisar “o que teria acontecido com a história da favelada e com a trajetória de seu livro” (LEVINE e MEIHY, 1994, p. 204). Inicialmente, a ideia era publicar apenas um artigo, não sendo aceita com entusiasmo, num primeiro momento, por Meihy:

Curiosamente, a reação de José Carlos não foi entusiasmada como costumava ser em outros casos. Ele mostrou-se frio, afirmando que o assunto não parecia importante, até porque Carolina não era uma Rigoberta Menchú. Semelhante reação obtive de outras pessoas. Quando questionava os jovens brasileiros que conheci no Brasil e nos Estados Unidos –, a situação era ainda mais alarmante: pouco sabiam dela e muitos nem tinham ouvido falar de sua obra. Enfrentando esta realidade, e com a ajuda de José Carlos, resolvi ir mais longe (LEVINE, 1994, p. 204)

O projeto acabou se expandindo, e o que era para ser um artigo, tornou-se o livro *Cinderela Negra*, publicado em 1994.

Os caminhos que levaram Levine a se interessar pela obra de Carolina de Jesus começam a ser trilhados no Rio de Janeiro entre 1964 e 1965, quando ainda começava sua trajetória acadêmica fazendo sua dissertação sobre Vargas. Mais precisamente, ele ficou chocado com a desigualdade racial brasileira e destaca um episódio: o encontro com um menino negro deficiente que fazia pinturas simples nas ruas da cidade para conseguir algum dinheiro. Tentou, em vão, entre os seus amigos brasileiros de classe média, angariar qualquer tipo de ajuda financeira ou educacional para a criança, que o ignoraram, deixando-o mais perturbado. Essa situação fez com que o autor não só refletisse sobre o racismo e as favelas no Brasil, mas também sobre a questão racial em Long Island ao retornar para seu país, passando a usar o *Quarto de Despejo* como testemunho. Ele não deixa claro se já conhecia a obra da escritora ou se tomou conhecimento no período em que passou no Brasil, mas provavelmente seja o primeiro caso, devido ao sucesso que ela já fazia nos EUA.

Alguns anos mais tarde, o autor volta ao Brasil, reencontra o menino que o comoveu e tenta saber mais sobre ele, sem sucesso. Contudo, o seu interesse pela favela e pelos favelados foi baqueado após um assalto.

Continuava sem saber muito sobre os ‘morros’, a não ser que as favelas cobriam as montanhas do Rio. Uma vez, eu estava andando com um voluntário do Peace Corps² e uma casal brasileiro no Leblon, próximo à favela da Praia do Pinto, quando fomos surpreendidos por um grito: “Isto é um assalto!” Fomos rendidos e fui atingido no rosto com uma coronhada de revólver. Aquilo foi um convite para que eu esquecesse as favelas, e de tal forma a experiência me fez ficar nervoso que durante o resto da minha estadia no Brasil eu andava um pouco mais rápido quando um jovem negro malvestido se aproximava de mim. Minha fascinação por conhecer melhor as favelas e a vida dos favelados foi então sepultada. Por outro lado, mantinha-se meu desapontamento com a falta de interesse dos brasileiros em fazer alguma coisa. Se bem que agora compreendia melhor, pelo meu próprio medo de mais violência, que o problema era tão complexo como desconhecido (LEVINE e MEIHY, 1994, p. 201).

Após o assalto, os corpos negros, como o daquele garoto artista que o comovera, tornaram-se ameaça, sendo criminalizados. Ainda assim, o interesse pela Carolina de Jesus se manteve, e a favela brasileira passou a ser vista apenas nas seguras palavras da escritora. O desapontamento descrito por Levine pode estar ligado com o discurso da “democracia racial” brasileira, que era propagado desde a década de 1930, tendo como base a obra de Casa Grande e Senzala, de Gilberto Freyre, de 1933, que ainda encontrava eco nos EUA. De certa forma, eram recentes as publicações acadêmicas que desmistificavam a igualdade racial no país.

Em 1951, a Unesco financiou uma grande pesquisa sobre a situação racial do Brasil (FERNANDES, 2013). Os motivos para essa empreitada estão ligados à violência em torno das concepções ideológicas e políticas sobre raça, que resultaram em experiências como o nazismo, alarmando para os problemas que se mantinham após a Segunda Guerra, como a segregação racial nos Estados Unidos e na África do Sul, e dos novos conflitos que emergem com a descolonização na África e na Ásia. A instituição sabia da desigualdade social do país, mas ainda assim, via com otimismo a relação racial brasileira devido à influência da obra de Freyre, e um dos seus objetivos era usar o caso brasileiro como propaganda para ser exportado para outros países. A expectativa, portanto, era o desenvolvimento de estudos que valorizassem a mestiçagem e que colocassem em evidência uma harmonia no convívio de diferentes grupos humanos nas sociedades modernas. Contudo, alguns autores escreveram textos que escancaravam o mito da democracia racial, sendo Florestan Fernandes um dos mais emblemáticos, pois contesta a ideia de que não existia problema racial no Brasil.

Tanto a tentativa da ONU em utilizar a sociedade brasileira como símbolo da democracia racial, como a legitimação da sua denúncia como mito, aceita apenas quando parte

² Além da “Aliança para o Progresso”, também foi criado, pelo presidente J. F. Kennedy em 1961, o Peace Corps, ou Corpo da Paz, um serviço de voluntariado para prestar serviços essenciais para países em desenvolvimento.

de intelectuais acadêmicos se manifestam, evidenciam o caráter colonialista e o silenciamento imposto à população negra que, desde o início da República no Brasil, denuncia a desigualdade racial no país através de diversos movimentos políticos, sociais e culturais (DOMINGUES, 2007). Já com o nascimento do regime republicano, ocorreram contestações sobre a problemática racial que emergiu com o novo sistema político, pois não proporcionou relevantes ganhos simbólicos e materiais à população negra, mas sim sua marginalização.

Diante dessa situação, foram criados por libertas(os), ex-escravizadas(os) e seus descendentes dezenas de grupos, grêmios, clubes e associações que conseguiam agregar números expressivos já no começo do século XX. Através da assistência as famílias negras, das ações culturais e até mesmo do lazer, ocorre uma mobilização racial negra no Brasil que é multifacetada. Apesar do termo ‘homens de cor’ acompanhar o título de muitas dessas associações na época, a participação das mulheres negras é ativa e constante, inclusive existiam organizações exclusivamente femininas (DOMINGUES, 2007).

Também é estranha, ou reveladora, a incompreensão de Levine diante da desigualdade racial brasileira, uma vez que ele é natural de um país onde o racismo assola a população negra há séculos. A década de 1960, período em que ele reflete sobre a desigualdade racial no Brasil, é marcada por várias manifestações raciais que impactaram o mundo, não sendo levadas em consideração pelo autor. Nesse período, ocorre o grande movimento dos Direitos Civis que teve forte impacto na população negra brasileira, sendo uma das referências, junto com a libertação dos países africanos, para reestruturação do movimento negro anti-racista, sobretudo, o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR, ou apenas MNU), durante o desmonte promovido pela ditadura militar (GONZALEZ, 2020).

Levine também relaciona as tensões políticas na década de 1960, período que marca uma nova postura diplomática dos EUA com a América Latina, implantada no mandato de John F. Kennedy (1961-1963), com o interesse pela escritora. O autor se refere a conjuntura que resultou na *Aliança para o Progresso*. De acordo com Ribeiro (2006), em meio à Guerra Fria, a relação entre o governo dos EUA, no final da década de 1950, com os outros governos do continente estava instável, em especial com a América do Sul. Um dos exemplos dessa tensão foi a hostilização do vice-presidente Nixon durante uma viagem pela América Latina, sendo recebido com fortes protestos pela população em alguns países. O sentimento antiamericano, até então subestimado, era predominante, estando associado com as mazelas econômicas desses países à exploração e ao descaso da política norte-americana. Em 1959, ocorre a Revolução Cubana, liderada por Fidel Castro e Che Guevara, que inicialmente não foi vista como uma

grande ameaça para os EUA, sendo até reconhecida pelo presidente estadunidense Eisenhower. Contudo, as medidas implantadas na ilha, como reforma agrária e estatização das empresas, acompanhadas de um enérgico discurso de Fidel na ONU, em 1960, criticando a política imperialista norte-americana, e a constante aproximação com a URSS, tornaram Cuba uma grande ameaça política. O que culminou não apenas nos pesados embargos dos EUA à ilha e a tentativa de derrubada do poder instaurado, mas também numa nova postura política sobre todo o continente americano.

Durante o ano de 1961, portanto, entra em cena o “*Alliance for Progress*”, um programa criado por J. F. Kennedy baseado nos teóricos da modernização, que defendiam que os países do chamado Terceiro Mundo estavam destinados às mesmas transformações das sociedades do ocidente industrializado. O que pode ser traduzido como um esforço

para tratar as causas do descontentamento latino-americano, impulsionado pelas forças do nacionalismo e pelo que era conhecido como ‘revolução das aspirações crescentes’. Reconhecia-se que havia um desejo geral de mudança econômica e social nas sociedades locais, que, caso não fosse atendida, poderia aumentar o perigo da difusão do comunismo no continente, como mostrava o exemplo cubano. (RIBEIRO, 2006, p. 157).

Dessa forma, o governo dos EUA cedeu um enorme aporte financeiro aos países americanos como uma forma de manter o seu controle no continente e conter possíveis revoluções.

De acordo com Levine (1994, p. 202), todos os jovens professores estadunidenses discutiam a política da *Aliança para o Progresso*. Isso porque ela teve grande impacto no meio universitário dos EUA, pois o governo financiou diversas pesquisas sobre a América Latina, com destaque para o Brasil, que havia sido a maior referência para os países vizinhos. Tal ato tinha duas finalidades: adquirir mais conhecimento e informações sobre o continente que receberia aporte financeiro em meio às tensões da Guerra Fria; e também dar vazão ao *baby boom*, isto é, gerar emprego para o volumoso crescimento de universitários estadunidenses que se iniciou no fim década de 1940 (MEIHY, 1991, p. 127). Este incentivo resultou na formação de vários especialistas que eram denominados brasilianistas, assim como o próprio Levine.

Se a academia norte-americana foi impactada, o mesmo pode ser dito das universidades brasileiras. Meihy, devido ao seu trajeto profissional vinculado aos Estados Unidos, tem diversos textos publicados sobre o brasilianismo. Em um deles, *Decifra-me ou Devoro-te* (1991), o autor reflete sobre a grande tensão que envolveu os brasilianistas no que diz respeito à validade e aos motivos das suas pesquisas durante as décadas de 1960 e 1970. De forma generalizada, eles eram acusados, salvo poucos nomes, de colaborar com a política imperialista

norte-americana, além da qualidade de suas produções ser contestada. O autor considera que foi estabelecido um discurso nacionalista que não conseguia compreender os brasilianistas, uma vez que se limitava a abordar o conhecimento acadêmico apenas como pressuposto de dominação econômica. Segundo o autor, apesar de comprovada a existência de intelectuais ligados à CIA, isso não pode ser generalizado, afinal, diversos textos não seguiam a lógica governamental de Washington. As poucas obras que eram traduzidas para o português, muitas vezes, não eram lidas por quem criticava os pesquisadores, e a maior parte da produção era voltada para as universidades dos EUA. Ademais, as demandas e as transformações acadêmicas dos EUA não foram levadas em conta.

Se por um lado, o texto de Levine expõe o impacto e o maior reconhecimento da escritora no exterior, em especial nos EUA, por outro, ele carrega alguns problemas sobre como os textos eram lidos, apenas o caráter testemunhal da obra foi valorizado. Em nenhum momento o autor se refere aos outros textos ou questões levantadas por Carolina de Jesus, seu único interesse é a vida na favela. Quando o autor analisa uma imagem da escritora – Levine também se interessava pelas fotografias e queria fazer um ensaio fotográfico, mas o projeto não foi adiante – no viaduto do Chá em São Paulo, fica evidente os limites que ele a enxerga: “Carolina vestida glamorosamente, da mesma forma que suas patroas, em chás e lançamentos de livros, chamou a atenção para o caráter dócil e imitativo da escritora” (LEVINE, 1994, p. 207). Mesmo com o sucesso do livro, mesmo podendo comprar tudo aquilo que lhe faltou, mesmo adentrando nos mais nobres salões de alvenaria do Brasil e do exterior, a escritora ainda era vista como uma subalterna imitando suas “patroas”. Sobre esse trecho, as palavras de Renata Jesus da Costa são fundamentais para compreender o racismo do historiador:

É interessante observar a desafeição do discurso do autor que parece cobrar de Carolina que ela preserve a mesma aparência de quando morava na favela, mesmo agora tendo a oportunidade de vestir-se melhor e andar limpa como ela sempre quis. Esse pensamento, por sua vez, gera a ideia de que roupas distintas, acessórios e elegância não fazem parte do universo a que ela pertence.

Aliás, o pensamento de que as mulheres negras não deveriam ultrapassar suas sinhazinhas em termos de vestimenta e acessórios remonta ao período da escravidão (COSTA, 2007, p. 50).

Vale ressaltar que o autor não menciona, em nenhum momento, as tensões raciais nos EUA, que são marcadas por eventos significativos nas décadas de 1960 e 1970, como significativas para sua aproximação com Carolina Maria de Jesus. Curiosamente, para o brasileiro Meihy (MEIHY, 1994), elas são fundamentais para a sua visão sobre o Brasil e para o seu interesse pela escritora.

Após o golpe militar de 1964, Meihy foi para um intercâmbio nos Estados Unidos, passando pelos estados da Georgia, no Sul, e pelo interior da Pennsylvania. Tal experiência, primeiramente, serviu para acabar com a ilusão da harmonia idílica propagada pelos norte-americanos aos jovens do Brasil, pois estar no Sul estadunidense e acompanhar os acontecimentos dos anos 60 mudou radicalmente a sua visão sobre o país e, conseqüentemente, fez com que ele olhasse para o Brasil de forma diferente:

Guardo ainda na memória a imagem das fotos da marcha dos negros chegando, em 63, com Martin Luther King, a Washington D.C. Igualmente não me saem da cabeça a crítica à Guerra do Vietnã, particularmente uma entrevista que vi, anos mais tarde, quando Cassius Clay falava do abuso do envio de negros àquela guerra.

Ter Presenciado, junto aos negros sulinos, os efeitos da conquista da Lei dos Direitos Cívicos, de agosto de 64, constituiu-se em fato marcante para que eu tecesse elementos de comparação entre as questões dos negros dos dois países. Nos anos seguintes acompanhava curioso a ação dos *Panteras Negras*, que arrebatavam a opinião daqueles que queriam ver paralelizadas as formas de atuação dos negros brasileiros e dos norte-americanos. (MEIHY, 1994, 227-228).

Nesse período, Carolina de Jesus se juntava com o futebol e o samba como uma das referências do Brasil nos EUA, mas o autor já tinha lido *Quarto de Despejo* logo após o seu lançamento em 1960. Meihy pôde acompanhar a ascensão e a queda da, por ele batizada, “cinderela negra”, pôde ver a forma como a escritora foi consumida em um contexto interno de participação democrática e crise política que resultou numa ditadura militar, que foi bem vista e respaldada financeiramente pela *Aliança para o Progresso* (RIBEIRO, 2006, p. 166), num contexto externo de Guerra Fria, conflitos raciais em condições diferentes.

Entre as dúvidas sobre quais seriam as interferências de Audálio Dantas, as críticas à forma apressada que a escritora foi vista como rebelde ou revolucionária, encontraram comparações com a experiência dos negros norte-americanos. Meihy aponta que enquanto ele lia Carolina como uma literatura negra, os estadunidenses a liam como literatura de protesto. O autor percebia mais uma expressão da questão racial nas palavras da escritora, e, após realizar as entrevistas com familiares e pessoas próximas, constata que ela tinha mais preocupações com aspectos raciais do que com a pobreza. Também destaca a sua complicada relação com a favela, principalmente porque “a pouca solidariedade para com os pares de sorte, a quase nula participação nos eventos da comunidade favelada permitia percebê-la como alguém que se refugiava no barraco para escrever e que fazia da sua literatura um mecanismo de fuga” (MEIHY, 1994, p. 229-230).

Pode ser problemático só dar ênfase nos aspectos que distanciam a relação de Carolina de Jesus do restante dos moradores da favela. Como ressaltou a escritora Conceição Evaristo em sua participação na Flup³ (Festa Literária das Periferias), em 2020, da mesma forma que ela se distanciava, em determinados momentos, da comunidade, era ela quem prestava socorro, quando solicitada. No momento em que ocorriam problemas na favela do Canindé, era Carolina de Jesus a pessoa chamada para apartar os conflitos. Ao termo “mecanismo de fuga”, pode ser acrescentado o vocábulo “resistência”, para que seja mais adequado pensar a sua obra. Conforme as palavras de Raffaella Fenandez (2019), ao longo desta pesquisa, a escritura carolineana tem que ser vista de forma ativa, mais do que fugir enquanto escrevia em seu barraco, ela resistia. No momento em que ela passa para as folhas de papel, que cata nas ruas, as suas experiências transmutadas em memórias, além de problematizar, através de uma literatura plural em formas e vozes, da “voz do povo que faltava”, as mazelas sociais por trás do processo modernizador que estava instaurado no Brasil, que assola ela e todos em sua volta, Carolina de Jesus estabelece sentido à sua experiência de vida.

Cinderela Negra (1994) não foi a única publicação dos historiadores, Levine e Meihy também publicaram a coletânea *Meu Estranho Diário* (1996) contendo textos diarísticos com uma separação que corresponde ao período em que esteve na favela, na casa de alvenaria e no sítio. A *Antologia Pessoal* (1996) é organizada apenas por Meihy que, além de trazer poesias da escritora, é composta pelos textos de Marisa Lajolo, Armando Freitas Filho e um texto do próprio organizador.

Meihy e Levine, não se limitaram aos livros, juntos organizaram e microfilmaram parte do acervo literário de Carolina Maria de Jesus, encontrando com Vera Eunice de Jesus Lima, filha da escritora, cerca de 37 cadernos, num total de 4.500 páginas manuscritas. Mas como aponta Fernandez (2019, p. 170), hoje os números dos manuscritos ultrapassam 5.000 folhas, entre cadernos que se tem acesso e outros que não sabemos ao certo onde se encontram.

Foi feito um projeto de edição de parte dos manuscritos e datiloscritos de Carolina de Jesus, na década de 1970, organizada por Meihy e microfilmada em conjunto com Levine, em 1996, através do convênio com a Library of Congress (1ª aquisição). Os originais, referentes à 2ª aquisição, estão disponíveis na Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e na Biblioteca do Congresso, em Washington D.C. Esse dossiê é formado por 11 cadernos, microfilmados em 11 rolos, datados de 1958 a 1963, compondo-se com as seguintes

³ Flup. **Uma revolução Carolina**. Youtube. [2020]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iUohO2MSot8&t=3719s>>. Acesso em: 01 de abr. 2021.

denominações estabelecidas pela Fundação da Biblioteca Nacional (FBN): romances, diários, poesias, provérbios, recortes de jornais, contos e textos autobiográficos, documentos diversos e fotografias (FERNANDEZ, 2019, 170). Após a microfilmagem, esse material foi doado por Vera Eunice para o arquivo público de Sacramento – Minas Gerais, cujo prédio era a antiga cadeia municipal, que foi transformado em museu, sendo intrigante pensar que o local onde Carolina foi presa e torturada, junto a com mãe, hoje abriga parte dos seus manuscritos. Talvez seja uma condição infeliz ter sua obra vinculada a um local que carrega tanta dor em suas memórias. Também é trágico, pois, inicialmente, a escritora retirava do lixo restos de papéis que utilizava para escrever seus textos, parte desse material já se apresentava em grande estado de deterioração, e, infelizmente, continua se perdendo por causa das más condições do arquivo da cidade de Sacramento, material que em grande parte está inédito.

O acervo literário de Carolina de Jesus carrega as singularidades de uma “poética de resíduos” (FERNANDEZ, 2019), sendo muito difícil precisar as datas dos textos, pois a escritora não tinha o hábito de registrar esse dado.

Devido aos esforços da pesquisadora Raffaella Andréa Fernandez, que realizou sua dissertação de mestrado intitulada “Carolina Maria de Jesus, uma poética de resíduos”, na UNESP-Assis em 2006, o Centro de Documentação e Apoio a Pesquisa (CEDAP) da UNESP-Assis contém uma cópia da coleção da FBN. Os textos utilizados como fontes encontram-se na coleção “miscelâneas - parte 2”, presente no rolo de microfilme MS 565 (5). Este, tem em sua constituição narrativas memorialísticas datiloscritas de Carolina de Jesus que remetem à sua infância, são eles:

- A panela
- A árvore do dinheiro
- O Chapéu
- Os Ovos
- O meu primo Adão
- Minha madrinha
- A interferência fatal
- Minha irmã
- O Sócrates Africano
- Narrativa autobiográfica de 47 páginas sem título.

Essas narrativas foram escritas quando a escritora se mudou de Santana, bairro de classe média baixa de São Paulo, para um sítio afastado em Parelheiros, na zona sul de São Paulo, em 1964. Nesse novo espaço que foi nomeado como “sítio Coração de Jesus”, fora dos holofotes e sem o assédio promovido pelo lançamento de *Quarto de Despejo* quatro anos antes, ela passa a escrever e reescrever a maior parte de suas narrativas e poesias que reconstróem suas memórias de infância na cidade de Sacramento-MG. Os manuscritos foram datiloscritos por seus filhos e por um pároco do município (FERNANDEZ, 2019, p. 204). Recentemente, foi publicado *Meu sonho é escrever* (JESUS, 2018), uma coletânea que contém diversos textos, até então inéditos, de Carolina de Jesus, e que contempla os textos datiloscritos. Esta publicação foi de grande ajuda, pois a condição do material microfilmado pela FBN está precária, principalmente a narrativa “Minha madrinha”, portanto, este texto será analisado através do livro.

Além dessas narrativas, também é utilizado como fonte o texto *Minha Vida* (JESUS, 1994), que constitui um dos capítulos do livro *Cinderela Negra* e foi publicado de forma integral, organizado por Meihy e Levine. Esse texto é uma das sete versões do “Prólogo”, texto autobiográfico de abertura do livro de poesia *Cliris* (JESUS, 2019), que Carolina de Jesus não conseguiu publicar em vida, mas que foi publicado recentemente através do esforço de Raffaella Fernandez.

A escritora tinha como hábito reescrever seus textos e podemos listar pelo menos três motivos para isso. Primeiro, existia a necessidade de divulgação da sua produção. Antes do contato com o jornalista Audálio Dantas, Carolina de Jesus já mandava seus textos para diversas editoras e jornais, inclusive estadunidenses, com o intuito de conseguir uma publicação. Segundo, é importante pensar que reescrever os textos, principalmente os memorialísticos, está relacionado com a noção de memória como uma reconstrução constante, estando vinculada com a construção de sua identidade narrativa. Por fim, a reescrita está relacionada à sua escritura autônoma com apenas dois anos de escolaridade, dessa forma, rescrevendo os seus textos, ela os aprimorava, corrigia a sua ortografia e escolhia melhor as palavras. Sua filha, Vera Eunice de Jesus Lima, começou a participar desse aprimoramento conforme foi constituindo sua alfabetização.

Dessa forma, as narrativas presentes nos microfilmes da FBN também são encontradas nos dois cadernos entregues por Carolina de Jesus à jornalista Clélia Pisa, em 1972, que se encontram em posse do Instituto Moreira Sales do Rio de Janeiro (IMS-RJ) desde 2006. O primeiro caderno é intitulado como “Um Brasil para os brasileiros: contos e poesias”, tendo 194

páginas e aparenta ser uma das versões do livro de poesia *Cliris*, logo, contém mais uma das versões do “Prólogo” em sua abertura (FERNANDEZ, 2019, p. 204). O segundo caderno não tem título e é composto por narrativas e poemas, contendo 392 páginas. Parte do conteúdo desse material, as narrativas, que foram moldadas como contos, estruturaram o livro autobiográfico de Carolina de Jesus, publicado por Clélia Pisa, na França, em 1982, intitulado como *Journal de Bitita*. Quatro anos depois, foi realizada, pela editora Nova Fronteira, uma tradução em português, conhecida como *Diário de Bitita* (FERNANDEZ, 2015, p. 193).

Inicialmente, a pesquisa seria baseada apenas na análise desses cadernos entregues por Carolina de Jesus à jornalista Clélia Pisa em 1972, mas não foi liberada a cópia do seu conteúdo por Vera Eunice de Jesus Lima devido aos conflitos autorais com o IMS, ficando disponível apenas as consultas no arquivo. Com esse impedimento pensou-se, num primeiro momento, em usar os datiloscritos microfilmados junto com esses dois cadernos, fazendo algumas visitas ao IMS-RJ. Contudo, com a pandemia de COVID-19, que teve início em 2020, o arquivo foi fechado como medida para conter a disseminação do vírus, o que não tornou possível a utilização dos cadernos, restringindo a pesquisa à utilização dos microfilmes da FBN, do texto *Minha Vida* (JESUS, 1994), e do livro *Meu sonho é escrever* (JESUS, 2018).

O livro *Diário de Bitita* não é utilizado como fonte porque a pesquisa concentrou-se nos datiloscritos, os livros da autora que foram publicados passaram por grande interferência editorial, apenas nas publicações mais recentes que se atentaram a este fator. A análise dos datiloscritos é importante pela necessidade de distinguir o texto e a fabricação do livro. Na passagem do texto para o seu suporte, ocorre a interferência editorial que altera as estratégias de escrita e intenções do autor (CHARTIER, 2002, p. 126). Tal interferência nas obras de Carolina Maria de Jesus é constante, tanto pela sua forma de escrever, como pelo público visado pelas editoras, principalmente no livro *Diário de Bitita* (1986), por ter sido publicado originalmente na França e voltado ao público francês. Para se ter uma noção do impacto dessa intervenção durante o processo de fabricação do livro, destaca-se a alteração do título original, que não era um diário, mas foi assim nomeado por uma estratégia de marketing, e resulta em uma obliteração que torna invisível elementos importantes da literatura carolineana. A escritora nomeou um dos cadernos como “Um Brasil para os brasileiros”, que seria uma referência irônica às ideias políticas de Rui Barbosa, uma vez que suas poesias e narrativas expõem as mazelas da população negra no começo do século XX, ou seja, um Brasil que não serve aos brasileiros (FERNANDEZ, 2019, p. 218). As ideias de Rui Barbosa eram transmitidas para Carolina de Jesus através do avô e das leituras de um oficial de justiça, Manoel Nogueira, de

Sacramento, que lia para a população negra que não fora alfabetizada as notícias dos jornais, sempre ressaltando a importância da alfabetização.

Raffaella Fernandez, em seu texto *Negritude Obliterada nos poemas e nas obras de Carolina Maria de Jesus* (2018), discute os mecanismos de obliteração da temática da negritude na publicação *Antologia pessoal* (1996), organizada por José Carlos Sebe Bom Meihy. A autora entende que essa obliteração está ligada à força transgressora da “palavra NEGRO saída da boca de uma mulher negra emblemática e vivenciadora de uma temática descentrada, e questionadora de uma sociedade branca, a mesma que não aceitou sua voz subversiva, talvez por representar uma ameaça de cunho autoral” (FERNANDEZ, 2018, p. 391).

De acordo com Perpétua (2003), a obra mais reconhecida, *Quarto de Despejo*, de Carolina de Jesus, organizada pelo repórter Audálio Dantas, não corresponde com a intenção da escrita da escritora. O livro nasce entre dois desejos distintos, pois para Audálio Dantas, os diários contribuíam para problematizar as mazelas do discurso desenvolvimentista dos anos de 1950 e 1960. Para Carolina, os diários representavam a possibilidade concreta de sobressair-se culturalmente e o caminho para deixar a miséria da favela do Canindé. Além disso, sabe-se pela

leitura comparada dos manuscritos e de *Quarto de Despejo*, que a manifestação específica desse desejo de Carolina foi praticamente extirpada na editoração, que manteve apenas a referência às quadras, forma poética bastante utilizada por Carolina. Entendemos que foram poupadas dos cortes do editor porque, traduzindo uma expressão poética de origem popular, serão mais um tento a favor da apresentação do diário como retrato da coletividade. Nos manuscritos, obviamente, são encontradas em número e diversidade maiores. As quadras, para Carolina, revelam-se instrumento de crítica aos políticos e de desabafo contra a sua situação de penúria; porém identificamos, também, aquelas em que a temática amorosa remete às cantigas de amor e de amigo (PERPÉTUA, 2003, p. 73).

No fim das contas, são utilizados como fonte: o microfilme “Miscelâneas – Parte 2”, da FBN, que contém as narrativas datiloscritas que remetem à infância de Carolina de Jesus; o livro *Meu sonho é escrever* (JESUS, 2018), para auxiliar na análise desse material que estava em condições precárias quando foi microfilmado; e o texto *Minha Vida*, presente no livro *Cinderela Negra* (LEVINE; MEIHY, 1994), pois contém uma das sete versões da narrativa memorialística *Prólogo*.

Fundação da Biblioteca Nacional (FBN): Microfilme narrativas "Miscelâneas – parte 2"	Livro "Cinderela Negra":	Livro "Meu sonho é escrever"
• A panela • A árvore do dinheiro • O Chapéu • Os Ovos • O meu primo Adão • Minha madrinha • A interferência fatal • Minha irmã • O Sócrates Africano • Narrativa memorialística de 47 páginas sem título.	• Texto <i>Minha Vida</i>: Uma das versões do texto "Prólogo".	• Texto <i>Minha Madrinha</i>

Tabela fontes

3. ESCRIVIVÊNCIA CAROLINEANA: PARA ALÉM DO AUTOBIOGRÁFICO

Considerado o processo criativo de Carolina de Jesus como uma “poética de resíduos”, agora será feito o entrelaçamento com o conceito de “escrevivência”, proposto por Conceição Evaristo, a fim de dar conta do caráter memorialístico da obra. Esse termo é pensado como uma variante do gênero biográfico, sendo essencial para pensarmos as experiências transmutadas em memórias da escritora para além da autobiografia, cujo sujeito hegemônico é a base, através da expressão de vozes femininas negras.

O caráter memorialístico da obra de Carolina de Jesus não se limita aos textos que resultaram na obra *Diário de Bitita*. Ao pesquisar o processo criativo de Carolina Maria de Jesus, Fernandez (2019, p. 265) conclui que sua escritura tem as suas experiências como fio condutor. Além dos diários utilizados pela escritora para compreender e superar carências, os diversos gêneros literários estão atravessados por fragmentos de memória.

O biográfico diz respeito a um universo de gêneros discursivos consagrados que pretende apreender o caráter evanescente da vida “opondo, à repetição cansativa dos dias, aos desfalecimentos da memória, o registro minucioso do acontecer, o relato das vicissitudes ou a nota fulgurante da vivência, capaz de iluminar o instante e a totalidade” (ARFUCHS, 2010, p. 15). Este também é um termo abrangente pois, dentro da esfera do biográfico estão inseridas as biografias, autobiografias, confissões, memórias, diários íntimos, correspondências e testemunhos. Além disso, a autora acrescenta que essa esfera de gêneros não apenas passou por um *boom* e uma consequente valorização nas últimas décadas, como também emergiram novas formas que disputam esse espaço. É o tempo das entrevistas, conversas, testemunhos, histórias de vida e a mídia assumiu um grande destaque através do que a autora nomeia como “variantes do show”: talk show, reality show, e demais variações.

Na década de 1980, o debate em torno do fim da modernidade emerge e traz consigo argumentações sobre o fracasso total, ou em partes, dos ideais da Ilustração, das utopias do universalismo, questionando o entendimento da razão, do saber e da igualdade, atrelados à uma ascensão do progresso humano (ARFUCHS, 2010, p. 17). A concepção de “pós-modernidade” sintetiza essa conjuntura, os “microrrelatos” passam por uma valorização com a necessidade de pluralização de vozes e sua hibridização. Esse deslocamento está ligado com aquilo que Stuart Hall (2005) classifica como descentramento do sujeito. De acordo com o autor, passamos, sobretudo nas últimas décadas do século XX, por um processo de transformação na concepção das identidades. Resultando na fragmentação das paisagens culturais de classe, gênero,

sexualidade, etnia, raça e nacionalidade que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais.

Segundo Gullestad (2005), essa fragmentação na concepção de identidade reflete nas narrativas contemporâneas, expondo um imenso leque de reações, adaptações e resistências específicas à face ocidental da modernidade. O gênero autobiográfico está se efetivando e se transformando por estender-se a novos grupos, novos contextos e novas regiões do mundo como parte das presentes mudanças. Essa extensão pode ser interpretada como a integração de uma luta contemporânea por constelações fundamentadas de significação dentro de processos cada vez mais globais.

A “poética de resíduos” de Carolina de Jesus pode ser entrelaçado com o conceito de escrevivência, cunhado pela escritora Conceição Evaristo, sendo a base de sua obra, e que está intimamente ligado à esta transformação do gênero biográfico. Esse termo é uma forma de expressão da literatura negra contemporânea, partindo do pressuposto que “em sua concepção inicial se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado” (EVARISTO, 2020, p. 30).

É pertinente frisar que estudos nos quais mulheres negras aparecem como sujeitos passam pela deficiência de documentos em que elas narram suas próprias experiências, principalmente pelo fato de a literatura em território brasileiro ter sido uma máquina gerida, por um longo período, quase exclusivamente por homens brancos. A expressão na literatura é importante porque forma modelos morais e sociais, disseminando hábitos formadores, bem como possibilidades futuras de novos modos de ser de uma dada cultura. Desse modo, “focalizar a literatura feminina negra representa a possibilidade de apreender a imagem da mulher negra sob seu próprio olhar” (COSTA, 2007, p. 40).

A potencialidade da escrevivência ocorre pelo fato de carregar uma crítica à característica colonial da modernidade. Mais do que uma necessidade de existência através da escrita, ela nos permite vislumbrar a resistência por trás de um silenciamento de corpos negros. Se a autobiografia é uma das formas mais acabadas de arquivamento do eu, suprimindo uma necessidade de coerência e totalidade, o que acontece se ela é negada às subalternas junto com qualquer outra forma de expressão? Situação que só agrava quando emerge de uma injunção social determinando que quem não escreve, não existe, acompanhada de um rebaixamento da oralidade e consequentemente dos povos em que a palavra falada constitui o cerne do saber. De acordo com Certeau (1998), a prática escriturística assumiu valor mítico nos últimos quatro

séculos, organizando uma ambição Ocidental de fazer sua história e assim fazer história: “O progresso é de tipo escriturístico. De modos os mais diversos, define-se, portanto, pela oralidade (ou como oralidade) aquilo de que uma prática ‘legítima’ – científica, política, escolar etc. – deve distinguir-se. ‘Oral’ é aquilo que não contribui para o progresso” (CERTEAU, 1998, p. 224).

Considerando as palavras de Costa (2007), apesar dessa violência epistêmica, as mulheres negras se expressavam de diversas maneiras pela arte do cotidiano. Ainda que não tivessem acesso à alfabetização, conseguiram deixar registrados sua própria experiência e seus saberes.

Sem dúvida, nossas avós e mães não eram santas, mas *artistas*, arrastadas para uma loucura entorpecida e sangrenta pelas fontes da criatividade nelas existentes e para as quais não havia escapatória! Sua arte não foi traduzida em poemas, músicas ou danças, mas na arte diária do cozinhar, do costurar, do bordar e de plantar jardins, que enfeitaram nossa infância e embelezaram nossas vidas (COSTA apud THEODORO, 1996:119).

Evaristo descreve uma dessas cenas do cotidiano que talvez tenha sido sua primeira relação com a grafia, que se dá através de um gesto de sua mãe, ato de desespero, de uma mulher negra lavadeira, impossibilitada de terminar o serviço devido às chuvas e clamava pelo sol:

Talvez o primeiro sinal gráfico, que me foi apresentado como escrita, tenha vindo de um gesto antigo de minha mãe. Ancestral, quem sabe? Pois de quem ela teria herdado aquele ensinamento, a não ser dos seus, os mais antigos ainda? Ainda me lembro, o lápis era um graveto, quase sempre em forma de uma forquilha, e o papel era a terra lamacenta, rente as suas pernas abertas. Mãe se abaixava, mas antes cuidadosamente ajuntava e enrolava a saia, para prendê-la entre as coxas e o ventre. E de cócoras, com parte do corpo quase alisando a umidade do chão, ela desenhava um grande sol, cheio de infinitas pernas. Era um gesto solene, que acontecia sempre acompanhado pelo olhar e pela postura cúmplice das filhas, eu e minhas irmãs, todas nós ainda meninas. Era um ritual de uma escrita composta de múltiplos gestos, em que todo corpo dela se movimentava e não só os dedos. E os nossos corpos também, que se deslocavam no espaço acompanhando os passos de mãe em direção à página-chão em que o sol seria escrito. Aquele gesto de movimento-grafia era uma simpatia para chamar o sol. Fazia-se a estrela no chão (EVARISTO, 2007, p. 16).

Entretanto, é do pequeno texto de 1968, um exercício de redação feito quando ainda estava no antigo ginásio, que Conceição Evaristo enxerga o germe da sua escrita confundida com a vida. Intitulado como “Samba Favela”, uma espécie de crônica, retrata o cotidiano da comunidade em que morava, tornando-se mais que mera atividade escolar ao ser publicado no

jornal *O diário Católico de Belo Horizonte* e em uma revista católica do Rio Grande do Sul (EVARISTO, 2017 p. 9). Entretanto, é com o livro *Becos da Memória*, publicado em 2006, que a escritora considera que a ideia de escrevivência foi elaborada de forma mais consistente. Escrito de maneira rápida, entre os anos de 1987 e 1988, em poucos meses pode ficcionalizar as lembranças e os esquecimentos de experiências de seu tempo de menina, construído em torno da personagem Maria-Nova, mesclando, confundido, a identidade da personagem e da narradora. Dessa forma, as histórias das moradoras(es), que são atentamente ouvidas entre os becos e barracos transforma-se em diversas vozes que dão vida a uma favela que está prestes a morrer. Na pluralidade de vivências que permeiam o cotidiano entre becos, entre alegrias e sofrimentos, um sentimento é comum a todos os seus habitantes: a angústia do despejo; os barracos seriam demolidos para a construção de prédios. Trajetórias são habilmente traçadas em meio aos diálogos entre amigos e familiares, sendo associada com o medo do desconhecimento do futuro, do vir a ser. Afinal, mesmo com as dificuldades, o sentimento de pertencimento é exaltado, e se a vida já era dura na favela, como imaginar a reconstrução fora dela?

Ainda que escrevesse durante a valorização da memória, e até mesmo da oralidade que marca os anos 1980 e 1990, ligada ao *boom* biográfico, como já mencionado, *Becos da memória* ficou engavetado por quase vinte anos até a escritora conseguir uma editora para a publicação. Inicialmente, era para ser lançado pela Fundação Palmares/Minc, mas o projeto não foi continuado, provavelmente por falta de verbas. Outras tentativas de publicar a obra foram efetuadas, entretanto todas foram frustradas. A Fundação Palmares demonstrou interesse anos depois na publicação, em nova gestão, e novamente não aconteceu, continuando engavetado. É apenas em 2006, quase 20 anos depois, que o livro vem à tona pela Mazza editora.

Para entendermos essa dificuldade de publicação, deve ser destacado o caráter excludente da literatura hegemônica e seu processo de editoração, que funciona como um mecanismo marcado pelo racismo em sua dimensão institucional:

Como o termo ‘instituição’ implica, o racismo institucional enfatiza que o racismo não é apenas um fenômeno ideológico, mas também institucionalizado. O termo se refere a um padrão de tratamento desigual nas operações cotidianas tais como os sistemas de agendas educativas, mercados de trabalho, justiça criminal, etc. O racismo institucional opera de tal forma que coloca os sujeitos brancos em clara vantagem em relação a outros grupos racializados. (KILOMBA, 2019, p. 77-78).

De acordo com Evaristo (2020), atualmente estão ocorrendo transformações no cenário editorial brasileiro. Após muita luta por reconhecimento, o mercado pôde perceber que existe um público negro leitor. Dessa descoberta, a Flip (Festa Literária Internacional de Parati) assume um papel importante, sobretudo no ano de 2017, cuja presença de escritoras(es) negras(os) foi marcante, tornando-se o evento mais democrático. Vale ressaltar que tal estruturação só foi possível após a manifestação de escritoras negras na feira realizado no ano anterior, com destaque para a carta aberta de Giovana Xavier. Nesse momento, o “mercado livreiro descobriu que há um público negro que lê e que há um público, não somente negro, que lê autoria negra” (EVARISTO, 2020, p. 45). Não apenas descobriram um público amplo para a literatura negra, como também evidenciaram os debates em torno da questão racial que estão mais em pauta, não sendo uma discussão só para negros.

O caráter memorialístico é marcante na literatura negra, sendo uma das bases dos textos de Carolina. Contudo, conforme aponta Fernandez (2019), a escritora se aproxima da autoficção quando não limita suas narrativas à mera evocação nostálgica do passado, contornando o “confronto das matrizes culturais, que estão na base de sua parca formação, *versus* cultura erudita – à qual nunca teve acesso –, valendo-se do que aprendeu nos primeiros anos escolares e, por seu autodidatismo, nas mais variadas leituras” (FERNANDEZ, 2019, p. 286), e nesse ato de resistência, ela consegue resgatar e atualizar a cultura popular e sua história. No entanto, ela não chega a realizar uma autoficção porque não escreve propriamente um romance. Em determinados momentos, também ocorre uma proximidade com a autobiografia ao reconstruir sua trajetória como escritora, mas a literatura carolineana, marcada por rasuras, sendo refratária e difratada, também se afasta dessa classificação. Quando tentamos encaixá-la em um modelo eurocêntrico de biografismo, por mais que façamos associações, o não lugar de Carolina de Jesus continua evidente.

Fernandez (2019, p. 288) defende que, apesar das adjacências com a autobiografia e com a autoficção, Carolina de Jesus sugere uma categoria singular de “autorregistro”, que não pretende ser uma transmissão *ipsis litteris* do real, e que tampouco tenciona elaborar uma história extraordinária na qual a invenção é soberana. É necessário um novo olhar para ler essa “poética de resíduos” que tende a ser nociva para uma linguagem crítica mais tradicionalista, cujos cânones são privilegiados, mas que também se inclina como “um antídoto entusiástico para as aberturas críticas, sobretudo os estudos pós-coloniais, de gênero ou raciais” (FERNANDEZ, 2019, p. 26).

Diante de tal sentença, a escrevivência ganha terreno neste trabalho, podendo suprir essa categoria de “autorregistro” carolineana. Sim, escrevivência, autobiografia e autoficção são noções que estão atravessadas por elementos em comum: a construção de significação máxima em meio às contingências da vida (SILVA, 2012), a busca por um equilíbrio mental estando sujeito às regras sociais nesse processo, e uma escrita baseada nas memórias e seu caráter ficcional (EAKIN, 2018). Além disso, como aponta Arfuchs (2010), ocorre, desde a segunda metade do século XX, um processo de alargamento do espaço biográfico, o que torna a autobiografia mais abrangente.

Entretanto, simplesmente atribuir ao conceito de escrevivência a noção de autobiografia ou autoficção resultaria numa limitação, afinal, por mais que tenham ocorrido transformações, com o passar dos anos, ainda há um *continuum* nessas duas categorias que privilegiam o sujeito hegemônico, sendo este o seu cerne:

O sujeito enunciator, ainda que não racialmente marcado, será sempre um sujeito hegemônico, aquele que, portanto, investirá na narrativa exemplar e diferencial. E esta só tem o valor simbólico que recebe porque assim se comporta: há ali a exiguidade e a originalidade de um lugar de fala único, ou, nas palavras de Deleuze e Guattari: aquela é a literatura dos grandes mestres (SOUZA, 2018, p. 33).

A escrevivência enquanto literatura menor⁴ não tem a pretensão de se constituir como um discurso articulado de um sujeito, mas sim um agenciamento coletivo de enunciação. Em um ambiente não letrado, mas cheio de oralidade, Carolina apodera-se da dinâmica própria do ato de escrever que proporciona ao sujeito da escrita a sua autoinscrição no interior do mundo, ultrapassando os limites da percepção de uma vida. Ao mesmo tempo, ela articula sua voz com as vozes de outras inúmeras mulheres negras “que são, sistematicamente, caladas, minoradas ou estereotipadas” (SOUZA, 2018, p. 37). A gênese dessa escrita está no acúmulo de experiências, preenchidas com as mais diversas histórias contadas por familiares, vizinhas, amigas, onde as alegrias, os desgostos e as interpretações da vida são compartilhadas pela fala, principalmente. “Por isso também busco a primeira narração”, aponta Evaristo, “a que veio antes da escrita. Busco a voz, a fala de quem conta, para se misturar à minha” (2017, p. 11). De natureza igual, Carolina de Jesus compartilha desse resgate em seus textos, marcando-os com uma escrita oralizada que traz falas, sotaques e saberes que permeiam sua “poética de resíduos”, pluralizando vozes na busca de contar a história do “povo que faltava” (FERNANDEZ, 2019,

⁴ “Ao investirem na tarefa de explicar o que seria ‘uma Literatura Menor’, Deleuze e Guattari nos explicam que esta não nasce de uma língua menor, mas do que uma população minoritária pode fazer dentro de uma língua maior” (SOUZA, 2018, p. 2018, p.30).

p. 42). Como quando conta sobre a chegada dos migrantes nordestinos na cidade de Sacramento:

Os nortistas que chegavam iam residir-se no patrimônio. Quando chovia eles ficavam olhando como se fosse o espetáculo mais lindo do mundo. Que olhares tristes. Dava a impressão que eles estavam mortos interiormente. Não choravam. Compreendiam que suas lágrimas não ia servir de intermediária no clima de sua terra. Naquelas trouxinhas eles carregavam panelas, pratos e as redes (FBN MS-565(2), miscelânea, texto sem título).

Embora tenha ocorrido a apropriação da escrita, dos sinais gráficos, por parte dessas escritoras negras, a oralidade em nenhum momento é esquecida (EVARISTO, 2020, p. 30). De fato, ela é a base, é o que possibilita acumular as experiências de forma coletiva e transformadora. Um dos aspectos mais interessantes da escrevivência é a sua função na valorização, senão a sobrevivência, da ancestralidade negra, resgatando as suas narrativas, seus diálogos e, conseqüentemente, seu saber.

E com isso, Evaristo está seguindo o seu projeto literário que não faz questão de separar a escritora da cidadã, pelo contrário, sua linguagem é marcada intensamente pela sua subjetividade, suas experiências:

Para mim, o trabalho com a linguagem caracteriza a obra da autora/autor. Busco muito cuidar desse aspecto por meio da escolha das palavras, do modo de construção frasal, da carga simbólica levada para o texto etc. Esse exercício que faço pretende aproximar o texto o mais possível de uma fala oral. A procura por uma estética que se confunda com a oralidade faz parte de meu projeto literário, que é profundamente marcado pela minha subjetividade forjada ao longo da vida. Quero criar uma literatura a partir de minhas próprias experiências com a linguagem, nucleada pela oralidade, a partir da dinâmica de linguagem do povo. (EVARISTO, 2020, p. 42).

Apesar da pouca escolaridade, a palavra falada sempre esteve presente na vida de Carolina de Jesus. Quando começa a reescrever suas memórias de infância, em meados da década de 1960, a escritora evidencia a importância da oralidade e da memória em seu cotidiano, principalmente através da figura de seu avô materno, Benedito José da Silva. Ele, sem ter sido alfabetizado, através de seus discursos e histórias, exerceu um papel de mentor não só de Carolina, mas também dos outros habitantes de Sacramento, recebendo a alcunha de “Sócrates Africano”. Este foi o título que a escritora escolheu para uma de suas narrativas, expressando a sabedoria do seu ancestral e a comoção da família e de toda a cidade de Sacramento perante a morte do avô:

Quando ele falava, nós ouvia-o com todo respeito, porque, quando ele falava nós aprendia-mos alguma coisa. Ele não falava banalidades. (...) Fiquei feliz em saber que o meu avo morreu ilibado. O seu nome Benedito José da Silva. E tenho orgulho de acrescentar que ele foi, o Sócrates, analfabeto. Era impressionante, a sapiência d'aquele homem. Eu tinha a impressão, que o meu ilustre avo era semelhante a uma fita, unindo a família como se fosse um bouquet de flores (FBN MS-565(2), miscelânea, O Sócrates Africano).

Tudo tem valor coletivo em uma literatura menor, visto que não existem estímulos necessários para que os talentos prosperem nos contextos contra-hegemônicos por causa das condições de vida minadas por limitações que refletem na falta de acesso a bens simbólicos: “o que torna mais fácil formar um escritor branco medíocre do que formar um escritor negro” (SOUZA, 2018, p. 38). Dessa forma, não se trata de uma organização que resulta na criação de mestres, marcantes e únicos, mas sim que gera enunciação coletiva. Muito mais que as dificuldades em torno da publicação em um ambiente hegemônico, o entrecruzamento entre gênero, raça e classe faz emergir especificidades de demandas que são próprias e exclusivas do universo das mulheres negras e pobres, sobretudo, no caráter comunitário de suas escritas.

Para o bem e para o mal, a autoria no contexto minoritário está a reboque da coletividade. Isto, certamente, depõe contra a possibilidade de emparelhar-se com as noções estéticas que regem a literatura hegemônica, mas cria, neste ponto de inflexão, aquilo que chamamos de dicção própria, que se dá não apenas pelo assunto em cena, mas pelo modo como ele se organiza esteticamente (SOUZA, 2018, p. 39).

Entretanto, vale ressaltar que qualidade coletiva da escrevivência não pode ser confundida com experiências homogêneas:

Enquanto temas em comum podem funcionar como elo entre as vidas das mulheres negras, esses temas serão vivenciados de maneiras diferentes por mulheres negras de diferentes classes, idades, regiões e preferências sexuais, bem como por mulheres em configurações históricas diferentes. Portanto não existe uma cultura das mulheres negras que seja homogênea; existem construções sociais das culturas das mulheres negras que juntas formam a sua cultura (COLLINS, 2016, p. 111).

O dicionário, símbolo da norma culta, não é desprezado pelas escritoras, também se constitui como uma poderosa ferramenta para encontrar as “palavras certas” no labor da escrevivência, os vocábulos que não têm tanta frequência no dia a dia, similarmente, compõem o repertório: “gosto muito das formas que os nossos ouvidos consideram erros, mas que estão dicionarizados como formas arcaicas da língua ou como formas populares de pronúncia” (EVARISTO, 2020, p. 42). Da mesma forma, Carolina de Jesus constitui uma forte admiração para com as palavras, ela reserva em “Um Brasil para os brasileiros” o encontro com o seu primeiro dicionário, quando trabalhou em uma clínica como empregada. Em meio às andanças

para encontrar melhores condições de vida e curar a enfermidade que tivera nas pernas, conseguiu emprego na casa de Dr. J. Manso Pereira e de Dra. Mietta Santiago, dessa vez tinha sido mais fácil descobrir o nome dos patrões, pois havia uma placa na entrada.

A casa era numa esquina. No terraço vi várias cadeiras e bancos onde os doentes sentavam. O que será que vou fazer nesta casa. Lavar passar. A mulata indicou-me um quartinho dizendo: - você vai dormir ai. Estava cheio de caixotes – Ageitei os caixotes e coloquei o colchão (FBN MS-565(2), miscelânea, narrativa sem título).

A Favela do Canindé, como podemos perceber, não foi o primeiro quarto de despejo que ela habitou. Após se ajeitar entre as caixas despejadas em seu novo aposento, Carolina de Jesus encontrou um livro que chamou sua atenção: um dicionário, que após algumas folheadas, ela entendeu sua funcionalidade. Embora, pouco tempo mais tarde, narra que acabou sendo presa junto com a mãe, ambas foram acusadas de feitiçaria pela leitura de um suposto livro de São Cipriano. O significado do dicionário, do descobrimento e uso de novas palavras pela escritora está permeado de violência e ignorância.

Embora Carolina de Jesus tenha um forte apreço pelas palavras e pelo dicionário, seu uso pode ser condenado para alguns, ela estaria “imitando” a linguagem culta e, com isso, abalando a estrutura formal da escrita. Contudo, tal noção não apenas limita a sua escrita como também a deturpa. Pensando na escrevivência carolineana através de uma “poética de resíduos”, entendemos que a sua aproximação com a linguagem tida como culta, mais do que uma busca de aprimoramento e legitimação, “no contato com os textos originais compreende-se que o estilo rebuscado, experimentado por Carolina de Jesus, favorece uma criação inusitada que compreende a arte da escrita como conhecimento e beleza” (FERNANDEZ, 2019, p. 37).

Como um processo de escrita que não se pretende inocente, Evaristo optou por elaborar uma linguagem escrita sem verbalizar a dominação, característica esta que muitas vezes aparece vinculada ao ato de escrever: “A palavra domínio, para mim, é uma experiência que não coaduna com a minha subjetividade, não venho de uma experiência de domínio de nada” (EVARISTO, 2020, p. 37). A escolha por construir uma linguagem grafada intrinsecamente à linguagem oral é para trazer a dinâmica das palavras cotidianas, ecoando vozes e experiências que foram silenciadas. Como consequência da projeção da voz feminina negra, a escrevivência é, sobretudo, um processo de escuta que exige empatia: “Embora eu fale muito, gosto muito de ficar assuntando, escutando as vozes, os casos, o cotidiano. E assuntar também pede silêncio. Pede para que você se retire da roda e fique observando o que as pessoas estão falando. Creio que a escrita pede isso” (EVARISTO, 2020, p. 41).

A escrevivência, pois, como dicção própria, não se limita às formas etnocêntricas da autobiografia, autoficção ou escrita de si, a dimensão política e coletiva alcançada por este tipo de enunciação inscreve, a um só tempo, o sujeito enunciador no mundo, como fazem os tipos de narrativas acima listadas, mas os suplanta quando se trata de um ato que nasce de mulheres negras (SOUZA, 2018, p. 40). Estas que historicamente não compartilham dos mesmos espaços culturais das elites, cuja escrita assume um sentido de insubordinação: “que pode se evidenciar, muitas vezes, desde uma escrita que fere “as normas cultas” da língua, caso exemplar o de Carolina Maria de Jesus, como também pela escolha da matéria narrada” (EVARISTO, 2007, p. 21).

No ato de escrever, as escritoras negras não realizam uma sublimação da vida pela escrita, mas sim fazem uma expressão (DELEUZE E GUATTARI, 2003) do que é recalcado pela representação inerente à literatura hegemônica:

Nesta cena, opõem-se as duas noções: expressar e representar, compreendendo a primeira como uma não subordinação à lógica eurocêntrica e hegemônica de mimesis, através da qual a segunda está submetida. Operando para além da relação entre vida e ficção, a expressão alcança elementos, cenas e formas de dizer que a representação guarda no limiar ficção/realidade. (SOUZA, 2019, p. 29).

Na teoria da literatura, quando se estuda escritoras(es) negras(es), há uma constante no que tange desproporção estética entre o que elas(es) constroem e a literatura canônica. A expressão permite a realização da escrevivência como *modus operandi*, cujo crescimento se dá pela composição de uma dicção coletiva. Expressar carrega a compreensão de que estas literaturas estão comprometidas em renunciar o espaço narcísico da literatura para dar espaço ao caráter coletivo de sua fala (SOUZA, 2018, p. 41).

quando lançamos nossos olhares para os espelhos que Oxum e Iemanjá nos oferecem é que alcançamos os sentidos de nossas escritas. No abebé de Oxum, nos descobrimos belas, e contemplamos a nossa própria potência. Encontramos o nosso rosto individual, a nossa subjetividade que as culturas colonizadoras tentaram mutilar, mas ainda conseguimos tocar o nosso próprio rosto. E quando recuperamos a nossa individualidade pelo abebé de Oxum, outro nos é oferecido, o de Iemanjá, para que possamos ver as outras imagens para além de nosso rosto individual. Certeza ganhamos que não somos pessoas sozinhas. Vimos rostos próximos e distantes que são os nossos. O abebé de Iemanjá nos revela a nossa potência coletiva, nos conscientiza de que somos capazes de escrever a nossa história de muitas vozes. E que a nossa imagem, o nosso corpo, é potência para acolhimento de nossos outros corpos (EVARISTO, 2020, p. 39)

Pensado como um fenômeno diaspórico e universal, tem como imagem fundante a subversão da figura da Mãe Preta, aquela que está enraizada na dinâmica da ordem escravocrata, mais especificamente, a essa mulher negra era imposta a função de cuidar da família

colonizadora, sobretudo sua prole. Entre os diversos afazeres das mães pretas nas casas do senhorio, uma tarefa é destacada por Evaristo:

havia o momento em que esse corpo escravizado, cerceado em suas vontades, em sua liberdade de calar, silenciar ou gritar, devia estar em estado de obediência para cumprir mais uma tarefa, a de ‘contar histórias para adormecer os da casa-grande’ (EVARISTO, 2020, p. 30).

A escritora resgata essa imagem extraíndo a importância e habilidade da narrativa entre mulheres negras, que marca intensamente sua memória e história, porque é nela que encontrou a força motriz para expandir a semântica do termo, e mais do que uma expansão, ela realiza uma subversão. Evaristo visa desconstruir o estereótipo da mãe-preta, a figura materna da ama negra bondosa, que deriva da mucama, estando presente em muitos lares do senhorio brasileiro (GONZALEZ, 1984), através da voz e da letra, que outrora estava sob controle de homens e mulheres brancos, e até mesmo das crianças que elas criavam. Rompendo, assim, com a opressão que limita o corpo-voz de mulheres negras desde o período colonial, e que não findou com a abolição. A “mãe preta”, assim como outros estigmas, continuou assolando as mulheres negras, como podemos ver no primeiro capítulo, com as permanências escravistas no ofício de empregada doméstica.

Carolina de Jesus, ao escrever suas palavras através do fio condutor da escrevivência, realiza dois processos de resistência à opressão multifacetada que lhe aflige enquanto mulher, negra e pobre: ela se autodefine e se autoavalia. De acordo com P.H. Collins (2016, p. 102), a autodefinição é uma forma de combater as imagens estereotipadas que são externamente definidas da condição feminina negra, enquanto que a autoavaliação visa enfatizar o conteúdo específico das autodefinições das mulheres negras, realizando a substituição das imagens que são definidas externamente, com as imagens autênticas de mulheres negras. Através desse duplo movimento, se estabelece um processo de valorização da sua condição.

Erguer a voz é característica fundamental na escrevivência e também o título⁵ utilizado por bell hooks (2019) em uma de suas obras. A autora busca problematizar o silenciamento imposto às mulheres negras afro-americanas a partir de suas experiências, refletindo sobre aquilo que era proibido questionar da vida privada e pública sob pena de rigorosas punições quando criança, mas que também pode ter consequências na vida adulta.

⁵ Originalmente: Talking Back: Thinking Feminist, Thinking Black

Erguer a voz está relacionado com a intenção de nivelar uma discussão, questionar a forma como a realidade é construída pela esfera dominante, é tirar a máscara do silenciamento⁶ proveniente da colonização expondo verdades que foram negadas, reprimidas ou que foram mantidas em segredo. Podemos pensar em buscar por reparação, que pode ser significada como uma negociação pelo reconhecimento (KILOMBA, 2019, 46), pela luta dessas escritoras em negociar a sua realidade e não a fantasia da branquitude.

As narrativas e classificações estão num campo de batalha entre indivíduos e grupos, afinal, estamos “enraizados na linguagem, fincados, temos o nosso ser em palavras. A linguagem é também um lugar de luta. O oprimido luta na linguagem para recuperar a si mesmo” (HOOKS, 2019, p.73). As palavras de Carolina de Jesus, não são vazias, elas agem, sendo uma resistência que possibilita, através do ato contínuo de escrever e reescrever, a reconciliação e renovação de sua subjetividade. A narração de sua história de vida é um ato de empoderamento uma vez que, ao escrever, ao construir uma voz, realiza-se uma autotransformação deixando de ser objeto e se transformando em sujeito. (HOOKS, 2019, p. 45).

Ao agenciar a realidade pela mescla entre escrita e vivência, é inevitável lidar com questões em torno do real e do ficcional, de sua interligação, por se tratar de uma ação baseada em torno de experiências convertidas em memória. Esta, mais que um fenômeno individual, é igualmente um fenômeno coletivo permeado de esquecimentos e silenciamentos que devem ser levados em consideração no ato contínuo de sua reconstrução (POLLAK, 1989). Por conseguinte, a ficção na escrivivência é essencial para se lidar com as dificuldades em torno da ideia de unidade narrativa da vida. Evaristo deixa claro que não teme inventar, “já afirmei que invento sim e sem o menor pudor. As histórias são inventadas, mesmo as reais, quando são contadas. Entre o acontecimento e a narração do fato, há um espaço em profundidade, é ali que explode a invenção” (EVARISTO, 2017, p. 11).

Existem ao menos três regras que regem o relato de si: falar a verdade, respeitar a privacidade e mostrar normalidade (EAKIN, 2019, p. 47). Bem como existem punições severas para quem se arrisca a burlá-las: condenações públicas, litígios e até mesmo confinamento institucional. Com a constante abordagem sobre a ficção em sua obra (Evaristo 2007, 2017, 2020), a escritora também se mostra ciente sobre as consequências dessas regras e, mais do que

⁶ Máscara do silenciamento era um objeto de tortura utilizado no regime escravocrata que bloqueava totalmente a boca da população negra escravizada com o intuito de impossibilitar que consumisse o que era produzido nas lavouras (KILOMBA, 2019).

prestar um esclarecimento de sua escrita, ela expõe a fragilidade em fazer uso dicotômico da realidade e ficção quando se trata de marcar o papel com reminiscências.

Para complementar a reflexão, creio que precisar definições pode ser útil. Conforme aponta Silva (2012, p. 51), na contínua busca do sujeito em atribuir uma relação autêntica às suas experiências, a ficção deve ser entendida no sentido etimológico de *fictio*, isto é, criação, diferente da ideia de falseamento. Enquanto a ideia de verdade está atrelada à busca por um máximo de significação. Faz-se necessário entender as tramas que envolvem a narrativa, estando ela subordinada por determinantes interiores e exteriores, individuais e coletivos:

quer pelos temas que levanta ou omite, quer pelas referências nas quais se espelha, estabelece uma nova relação com a verdade, não pela factualidade, mas pelo seu significado. A verdade factual, no sentido de reprodução completa e minuciosa do real, não só é impossível, ao entendermos o texto como uma representação do real moldada pela memória e por diversos condicionamentos como mesmo indesejável (SILVA, 2012, p. 54).

Soma-se a essas questões, quando pensamos na obra de Carolina de Jesus, o caráter de resistência e de urgência da escrevivência atrelados à ideia de autorecuperação definida por bell hooks (2019), quando coloca suas experiências em sua escrita acadêmica, cuja infância se destaca. Hooks se debruça sobre sua vida com o desejo de “matar o eu que eu era, sem realmente ter que morrer” (2019, p. 315). A memória e a escrita seriam as ferramentas dessa empreitada e, reconstruindo sua infância através das reminiscências, ela visava revisitar experiências para se libertar de angústias: “a garota que estava sempre errada, que sempre era castigada”, que provavelmente iria ser internada em uma instituição psiquiátrica por questionar, por ousar ter voz. Angústias essas que a mantinham afastada do presente, existiam fragmentos do passado, a autorecuperação é um esforço da oprimida para produzir consciência dos instrumentos que a exploram e oprimem (HOOKS, 2019, p. 76). Passados os anos e com questões do presente, ela lança um novo olhar sobre essas memórias, o que acabou não resultando na morte do seu eu-menina, mas sim num resgate, não sendo mais vista como um inimigo que deveria ser liquidado para que a mulher pudesse existir: “Recordar era uma parte do ciclo de reconciliação, da junção de fragmentos, ‘os pedacinhos do meu coração’ que a narrativa fez inteiro novamente” (HOOKS, 2019, p. 322).

Tratando-se de uma literatura feminina negra que parte de mulheres que são marcadas pela múltipla opressão de raça, gênero e classe, fora do perfil hegemônico em que a autobiografia se encontra, além do fato de que o material narrado resgata práticas sociais que se apagam cotidianamente: “Capitalismo, mobilidade ascendente, assimilação de outros valores, tudo conduz à rápida desintegração da experiência das pessoas negras ou, em alguns

casos, ao desgaste gradual daquela experiência” (HOOKS, p. 320, p. 2019). O que torna a reflexão da sua infância, bem como de outras escritoras negras, ainda mais importante pelo seu caráter de resistência e expressão.

O papel da infância é caro também para Carolina Maria de Jesus. Este destaque está atrelado à autorecuperação que a escrevivência promove, ocorre um acerto de contas. A escritora, ao expressar o seu eu-menina, o faz sob uma nova ótica, podendo erguer sua voz nesse novo processo. Verifica-se, portanto, uma verdadeira busca pelo conhecimento negado.

4. EXPRESSÃO DE INFÂNCIA NEGADA ATRAVÉS DO DIÁLOGO ENTRE CAROLINA DE JESUS E BITITA.

4.1 CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA NO COMEÇO DO SÉCULO XX E SUA IMPLANTAÇÃO NA LÓGICA DE BRANQUEAMENTO

A infância, enquanto objeto de estudo, é sempre um outro em relação àquele que a nomeia e a estuda. A etimologia da palavra infância explicita esse silêncio, que é construído através dos prefixos e radicais linguísticos “*in* = prefixo que indica negação; *fante*= particípio presente do verbo latino *fari*, que significa *falar, dizer*”, qualidade do *infante*, ou seja, aquele que não fala (LAJOLO, 2003, 229).

Essa ausência de fala ainda permanece com a falta de representações que suportem a pluralidade que envolve o conceito. Segundo Kuhlmann e Fernandes (2004, p. 15), entende-se a infância como a concepção ou a representação que os adultos fazem sobre o período inicial da vida, ou como o próprio período vivido pela criança, o sujeito real que vive essa fase da vida. A palavra infância remete a uma temporalidade da vida humana, no limite do período da palavra inarticulada, que “poderíamos chamar de construção/apropriação de um sistema pessoal de comunicação, de signos e de sinais destinados a fazer-se ouvir. O vocábulo criança, por sua vez, indica uma realidade psicobiológica referenciada ao indivíduo” (KUHLMANN e FERNANDES, 2004, p. 16). Os autores também chamam atenção para a impossibilidade da história da criança ser escrita na primeira pessoa, ela nunca é biógrafa de si própria, ou seja, sempre há a figura de um adulto que organiza e dimensiona a narrativa em torno da infância.

Portanto, é necessário focalizar as maneiras como as experiências da infância são utilizadas como recursos na construção do sujeito, embora as teorias da modernidade estejam geralmente silenciosas a respeito da infância. Percebe-se, assim, o crescente interesse por autobiografias em geral, e pela infância em particular, como uma manifestação elevada na construção de identidade (GULLESTAD, 2005, p. 514).

A diversificação e ampliação de análise que se configurou na historiografia, a partir da segunda metade do século XX, com a chamada *Nouvelle Histoire* (NOVAIS, 2011), abriu e consolidou perspectivas para novos objetos, novos problemas e novas abordagens, incluindo em seus horizontes a representação da infância e suas complexidades culturais, comportamentais e simbólicas, sendo Phillipe Ariès, um dos pioneiros nessa temática, mostrando-a como uma construção social. Em sua principal obra *História Social da Família e da Criança* (1978), o autor transforma a temática da infância com suas teses sobre a

escolarização e a família. A primeira diz respeito às mudanças que ocorreram com a elaboração da escolarização moderna, que passa a formar os futuros adultos dentro das escolas. A segunda aponta as transformações no núcleo familiar, que ganhou novos sentidos com a valorização da vida privada. Portanto, para Ariès, essas transformações teriam resultado na valorização da infância através da consciência da particularidade infantil (ARIÈS, 1978, p. 156).

Diversas foram as representações de infância que perpassaram o final do século XIX e começo do século XX. Algumas disciplinas despertaram mais interesse para com a infância, com destaque para a relação entre a psicologia e a pedagogia, e são destas disciplinas, como aponta Lajolo, as principais concepções do termo:

Primeiro, vendo a criança como um adulto em miniatura; depois, concebendo-a como um ser essencialmente diferente do adulto, depois... Fomos acreditando sucessivamente que a criança é a tabula rasa onde se pode inscrever qualquer coisa, ou que seu modo de ser adulto é predeterminado pela sua carga genética, ou ainda que as crianças do sexo feminino já nascem carentes do pênis que não tem (LAJOLO, 2003, p. 232).

Essas representações estão ligadas à implantação da lógica de modernidade que ocorre no Brasil, acompanhada da necessidade de regulação cultural. Para isso, destacam-se três acontecimentos fundamentais: a extensão dos saberes elementares para toda a população, a produção de saberes racionalizados para interpretar, conhecer e intervir na sociedade e a difusão e universalização de maneiras específicas de tratamento da criança em distinção ao mundo adulto. Veiga (2004, p. 37), baseada nas ideias de Hobsbawm, considera que as relações entre infância e modernidade são estabelecidas no esforço de produção de uma tradição, o ser criança civilizada. Ao compreender a infância como produção sociocultural, entende-se que a possibilidade do aparecimento de uma distinção no tratamento da criança em relação ao mundo adulto esteve ligada à produção de lugares específicos a ela destinado, à formação de novas relações de autoridade e à elaboração de novas formas de comportamento.

A emergência do adulto civilizado é fundamental para demarcar as diferenças geracionais. A infância, portanto, aos poucos, foi se constituindo como um símbolo socializador, tornando-se a referência na ordem geracional, uma vez que a manutenção de uma sociedade civilizada passou a depender da boa educação da criança. Dessa forma, diversas instituições foram gradativamente criadas ou transformadas, viabilizando a infância como uma unidade de tempo geracional. Dessa forma, ocorre

o desenvolvimento dos saberes científicos: o higienismo, a medicina, a psicologia, a eugenia e a pedagogia; o aparecimento de instituições especializadas na infância, com destaque para a escola primária; o desenvolvimento da família nuclear e seu entorno, tais como a intimidade e o

privado, o desenvolvimento de uma nova e cada vez mais abundante materialidade e de hábitos de consumo; a elaboração de novas formas de lazer e comemoração de festividades; as reformas urbanas e previsão ao final do século XIX de construção de parques infantis; a proliferação de muitos equipamentos destinados a criança; a estruturação das leis trabalhistas ao final do século XIX e a regulamentação do trabalho infantil (VEIGA, 2004, p. 67).

Contudo, pensando no contexto brasileiro, salvo às famílias da elite, as teses de Ariés geram estranhamento, servem de inspiração, mas não podem ser guias, afinal, a escolarização e a emergência da vida privada são fenômenos bem mais recentes se compararmos com os países do ocidente. Além disso, o colonialismo aplica outra dinâmica ao Brasil já que, desde o século XIX, a criação de uma identidade nacional estava em pauta. Como uma relação de poder, essa construção tende a introduzir um corte arbitrário na história, tendo como consequência esquecimentos e segmentos sociais silenciados. Entre as variadas vertentes teóricas, havia uma concordância: o Brasil, definitivamente, não era igual aos países europeus ou aos norte-americanos. Porém, quando se tratava de delimitar as proximidades, o que ligava este povo, os problemas apareciam. Podemos considerar as questões da raça e da miscigenação como os principais e, com a virada do século, a população negra que havia sido negligenciada, afinal, poucas linhas foram dedicadas a seu respeito entre os que se debruçaram sobre a identidade brasileira, passa a ser estudada, mas de forma nociva (ORTIZ, 1986).

De acordo com Kuhlmann Jr. (2002, p. 464), a proteção à infância é o motor que, a partir do final do século XIX, impulsiona em todo o mundo ocidental a criação dessas associações e instituições para cuidar da criança. Essa distribuição de competências não é algo estanque e corporativo devido à abrangência de setores sociais que interagem e se dedicam a elaborar propostas para a infância. Segundo o autor, no final do século XIX e começo do século XX, a infância passa a ser uma questão essencial nos discursos sobre a edificação dessa sociedade moderna, sobretudo no que diz respeito à sua educação, configurando-se, portanto, como parte do modelo geral referencial das instituições e da estrutura do Estado para uma nação “avançada”.

Entre 27 de agosto e 4 de setembro de 1922, foi realizado o Congresso Brasileiro de Proteção à Infância (CBPI), em conjunto com o 3º Congresso Americano da Criança (CAC), durante a Exposição Internacional em comemoração ao Centenário da Independência, no Rio de Janeiro. Esses congressos evidenciam a dinâmica em torno da infância no começo do século XX no Brasil, pois o fato de ocorrerem durante a exposição, que pretendia celebrar a nação brasileira como parte do mundo “civilizado”, elucida como diferentes setores sociais envolviam as ideias sobre infância e suas tensões. Dessa forma, em meio a diversos congressos científicos,

artísticos e econômicos, com quase dez mil expositores de quatorze nacionalidades, a infância tinha seu espaço e dialogava com a dinâmica do evento (KUHLAMNN JR., 2002, p. 459).

A educação ganhou um espaço privilegiado no CBPI/3º CAC, sendo um dos núcleos catalizadores das propostas para a infância. Muitas memórias e trabalhos foram escritos sobre a necessidade de alfabetizar o povo brasileiro. Essa carência chegou a ser definida como “a chaga nacional”, uma vez que a “alfabetização através do ensino primário e a sua universalização seria um indicador fundamental para a inclusão da nação brasileira no rol dos países civilizados” (KUHLAMNN JR., 2002, p. 468).

Diante desse contexto, não é de estranhar a defesa da alfabetização que permeia toda a obra de Carolina de Jesus. Quando narra o cotidiano da sua infância em Sacramento-MG, no começo do século XX, ela expõe uma comunidade negra preocupada com a alfabetização dos seus pares e atenta com as discussões políticas do período. A barreira do analfabetismo não foi capaz de conter a tradição oral, pois o periódico *O Estado de São Paulo* era lido com frequência pelo oficial de justiça Manoel Nogueira para a população negra da cidade. De acordo com a escritora, o “homem que falava com o jornal” (FBN MS-565(2), miscelânea, narrativa sem título) era “mulato” e se preocupava com a questão da alfabetização dos negros da cidade, uma vez que a escolarização era precária e a pobreza dificultava a manutenção das crianças na escola. A escritora ressalta a importância dessas leituras não só para ela, que mesmo muito nova marcava presença, mas também para o seu avô, que sempre é lembrado pela sua sabedoria.

É pelas palavras de Manoel Nogueira que Bitita, eu-menina de Carolina de Jesus, estabelece um forte apreço por Rui Barbosa, um dos mais marcantes intelectuais e políticos brasileiros que, desde o final do século XIX, dedicava-se à reforma do ensino brasileiro, sendo uma referência na defesa da instrução pública em todas as suas esferas, do jardim de infância ao ensino superior. Vale ressaltar que ele, devido a sua carreira política e intelectual, aparecia com certa frequência no *O Estado de São Paulo* ainda no século XIX, quando o termo “Província” não havia sido substituído por “Estado” em seu título. Mas é entre os anos de 1909 e 1910 que seu nome e suas ideias saturam as páginas do periódico, afinal, a candidatura de Rui Barbosa à presidência da república, conhecida como Campanha Civilista, foi apoiada pelo jornal. Logo, o seu nome e suas ideias eram constantemente lidos para a escritora em sua infância e, provavelmente, no decorrer de sua vida, pois a figura de Rui Barbosa continuou sendo muito enaltecida com o passar dos anos.

No CBPI/3º CAC também se destacam a higiene e a saúde na infância, muitas vezes ligadas à questão educacional pelo viés da eugenia, que ganhou força e se organizou nas

primeiras décadas do século XX no Brasil. O próprio “pai da eugenia do Brasil”, Renato Kehl, foi convidado a apresentar a memória na seção de Higiene sobre o tema “Da eugenia e o futuro do Brasil”. De acordo com o autor, a política de salvação nacional era a política da eugenia, que se resumia em uma campanha de saneamento e no combate ao analfabetismo e ao pauperismo, para a criação de “uma nacionalidade mais sã, mais vigorosa, mais inteligente, a preservação dos males sociais e políticos que ameaçam nosso povo” (KUHLAMNN JR., 2002, p. 470). Diversos trabalhos fazem coro ao eugenismo, realizando uma mescla entre as ideias de hereditariedade e de valorização da influência do meio. Dessa forma, chega-se à defesa da segregação de setores sociais que não seriam totalmente recuperáveis. As instituições de educação popular, de acordo com o raciocínio, serviriam para garantir apenas a formação de cidadãos de segunda classe, ou seja, as crianças pobres e negras deveriam ficar à distância da riqueza nacional e, para isso, era necessário um sistema de educação segregado. Mas é importante ressaltar que no CBPI/3º CAC não há um pensamento homogêneo, ocorrem debates e tensões. O que se percebe é um pensamento hegemônico, um tom preponderante nos debates que seguia a tendência de distanciamento de uma educação igualitária. Mesmo com a defesa da ampliação da escolaridade sendo um consenso, a educação seria diferente de acordo com a experiência infantil de cada um.

Esse período é marcado pelas políticas de embranquecimento da população, que defendiam o Brasil como “um país de homens brancos, porque é o espírito dos brancos que predomina: as raças negras e índia vão sendo assimiladas, fundindo-se até o desaparecimento completo na apuração dos cruzamentos dos cruzamentos progressivos” (KUHLAMNN JR., 2002, p. 472).

Essa política atinge de forma intensa a sociedade brasileira, o próprio Rui Barbosa tinha uma posição positiva sobre o assunto. De acordo com Maio (2010, p. 74-75), tal posicionamento fica explícito em seu discurso sobre a febre amarela, publicado em 1917, que era favorável às ideias do médico Batista Lacerda, apresentadas no 1º Congresso Universal das Raças, realizado em 1911. Este, em tom otimista, previa uma população predominantemente branca até 2012 no Brasil, já que a miscigenação faria prevalecer a raça superior. O médico acreditava que esse branqueamento ocorreria através de dois movimentos: o primeiro está relacionado com um processo biossocial de miscigenação seletiva, cujo mestiços e negros estão fadados à extinção, pois a “seleção intelectual” ou a “seleção sexual” garantiria o progressivo domínio da raça branca. Já o segundo movimento diz respeito à imigração europeia, o que provocaria alterações

no quadro demográfico, diminuindo o contingente de negros e mestiços. Nas palavras de Rui Barbosa:

a praga amarela, negreira e xenófoba, atacava a existência da nação na sua medula, na seiva regeneratriz do bom sangue ariano, com que a corrente imigratória nos vem depurar as veias da mestiçagem primitiva, e nos dava, aos olhos do mundo civilizado, os ares de um matadouro da raça branca (BARBOSA, 1999, p. 36)

Segundo Martínez-Echazábal (1996, p. 108-110), duas vertentes separavam os cientistas sociais brasileiros dos primeiros anos do segundo milênio. Para a vertente pessimista, a miscigenação era terrivelmente nociva à população, resultando na degradação da sociedade brasileira, uma vez que afetaria a saúde do país e da raça branca com a mistura de raças inferiores, tendo como seu principal locutor Nina Rodrigues. Mas também havia a vertente otimista, defendida por quem via na miscigenação e na educação uma possibilidade de clarear a população brasileira de forma gradativa, seu otimismo estava ligado à possibilidade de se livrar, paulatinamente, da herança negra da sociedade brasileira.

Um dos suportes em que a lógica do branqueamento se destaca é a literatura, no qual são formados modelos morais e sociais, disseminando hábitos formadores, bem como possibilidades futuras de novos modos de ser de uma dada cultura. Em 1928, a obra de maior reconhecimento de Mário de Andrade foi lançada, *Macunaíma*, sendo considerada uma das principais obras do período e um marco para a literatura brasileira.

Macunaíma nasceu negro, “preto retinto e filho do medo da noite”. Depois ele branqueia como muito crioulo que a gente conhece, que, se bobear, quer virar nórdico. É por aí que dá prá gente entender a ideologia do branqueamento, a lógica da dominação que visa a dominação da negra da mediante a internalização e a reprodução dos valores brancos ocidentais (GONZALEZ, 1984, p. 237).

De forma autoritária, uma elite de especialistas se responsabilizava por ordenar a sociedade com a intenção de promover relações sociais de subalternidade, além de preservar as já existentes. Disponibilizando a essas pessoas a função de “interpretar ‘cientificamente’ a nação, o povo brasileiro, as classes, as raças, as crianças, seria possível diagnosticar seus males e prescrever os remédios capazes de curá-los, para usar uma linguagem médica” (KUHLAMNN JR., 2002, p. 473).

Logo, podemos constatar que nesse processo de formação nacional há uma preocupação com a infância, uma vez que a ideia de uma nação brasileira emergente estava atrelada com a formação dos seus novos cidadãos. Contudo, as crianças que representam essa nova república são brancas, seguindo o padrão ocidental. As que não se encaixassem nesse modelo, a maioria

por sinal, seriam um problema momentâneo na ótica otimista, pois ocorreria um embranquecimento gradual pela miscigenação da população.

A combinação entre a escolarização para todos e a socialização universalizada da infância gerou uma criança e uma infância imaginada. Esse imaginário pretendeu desfazer as tensões de classe, raça e da origem étnico-racial: a criança imaginada “é inteligente com potencial para ser bem-sucedida na vida, é branca e bonita e sua condição de perpassada pelo referencial masculino em curso, seja menina, seja menino” (VEIGA, 2004, p. 78).

4.2 EXPRESSÃO DE INFÂNCIA CAROLINEANA E AS REDES DE RELAÇÕES EM TORNO DA SOBREVIVÊNCIA INFANTIL

A escritora revelou, em uma entrevista para o jornal “O Globo”, em 24 de outubro de 1972, que estava preparando um livro sobre sua infância intitulado “Um Brasil para os brasileiros”, e que ainda tinha poucas páginas, queria escrever algo mais leve: “São coisas do meu tempo de menina, lá em Sacramento. Mas esse vai ser um livro humorístico, que quase nada tem de dramático. Fatos pitorescos que eu vivi, lembranças de meu avô – ele punha ordem na casa – de sua morte, a família se dissolvendo”⁷. Inclusive, estava lendo literatura infantil para aguçar a memória (FERNANDEZ, 2019, p. 155). Inicialmente, ela segue esse propósito pelo que pode ser visto nos seus documentos manuscritos e datiloscritos, material que foi editado em parte como contos autobiográficos em *Diário de Bitita* (JESUS, 1986), e como narrativas em *Meu sonho é escrever* (JESUS, 2018). Ela começa seu texto com pequenas histórias, nas quais traz essa mescla de ironia e pitoresco, propondo-se a reconstruir suas memórias a partir do olhar de Bitita, de um ponto de vista infantil, trazendo diálogos com adultos e reflexões carregadas de deslumbres e ingenuidades de alguém que estava conhecendo a vida, sobretudo, suas dificuldades. Contudo, Bitita também se apresenta como ciente das desigualdades sociais, além de ser muito astuta e contestadora.

Assim, na narrativa *Árvore do Dinheiro* (FBN MS-565(2), miscelânea, *Árvore do Dinheiro*), ela narra como foi enganada pelo seu irmão Gerônimo quando ganhou dois mil réis de sua madrinha Mariínha: “Que alegria! Pensei... Com este dinheiro eu vou comprar um vestido. Com Este dinheiro vou comprar cinco kilos de carne para a mamãe fazer bifes”.

⁷ CAROLINA Maria de Jesus prepara um novo livro. **O Globo**. Rio de Janeiro, 24 de out. de 1972. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=197019721024>. Acesso em: 23 de jun. de 2021.

Contudo, ele a recomendou plantar para que crescesse uma árvore de dinheiro, mas não passava de um golpe:

Minha mãe disse:

- Bobinha! Ele te enganou! Ele mentiu. Não existe árvore de dinheiro!

- O que é enganou mamãe?

- O que é mentir mamãe?

O meu irmão sorriu dizendo. Eu desenterrei o seu dinheiro e gastei.

Então eu compreendi o que era mentir e enganar. (FBN MS-565(2), miscelânea, Árvore do Dinheiro),

É provável que a escritora tenha feito uma adaptação da famosa narrativa popular que geralmente acaba com alguém sendo enganado, como o conto de mesmo nome, “Árvore do Dinheiro”, que traz as artimanhas da personagem folclórica Pedro Malasartes, protótipo do malandro e do herói que figura tanto na literatura quanto na oralidade (PEDRA, 2013, p. 5). Ou talvez tenha encontrado outra variante em sua preparação com os livros infantis e tecido à sua bricolagem.

Ao mesmo tempo, escreve a narrativa *A interferência fatal* (FBN MS-565(2), miscelânea, A interferência fatal), que marca explicitamente a ironia e o sarcasmo da escritora para lidar com uma experiência extremamente violenta, num domingo, enquanto caminhava acompanhada de sua mãe e de seu irmão, ainda novos, pelas ruas de Sacramento e presenciam uma briga de casal, era Fidêncio e sua esposa Maria, ambos negros. Bitita já estava farta dessas brigas que ocorriam com frequência, e provavelmente não era a única: “Minha mãe foi separá-los, segurou o homem e a mulher fugiu. Ele segurou a minha mãe e continuou espancando-a, pisou-lhe no rosto. Estava furioso como se fosse um animal ferido. O povo sorria porque a cena foi humorística” (FBN MS-565(2), miscelânea, A interferência fatal). A polícia chegou e tanto a mãe como seu agressor acabaram presos. Na delegacia, enquanto dava sermão no Fidêncio, o delegado descobre que não se tratava de sua esposa, Maria Carolina recebe um pedido de desculpas e acaba com o braço engessado por dois meses. A escritora então finaliza o texto com mais um ensinamento: “Ela não mais interferiu-se nas brigas dos casais, reconhecendo que a interferência pode ser fatal” (FBN MS-565(2), miscelânea, A interferência fatal).

O tom proverbial permeia todas as narrativas e grande parte de seus textos, sendo uma das características mais marcantes da poética residual de Carolina de Jesus, trazendo para a literatura não apenas suas experiências individuais, mas as histórias que eram contadas entre os seus, um saber oralizado. Retornando à entrevista para “O globo”, em 1972, é destacado que ela acreditava no potencial de suas lembranças de infância como exemplos para a gente pobre,

inclusive sua linhagem familiar, pois um fator importantíssimo impulsiona o rememorar de seu tempo de menina: “minha neta nasceu há uma semana, o nome ainda não escolhi. Agora, além de escrever, cuidar do sítio, da criação e do bar, tenho outra função: de avó”⁸.

A experiência infantil, narrada por Carolina de Jesus, fornece uma nova ótica sobre a concepção de infância, colaborando para a questão da pluralidade do termo. Ela se manifesta de diferentes formas na obra da escritora, seja no constante tópico acerca da necessidade da alfabetização como forma de combater as mazelas da população pobre e negra, seja nas reflexões sobre a família, sobretudo dos filhos. Contudo, quando passa a reescrever suas memórias, a infância recebe destaque. No ato de relembrar, é comum a infância se sobressair das demais divisões de tempo estabelecidas, afinal, é um período de muitos acontecimentos e cheio de descobertas, dando a impressão de que a “infância é larga quase sem margens, como um chão que cede a nossos pés e nos dá a sensação de que nossos passos afundam” (BOSI, 1994, p. 45).

A infância sempre figura como um dos recortes temporais mais importantes dos gêneros biográficos, e isso parece não se alterar com a escrevivência carolineana. Diante da autorrecuperação, as experiências infantis tem uma função de “acerto de contas” (GULLESTAD, 2005). Quando adulta, Carolina de Jesus retorna à cidade natal de Sacramento-MG através do ato de rememorar, reconstrói, assim, as dez ruas que definiam a pouca extensão da cidade e, ao percorrê-las, pode revisitar a Igreja que foi batizada e era o centro de todas as confraternizações e dinâmica social sacramentense. Nem todos os prédios traziam boas lembranças, para ser mais preciso, as más prevaleciam, afinal, o medo que assolava a população negra, o racismo, o sexismo e a desigualdade social também emergiram, era preciso estar sempre alerta: “quando ocorria algum roubo na cidade, prendia qualquer preto. – Você é o ladrão!” (FBN MS-565(2), miscelânea, texto sem título).

A narrativa de Carolina de Jesus nos fornece reflexões sobre a construção do sentimento de infância em um segmento social que ainda passa por um processo de visibilidade: a população negra no pós-abolição fora dos centros urbanos que crescia de maneira extraordinária. Nos possibilita entender as contradições por trás do discurso totalizante modernizador no começo do século XX, nos faz pensar no seu alcance e em outros valores e critérios para o sentimento de infância, o que evidencia a necessidade de se pensar a infância de forma plural através de um estudo a partir de um ponto de vista histórico, questionando “as

⁸ CAROLINA Maria de Jesus prepara um novo livro. **O Globo**. Rio de Janeiro, 24 de out. de 1972. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=197019721024>. Acesso em: 23 de jun. de 2021.

noções genéricas e abstratas que a tornam ‘absoluta’, buscando compreender as infâncias de cada momento e lugar, considerando-se o lugar social, a etnia, as relações de gênero, enfim, a criança como sujeito social, cultural e histórico” (JINZENJI e GALVÃO, 2012, p. 12)

A concepção moderna de infância muitas vezes resulta na sua própria negação por parte de grupos subalternos. A ausência de textos nos quais pessoas negras narram sobre a sua experiência infantil torna a história oral uma grande aliada desta pesquisa. Jinzenji e Galvão (2012), ao realizar uma pesquisa com mais de 30 mulheres, negras em sua maioria, de Minas Gerais, optaram por fazer uma mudança conceitual: a palavra infância foi substituída por “tempo de menina”. O motivo foi o estranhamento que a noção de infância gerava nelas, a maioria dizia que não teve infância. Dessa forma, o “não ter tido infância significa que elas não viveram nem a ‘infância rica’ de meados do século XX e nem a ‘infância atual’, das comodidades da vida urbana, da abundância dos bens de consumo e da escolarização universalizada” (JINZENJI; GALVÃO, 2012, p. 27).

Com a utilização do conceito “tempo de menina”, ficou mais evidente para as entrevistadas reconhecer a manifestação de certas qualidades de vida que estão relacionadas com a particularidade infantil. Assim, ocorre um choque entre a ideia moderna de infância delineada “como implicando noções de proteção, amor e jogo em oposição a trabalho duro e sofrimento. Quando a infância é definida em relação a qualidades de vida específicas, ela não é necessariamente limitada à infância como um estágio de vida.” (GULLESTAD, 2005, p. 525).

Apesar disso, Carolina de Jesus expressa a sua infância como um momento de grande alegria e bem-estar. A escritora organiza suas memórias a partir de uma cisão entre infância, momento de ingenuidade e esperança, e vida adulta, período de sofrimento e de capacidade de interpretar a realidade violenta e desigual que a cerca. Como aponta Lajolo (2003, p. 233), a representação quase idílica, livre de conflitos e problemas, da infância, presente no começo do século XX, teve a poesia, principalmente a romântica, como uma de suas principais influências. A autora, para ilustrar essa visão que aparenta ter penetrado muito fundo no imaginário brasileiro, utiliza o poema *Meus oito anos* de Casimiro de Abreu, no qual exalta em seu início: “Oh! Que saudades tenho/ da aurora da minha vida,/ da minha infância querida/ que os anos não trazem mais!/ que amor, que sonhos, que flores./ Naquelas tardes fagueiras/ à sombra das bananeiras,/ debaixo dos laranjais! Como são belos os dias”⁹. Tais versos colaboraram para que a vida no campo fosse interpretada quase como sinônimo de infância feliz em muitas memórias. Uma das dificuldades de se pesquisar Carolina de Jesus é o pouco conhecimento de sua base

⁹ <http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/wk000472.pdf>

literária, que era muito diversa. Contudo, é sabido que Casimiro de Abreu não apenas é uma de suas influências literárias como também foi o primeiro poeta que ela teve contato (FERNANDEZ, 2019, p. 23). Mas essa interação com a interpretação infantil da poesia romântica pode ter acontecido antes, uma vez que elas também figuraram os mais diversos materiais escolares durante o século XX.

Ademais, há um atributo de resgate no ato de relemburar, reconstruindo através da memória pessoas e seus laços afetivos, momentos que marcaram seu “tempo de Bitita”, e que Carolina de Jesus busca recuperar:

“Fiquei surpresa quando a minha mãe começou a me espancar todos os dias. Quando eu não apanhava, sentia falta. Então compreendi que o vovo era o meu defensor. Quando a minha mãe ia me bater, eu segurava as pernas do vovo. Que saudades que senti e o lindo rosto do meu avô voltou na minha mente. Que preto bonito” (FBN MS-565(2), miscelânea, texto sem título).

Ao mesmo tempo, a escritora expressa não apenas a sua infância, mas também a das crianças ao seu redor, de forma dura e amarga, o que expõe uma particularidade infantil que não é homogênea, mas sim multiforme. Ao expor suas experiências pessoais de violência gênero, pobreza e racismo, Carolina, de certa forma, dialoga com outras vertentes da literatura e de relatos orais que foram calados pela representação romantizada, sendo constituídas “quase sempre em scripts que invertem radicalmente a representação idílica da infância casimiriana, substituindo a visão ingênua e idealizada por imagens amargas e duras” (LAJOLO, 2003, p. 233).

Essas imagens de dificuldade ainda estão atreladas às marcas causadas pela escravidão. Quando se trata da população negra escravizada, a criança, na maioria das vezes, se constituía como um fardo. Em 1871, a promulgação da Lei do Ventre Livre aumentou o número de crianças negras abandonadas, 70% delas morriam, o que retrata a ausência do Estado para o trato com a infância. Para genitora escravizada, abandonar sua criança está relacionado com o fato de que a criança só podia ter existência no meio familiar que, de modo geral, sua condição de escrava não podia oferecer (OLIVEIRA, 2001, p. 20).

A mortalidade infantil era abundante ainda no começo do século XX, para as crianças negras, as adversidades são ainda mais severas. Os motivos para a quantidade de mortos estão ligados às doenças, à falta de conhecimento sobre higiene, à falta de amparo social e à alimentação inadequada ou escassa, no caso da população pobre e negra. O começo do século XX é marcado por grandes transformações e conflitos sociais no Brasil ligadas à abolição e à instauração da república. Acompanhando a emergência da industrialização, um enorme contingente de egressos da escravidão; imigrantes, principalmente italianos; e a constante

migração interna, resultaram no crescimento populacional insipiente que tomou conta das principais capitais brasileiras. As péssimas condições de vida da maior parte da população fizeram com que a infância virasse um problema, que o Estado, após protestos e denúncias, deveria mediar devido ao abandono, à criminalidade e à longa e perigosa jornada de trabalho infantil (PASSETTI, 2016).

Portanto, só o ato de nascer e viver por mais de cinco anos já era um ato de resistência. O problema da mortalidade e da dificuldade em criar um filho diante da miséria social das famílias pobres e negras de Sacramento, aparece em diversos trechos dos textos de Carolina de Jesus, mas na narrativa *Minha irmã* (FBN MS-565(2), miscelânea, Minha irmã), ela trata especificamente da situação. Este inicia discorrendo sobre a impossibilidade de Carolina de Jesus e de seu irmão Gerônimo de compreender os problemas familiares que os envolvia, e mescla a narrativa comumente utilizada para preservar a ideia de pureza infantil em relação à sexualidade na reprodução humana com a morte fetal de sua irmã: “Uma manhã nós acordamos com uma novidade em casa. Havia nascido uma menina e esta menina era nossa irmã que a cegonha havia deixado. Só que a menina estava morta em carne viva como se estivesse sido assada” (FBN MS-565(2), miscelânea, Minha irmã). A fatalidade acabou gerando um grande trauma na família e vizinhos:

O meu irmão foi ver a menina e saiu correndo, assustado como se estivesse visto um fantasma. Ele dizia: credo! E cuspiu. Eu também fui ver, porque era muito curiosa e podia até ser classificada de a secretária da curiosidade. E as pessoas que iam visitar a minha mãe e ver a menina saíam vomitando e dizendo: Que coisa horrível! Eu nunca vi coisa igual. É o fim do mundo! E a notícia circulou que a menina havia nascido podre. Minha mãe queixava: que havia lavado muitas roupas pesadas colchas de lã (FBN MS-565(2), miscelânea, Minha irmã).

A última oração desse trecho chama atenção pela dificuldade da mãe da escritora em manter a família sozinha. Mesmo com a gravidez, o trabalho árduo marca presença no seu cotidiano, o repouso não é opção.

Esse texto carrega o tom proverbial que é uma das características da bricolagem discursiva da autora, sendo finalizado com uma reflexão nítida sobre as dores e violências resultantes do contraste social, não ter nascido nessas circunstâncias poderia ser considerado uma benção: “Minha mãe dizia que ela não tinha noção de dor, que os que nascem e morrem sem conhecer as atribulações da vida é que são felizes, que o mundo para uns é semelhante a uma arena: os fortes dominam os fracos... que palavra vida simboliza sofrimento” (FBN MS-565(2), miscelânea, Minha irmã). O desfecho se relaciona com as primeiras linhas da narrativa, quando a autora menciona a ingenuidade da pouca idade: “Meu irmão e eu eramos pequenos.

Não tínhamos o conhecimento para analisar o que é que ia ocorrer nas nossa vida familiar” (FBN MS-565(2), miscelânea, Minha irmã).

A dificuldade em criar os filhos diante de um contexto de extrema pobreza também é destacada na narrativa *A Panela* (FBN MS-565(2), miscelânea, A panela). Carolina de Jesus narra a visita na casa de sua tia Gerônima que residia na roça, e se comove com a desesperadora situação da família. A casa não tinha móveis, dormiam no meio dos capins, e só tinha uma panela para preparar as refeições para um grande número de pessoas: “14 pessoas e a panela. E a pobreza tem várias faces. Tempos depois eu soube que os filhos da minha tia estavam morrendo. Naquele mesmo dia deixamos a casa de minha tia. O local em que eles dormiam não era cama. Era um ninho” (FBN MS-565(2), miscelânea, A panela). A escritora vai além das faces da pobreza e expõe a desigualdade social ao refletir sobre as panelas que apenas lavava na fazenda que trabalhava: “Quando eu vou na fazenda fico olhando as panelas da patroa, parecem pratos. À noite quando durmo, sonho que aquelas são minhas” (FBN MS-565(2), miscelânea, A panela).

A infância em Carolina de Jesus é, em determinados escritos, expressa como um momento de felicidade, principalmente pela ligação com as ideias de ingenuidade e pureza, bem como ao caráter nostálgico de ter consigo, pelo ato de relembrar, aquelas pessoas que lhe dirigiram maior afeto na vida, a mãe e o avô. Entretanto, a escritora, nessas duas narrativas, descreve as dificuldades que ela e as outras crianças da família atravessavam, que eram intimamente ligadas com a sua cor e classe social, gerando grandes obstáculos para poder fazer vingar a prole das famílias negras.

Se em *Minha Irmã* há a conclusão de que ela e o irmão eram muito novos para entender a realidade em que sua família estava inserida, no momento em que ela reconstrói suas lembranças e as transfere para o papel há um retorno a essas experiências transmutadas em memória. Se não pôde erguer a voz quando criança, pôde fazê-lo com a escrevivência sob-o olhar duplo que o passado reconstruído pelo presente habilita através do ato de rememorar. Através dessa dualidade temporal, a escritora pôde estabelecer um diálogo com Bitita, seu eumenina. Os olhares são revisitados, ela busca rever não apenas pelo presente, mas resgatar o olhar infantil. Estabelecer novos olhares resulta em voz e autorecuperação através da escrevivência.

Por meios narrativos são criadas formas para essas experiências, gerando uma curiosa mudança de trajetória, uma vez que as histórias das crianças tendem a ser “histórias sobre como se tornar um adulto (o que sugere que a idade adulta é um mistério), as lembranças da infância,

escritas ou contadas pelos adultos, costumam mostrá-los como lutando para recuperar a sua infância (a infância é um mistério a ser explorado)” (GULLESTAD, 2005, p. 525). A paisagem social da infância se mantém como pano de fundo, sendo revestido de significação posteriormente, com base em circunstâncias. Assim, a escritora pôde com a sua escrita reaver a condição e a transformação de sua vida familiar com uma perspectiva mais clara sobre a infância e a vida.

A figura materna acompanha diversas memórias da escritora, o que pode ser relacionado à presença da mãe na sua infância e juventude e nas diversas andanças entre casas e fazendas. Ela se aproxima de sua mãe mais uma vez, agora através da memória, da reconstrução do seu passado. Inclusive, durante suas andanças, a escritora, volta à Sacramento para permanecer próxima à mãe. Está tentando afastar Carolina da cidade porque o tratamento destinado à população negra era extremamente violento.

Em Minas Gerais, a separação da família foi diferente de outras regiões, sendo mais intensa devido à dinâmica da extração de ouro durante o século XVIII. Enquanto os negros escravizados habitavam ranchos precários até que determinada lavra fosse substituída por outra melhor ou se esgotasse, o restante da população se concentrava em vilas e arraiais. Com frequência, eram obrigados a mudar de local, tendo que abandonar seus familiares e viver por si mesmos. As mulheres negras, livres ou não, residiam na área urbana, em sua maioria, onde vendiam seus produtos para garantir seu ganho. As crianças não só as acompanhavam como também as ajudavam nos serviços, mesmo nas caminhadas distantes para a venda em outras lavras de ouro. Nessa conjectura, a maior parte das crianças estabelecia relações apenas com suas mães e outras mulheres (SCARANO, 2016, p. 110-111).

No começo do século XX, as narrativas de Carolina de Jesus expõem uma dinâmica similar, só que não está ligada à mineração, mas sim aos homens que trabalhavam nas fazendas em torno de Sacramento e que nos fins de semana iam para a cidade, procurando os bares, as festas, as mulheres, sendo fundamentais para sua economia local.

Essa realidade pouco muda após a Abolição. Segundo Mônica Velloso (1990, p. 211), a maioria das mulheres negras que foram entrevistadas em sua pesquisa sobre a associação entre território e identidade cultural no Rio de Janeiro no começo do século XX, confirmou a ideia de “ter que se virar sozinha” enquanto o companheiro ganhava o mundo como “estradeiro”.

A história se repete com a família de Carolina de Jesus em Minas Gerais, que pouco relata sobre o pai. Acredito ser de sua filha, Vera Eunice, a maior descrição sobre ele, expondo como a sua ausência sobrecarregava a avó com a criação da mãe, além de trazer consequências

sociais, que se estendiam para a mãe, pelo fato de se relacionarem enquanto era casada. Contudo não houve nenhuma consequência social para o avô, seja pela ausência paternal, seja pela traição. Continuava a sua vida de andarilho sem restrições, bebendo e fazendo serenatas.

Pelo o que eu ouvi, foi um bohêmio, um daqueles in-cu-rá-veis! Mas a gente não escutava falar tanto dele. Até onde sei, era do tipo que vivia pelas ruas, cantarolando, tocando violão e fazendo versos. Ele era preto, PRETO. Escuro até não poder mais, quase azul como se diz por aí, e muito alto também. Nossa veia artística pode ter vindo dele. Passava a noite inteira pelas ruas, andando de boteco em boteco, bebendo e procurando moças para fazer serenata. Bebia até o sol raiar, não trabalhava, ficava ‘fazendo arte’. Aliás, foi assim que ele conheceu minha avó Maria Carolina: ‘fazendo arte’!

Minha avó, para completar ainda mais a história, era casada com outro. Imagine isso naquela época! Tanto ‘fizeram arte’ que acabou nascendo uma ‘obra-prima’: Carolina, minha mãe. Tudo aconteceu nas primeiras décadas deste século. Se hoje me dia essas ‘transas’ ainda não foram bem aceitas, que pensar daquela época, não? Era um problema do tamanho de um bonde. Minha avó e minha mãe tiveram que pagar por isso, principalmente minha mãe. Meu ‘avô’ continuou na bohemia, farreando, mas minha avó Maria Carolina ficou marcada, e o pessoal lá no interior, gente mais conservadora, nunca esqueceu desta história. Minha avó ficou marcada como se fosse com ferro quente... (LEVINE e MEIHY, 1994, p. 66)

Diante dessa conjuntura, à mulher sempre estava atribuída as maiores responsabilidades e encargos. Mesmo quando a figura do pai habitava no espaço do lar, ela não era muito significativa. Geralmente, era a mulher que mantinha a teia de relações do casal, que caso fosse desmanchada, poderia colocar em risco a própria sobrevivência do homem (VELLOSO, 1990, p. 211).

Nas camadas populares, o modelo burguês de família não se sustenta, no qual cabe à mulher o espaço do lar, a criação dos filhos e a submissão, restando ao homem o trabalho, a subsistência da família e o poder de iniciativa. Por vezes, o casamento “funcionava como um conjunto de entendimentos e ajuda mútua, onde se buscava garantir a própria sobrevivência” (VELLOSO, 1990, p. 212).

As crianças que sobreviviam não ficavam sob cuidado apenas dos pais, elas eram integradas a uma rede de relações sociais, em especial as de tipo parental, na qual a participação de mulheres negras se destaca. De acordo com José Góes e Manolo Florentino (2016, p. 181), essa organização social provém de uma forma de resistência das(os) negras(os) ao regime escravocrata. Durante o século XIX, no sudeste brasileiro, nas propriedades que se mantinham distante do mercado de escravizados por pelo menos vinte anos, o que resultava numa menor transitividade da população negra, estima-se que cerca de 90% da escravaria possuía parentes. Logo, a criança que sobrevivesse seria irmã, prima, sobrinha ou neta de alguém. “Em qualquer

circunstância, porém, teria a criança já uma ‘tia’ ou um ‘tio’, mesmo que não consanguíneos. Um padrinho (e, muito frequentemente, uma madrinha), que com certeza, os pais já lhe haviam providenciado logo no nascimento” (GÓES; FLORENTINO, 2016, p. 181)

Carolina de Jesus nos fornece essa rede em detalhes nas suas memórias de infância, principalmente na participação das madrinhas na narrativa “Minha Madrinha” (JESUS, 2018, p. 36)¹⁰. Ela começa o texto se recordando dos seus seis anos, idade em que só pensava em comida, em “coisas gostosas”, tal pensamento relacionado à pobreza da sua família em Sacramento equivale a sentir vontade: “por vários dias fiquei pensando em bananas fritas com canela”. Jeito curioso de começar um texto sobre uma madrinha, mas cá estamos diante dos esforços da autora em reconstruir os pensamentos de Bitita através do diálogo entre Carolina de Jesus e seu eu-menina. Conforme salienta Gullestad (2005, p. 524), a parte reservada à infância num texto de teor biográfico pode ser lida como um diálogo entre a criança que a autora foi e o adulto que ela é. Narrar sua vida não é apenas o diálogo entre escritor e leitor, mas também entre o narrador e seus eus passados. Consoante a todas as memórias, as de infância não são apenas inerentemente instáveis, como também têm a sua continuidade, o que torna mais interessante pensar no que é lembrado e selecionado como valor de significação numa história de vida.

A escritora descreve o entusiasmo dos preparativos de sua crisma, o vestido de chita que ganhou da madrinha, mesmo que tivesse que usá-lo descalça porque a mãe não pôde comprar um “pé de anjo” para acompanhar. Ela exalta “Como é bom ser criança! Época em que tudo que é novo tem imenso valor para nós” (JESUS, 2018, p. 38).

Mas na ida para igreja os seus pés não precisaram trabalhar, aquela que estava prestes a se tornar sua madrinha fez questão de alugar um carro de praça, 500 réis por pessoa, o que resultou em uma alta despesa de 10 mil réis. Não era pouco dinheiro e Bitita sabia “Eu pensei: Puxa! Ela tem muito dinheiro! Já sou importante! tenho uma madrinha rica” (JESUS, 2018, p. 38). Para termos números para comparações, as empregadas que trabalhavam nas casas da elite de sacramento e das cidades vizinhas eram invejadas por ganharem 40 mil réis, pois era comum o pagamento mensal de apenas 20 mil réis. O evento era grande, apenas do seu carro de praça desembarcaram vinte pessoas, e a igreja estava lotada com os altares cheios de flores rosas. De forma detalhada, a escritora descreve que:

¹⁰ A versão datiloscrita dessa narrativa, presente nos microfilmes do CEDAP-Assis, está em sua maior parte ilegível, contudo, Raffaella Fernandez organizou uma coletânea de textos de Carolina de Jesus, *Meu sonho é escrever* (JESUS, 2018), respeitando a sua “poética de resíduos”. O texto “Minha Madrinha” foi um dos contemplados e será utilizado na análise.

As mulheres da roça estavam na cidade para crismar as crianças, usando vestidos compridos e estampados. Os cabelos eram penteados com coques, ou cachos, ou então tranças com fitas. O Bispo era de Uberaba. Minha madrinha me explicava que o padre batiza e o bispo crisma. As velas estavam acesas. Os que entravam na igreja levavam flores, e a fusão das cores alegrava o templo santo. O perfume do incenso e das flores mesclavam-se. Aquilo para mim era um deslumbramento (JESUS, 2018, p. 38).

Outro elemento que deve ser considerado nesse texto é a valorização da criança durante as cerimônias católicas. Desde o tempo das missões jesuítas, ocorria a valorização e a participação de crianças nas cerimônias e nas festas religiosas, funcionando como uma maneira de atraí-las para o catolicismo. A tradição foi mantida, podendo ser observada depois do período colonial e até mesmo no início da república (SCARANO, 2016, p. 126). Logo, as lembranças relacionadas às festividades constituem um dos raros momentos em que a infância é enaltecida, sobretudo a feminina, sendo protagonista dentro da comunidade. A “participação nas festas religiosas era uma das oportunidades em que meninas e moças podiam ter papel ativo e até mesmo lugar de centralidade nos eventos socialmente valorizados” (JINZENJI e GALVÃO, 2012, p. 21). O que pode ser considerada a principal justificativa para o fato dessa narrativa ser, justamente, a maior exaltação da experiência infantil da autora, sendo representada como a etapa do auge da sua felicidade e da sua boa relação com o mundo:

“Para mim, o mundo consistia em comer, crescer e brincar. Eu pensava: o mundo é gostoso para se viver nele. Eu nunca hei de morrer para não deixar o mundo. O mundo há de ser sempre meu. Se eu morrer, eu não vou ver o sol, não vou ver a lua nem as estrelas. Se eu encontrasse com Deus, ia pedir-lhe: - Deus, dá o mundo pra mim?” (JESUS, 2018, p. 39).

Nas entrevistas feitas por Jinzenji e Galvão (2012, p. 20), as memórias das mulheres negras que tratam das festividades religiosas, na sua época “de menina”, estão sempre acompanhadas de muito entusiasmo e alegria:

Era lindo! Era muito bonito! E ia aquela porção de menina tudo vestida de virgem também, a que já tinha coroado primeiro, pra subir no altar, ficava até embaixo cheio. A que ia coroar ficava atrás da santa, e uma que ia oferecer palma de um lado, a outra, a outra também ia oferecer palma do outro lado, e as outra, tudo que já tinha coroado, ou ia coroar, mas tudo vestida de virgem. Todas vestida, era cor de rosa, azul claro, e branco (Maria, 91 anos)

É necessário frisar que, na maioria das memórias, a religiosidade em si não é o foco das lembranças, mas sim as experiências que apenas eram possíveis por esses rituais: “de usar um vestido novo branquinho, de poder sair de casa à noite, lanchar nas casas dos outros, encontrar e brincar com colegas, aprontar confusões” (JINZENJI e GALVÃO, 2012, p. 21).

Durante a crisma, provavelmente, as crianças quebrassem a segregação de classe e raça presente na igreja de Sacramento, que a escritora descreve ao longo de sua narrativa sem título. Ordinariamente aos domingos

os habitantes da cidade eram obrigados a assistir os ofícios religiosos. A religião predominante era a católica e a espírita. Os católicos eram a maioria. Havia as discriminações. Os pobres assistiam a missa das seis. As madames ricas assistiam a missa das oito. As mocinhas assistiam a missa das dez iam com os namorados. Os pobres ficavam perto da Igreja para ver as mulheres ricas passar usando os seus trajes caríssimos que eram confeccionados em São Paulo na casa Alemã ou Mme. Antonietta (FBN MS-565(2), miscelânea, texto sem título).

Na maioria das vezes, os relatos das mulheres entrevistadas por Jinzenji e Galvão (2012, p. 20) definem esses festejos como momentos nos quais ocorriam a diluição das diferenças sociais e econômicas, a “rotina de trabalhos pesados na roça era esquecida e todos tinham a oportunidade de participar. Auxiliadora (81 anos) afirma que, mesmo sendo pobre, foi sorteada para organizar a festa de Nossa Senhora”.

Sacramento, assim como diversas cidades/vilas pequenas do interior do Brasil, tinha uma dinâmica em volta do catolicismo e o próprio nome da cidade explicita essa relação. A igreja, como de costume, foi uma das primeiras construções da cidade, além de ser umas das únicas formas de lazer da região, suas festas e cerimônias devem ser vistas como bases de diversas formas de relacionamentos, nos quais vínculos são construídos como namoros, compadrios, amizades e influências.

Embora o catolicismo seja predominante, a escritora desenvolveu uma relação intrínseca com o espiritismo durante a vida. Mesmo que o texto sobre a madrinha tenha como principal enredo um sacramento católico, há uma referência à presença do espiritismo na sua infância no momento em que a escritora lembra da mãe, Maria Carolina, que era tolerante com a filha que quando “queria alguma coisa era capaz de chorar dia e noite até conseguir”. Diferente visão tinham as vizinhas: “que negrinha feia. Além de feia, é antipática. Se ela fosse minha filha eu a matava”. Sua mãe sorria e dizia que era preciso ter é um grande estoque de paciência, afinal, “O senhor Euripedes Barsonulfo disse-me que ela é poetisa”. Euripes Barsonulfo é um famoso kardecista, sendo responsável por construir o primeiro colégio brasileiro baseado nas ideias de Alan Kardec em Sacramento, colégio que Carolina de Jesus cursou seus dois anos de ensino primário. Muito importante nessa última citação é a menção da gênese de sua qualidade poética desde criança.

Apesar de dedicar essa narrativa à uma madrinha em especial, ela faz questão de enaltecer a importância das outras: “Quando minha mãe ia trabalhar deixava-me aos cuidados

de minha madrinha, a Siá Maruca. Quando completei sete anos a minha mãe convidou a Dona Matilde para crismar-me” (JESUS, 2018, p. 37). São três madrinhas no total, em outra passagem ela reflete sobre qual seria melhor “fiquei pensando: tenho três madrinhas. A branca era tão boazinha que eu lhe alcunhei de madrinha doce. A Sia Maruca era preta, mas era carinhosa. Penteava e trançava os meus cabelos. A madrinha Matilde, que me crismou, era mulata” (JESUS, 2018, p. 38).

Quando se trata da figura da madrinha, é necessário pensar o que esses sacramentos católicos representaram na vida das famílias negras durante o começo do século XX, período tão próximo à escravidão. A mãe da escritora nos ajuda nessa reflexão: “A minha mãe dizia: Quando a mãe morre, a madrinha é obrigada a criar o afilhado. A madrinha é a segunda mãe. Você não pode xingar as suas madrinhas, você tem que respeitá-las” (JESUS, 2018, p. 38). Mais adiante é ressaltado: “Minha mãe me recomendo ser bem-educada com as minhas madrinhas, que se a mãe mandar o filho ir para os infernos, só a madrinha é quem vai retirar a criança” (JESUS, 2018, p. 39). Carolina de Jesus chega a relatar um caso que os padrinhos acolhem o afilhado. Maria que era filha da Siá Maruca, madrinha de Bitita e companheira do seu avô, tornou-se viúva após seu marido morrer num acidente enquanto trabalhava em uma pedreira. Já no velório, os homens da cidade começaram a lhe assediar, o que só piorou com o passar dos dias.

Para livrar-se dos homens, a Maria teve que arranjar um homem. E decidi casar-se com José de Paula. Mas chorava porque sentia saudades do primeiro esposo. Ela ficou gestante e tuberculosa. Quando o filho nasceu ela morreu. Deixou um filho do primeiro esposo que ficou aos cuidados do padrinho, o senhor Geronimo Gervásio (FBN MS-565(2), miscelânea, texto sem título).

Era uma prática frequente em famílias negras no pós-abolição estabelecer no entorno das crianças outros membros que, normalmente, não tinham ligações consanguíneas com a família. Na maioria das vezes, eram figuras femininas que instituíam certa autoridade sobre a criança, podendo ultrapassar a dos próprios pais. O papel “marcante das avós, tias e madrinhas na história de vida dessas crianças é fato conhecido. Suprindo carências e afetos, abrindo novos canais de sociabilidade” (VELLOSO, 1990, p. 213).

No restante de *Minha Madrinha*, percebemos que as bananas fritas com canela, mais do que uma guloseima infantil para a escritora, remetem à sua nova madrinha, Dona Matilde, devido ao almoço no dia da sua crisma, as memórias também carregam os seus sabores. Mas a relação com ela não durou muito tempo, ocorre uma ruptura. Após a crisma, Bitita foi três manhãs seguidas à sua casa e passou o dia inteiro. No terceiro dia, a madrinha se incomodou com a presença da afilhada, dizendo estar arrependida de crismá-la. A autora revela uma

profunda mágoa, talvez a sua primeira, contrastando com a ideia de alegria infantil mencionada anteriormente: “fui para a casa tristonha. E jurei nunca mais ir na casa de minha madrinha” (JESUS, 2018, p. 40), não foi nem ao seu enterro anos depois. O texto é finalizado contando a curiosa história de Matilde, que economizava o máximo possível e escondia o dinheiro para construir uma casa de alpendre. O destino desse dinheiro foi dado pelo seu marido, que comprou terras.

“Como vê, todos têm um ideal, que é o combustível da alma. Naquele tempo a minha madrinha poderia construir a sua casa com alpendre para ela andar pra lá e pra cá. Quando a minha madrinha Matilde não tinha nada em casa para comer ela pegava um prato vazio, um garfo e ficava de pé na porta principal de sua casa, fingindo que estava comendo e dizendo: - Faço isso para os meus vizinhos ver que eu não passo fome. Porque sempre existe um vizinho de língua grande” (JESUS, 2018, p. 43).

Dois apontamentos podem ser feitos sobre esse trecho: o primeiro diz respeito à constante presença de ensinamentos, característica proverbial da autora. O segundo está atrelado à importância da crisma na comunidade de Sacramento, pois a madrinha não poupou gastos durante a cerimônia, pagando o aluguel do carro de praça, o vestido para Bitita e o almoço em sua casa.

Se recuarmos para o século XIX, percebemos a engenhosidade das escravizadas para estabelecer essas redes de compadrio que se mantiveram com a Abolição. Para Góes e Florentino (2016, p. 182), a adoção dos sacramentos católicos por negras não ocorreu de forma passiva, elas puseram o catolicismo a seu serviço para constituir parentes e famílias entre si e por sobre as fronteiras dos plantéis, estabelecendo meios para uma vida mais cooperativa e comunitária. Assim, O batismo e a irmandade trazem significações que extrapolam a ideia de incorporá-los ao rebanho de um Deus-Pai de filho branco, pois possibilitava refazer a vida através da constituição de uma comunidade africana como não havia na própria África. Portanto, a criança negra mais do que pertencer à uma rede de relações, ela é a própria base dessa rede.

Se os escravos foram bem-sucedidos em bater, torcer, cortar em pedaços, arrastar, moer, espremer e ferver o catolicismo, de modo a reinventar o mundo da maneira possível, imagine-se o que não fizeram com as tradições culturais de que cada um era herdeiro. Às crianças que traziam ao mundo, confiavam este segredo. Não é absurdo, pois, que elas se tornassem os adultos mais sabidos e mais impacientes (GÓES; FLORENTINO, 2016, p. 189-190).

A importância das madrinhas muitas vezes está relacionada com a tarefa solitária da mulher negra na criação dos filhos, isto é, com a constituição da família matrifocal. Essa configuração familiar é intrínseca ao regime escravocrata brasileiro. As famílias negras foram

constantemente obliteradas, a fragmentação era sua principal barreira, pois o tráfico de escravos era alheio a união familiar. Na legislação escravista prevalecia a unidade "mãe-filhos", gerando maior zelo para a permanência dos filhos junto à mãe do que ao pai ou do que com a separação entre os próprios cônjuges (VELLOSO, 1990, p. 211).

CONCLUSÃO

Após esse longo trajeto através das palavras de Carolina Maria de Jesus, com o intuito de analisar sua expressão de infância, podemos levar em conta algumas considerações. Constatou-se a necessidade de entender sua escrita, e essa foi uma das grandes dificuldades para a pesquisa. Essa carência aumentou quando ficou decidido que as fontes não seriam os livros, mas sim as narrativas datiloscritas, nas quais podemos ver uma estrutura muito diferente do material publicado. Como compreender a forma como a escritora tramava seus textos e, mais importante ainda, qual era a função desse ato para sua vida? Afinal, estava diante de um perfil fora de qualquer padrão imposto pela literatura brasileira, uma máquina gerida, quase exclusivamente, por homens brancos, cujos sobrenomes, normalmente, estampam as placas de avenidas e ruas brasileiras, os membros de uma elite nacional.

Bitita, Carolina, mulher, preta, colona, migrante, empregada, escritora, favelada, famosa, esquecida e, cada vez mais, resgatada. Esses vocábulos estão atrelados a sua conturbada trajetória de vida e escrita. A escritora que tirava do lixo da cidade de São Paulo o sustento para sua família e também para seus textos, reciclando o que a sociedade já não considerava próprio para o consumo, metais, livros e papéis, entrelaçando esse material com a oralidade, e os saberes que dela resultam, criando uma literatura através de sua “poética de resíduos” (FERNANDEZ, 2019).

Em meio aos variados textos e gêneros literários que a escritora desenvolveu, podemos ver que as suas experiências transmutadas em memórias são o fio condutor de sua escrita, sua escrevivência. Termo cunhado por Conceição Evaristo, e potencializado quando relacionando com ideias de outras intelectuais e feministas negras, sendo elaborado para compreender a ação de mulheres negras que se apossam da escrita e expressam suas vivências, não apenas de forma singular, como também coletivamente. Expressão que não se prende aos limites do modelo eurocêntrico de autobiografia, por ser a manifestação daquelas que não são contempladas na relação de hegemônica de poder, não verbalizam dominação.

Esse aprofundamento sobre a literatura carolineana é importante porque podemos entender que, apesar da valorização dos seus diários, o acervo de Carolina é incrivelmente variado e excursiona por diversos gêneros literários e não literários nas suas mais de cinco mil folhas, além de não limitar sua veia artística aos textos, ela não só compôs como fez questão de gravar um LP, com uma qualidade musical e de gravação elevadas. Também gostava de fazer suas fantasias de Carnaval, e de forma bem criativa, chegando a utilizar lâmpadas em meio as penas de decoração. Portanto, por mais que o seu valor de testemunho seja exaltado, é

necessário atenção para não limitar e obliterar Carolina através de uma objetificação testemunhal. Para isso é fundamental não menosprezar o seu aspecto literário, valorizando e intercalando também seu processo criativo. É preciso entender essa escritura como essencial para a vida, não só de Carolina, mas também de outras escritoras negras, como Conceição Evaristo. Não é por acaso que o caráter memorialístico da escrevivência, além de estabelecer organização mental para a contingência de suas experiências, tem uma função coletiva ao trazer a voz da população pobre e preta, do povo que faltava. E ao mesmo tempo é uma forma de desmascaramento social e denúncia quando uma subalternizada quebra as barreiras sociais ao escrever.

Outro ponto importante, ao valorizar a especificidade da escrita em Carolina de Jesus, é como ela se transformava com a escrita mediante a ação da autorecuperação promovida pela escrevivência. Nesse quesito podemos ver a expressão de infância de Carolina como elemento crucial para o propósito, a escritora, ao expressar o seu eu-menina, o faz sob uma nova ótica, podendo erguer sua voz nesse novo processo. A infância não está atrelada apenas a uma reconstrução intergeracional do passado, mas também a uma luta para recuperar a si mesmo, de transformar-se em sujeito, promovendo uma reconciliação com as experiências que permaneceram em sua memória, aquelas situações em que não se podia compreender de forma complexa ou que não poderia, naquele momento, manifestar-se.

As memórias de infância de Carolina de Jesus, expressas nas suas narrativas datiloscritas, não se limitam a uma transformação singular, pois também são um fenômeno coletivo. Através da narrativa, ela reconstrói suas vivências na cidade de Sacramento que, em meio as a condição de miséria relacionada as desigualdades sociais, raciais e de gênero, os habitantes perpetuam uma rede de relações elaborada em torno do elo mais fraco dessa situação, as crianças. Uma resistência, majoritariamente feminina e negra, cujas madrinhas são fundamentais para a criação, e até mesmo sobrevivência, de Bitita e outras diversas afilhadas(os) que nasciam na comunidade. Através dessa rede eram criados vínculos entre a população de Sacramento, o que tinha ampliava a importância desses laços era o cenário de intensa migração narrado pela escritora. É importante ressaltar que o material narrado realiza um resgate de práticas sociais que se apagam cotidianamente, tornando a reconstrução narrativa da infância de Carolina, bem como de outras escritoras negras, ainda mais significativa pelo seu caráter de resistência da memória. Esta que é um campo de luta entre os diversos segmentos sociais.

A obra da escritora também colabora para se pensar a infância rememorada de forma plural, fornecendo um novo olhar sobre esse conceito, pois através de uma literatura feminina negra, que parte de mulheres que são marcadas pela múltipla opressão de raça, gênero e classe, é possível obter uma expressão em que essas circunstâncias refletem diretamente na experiência infantil, não se encaixando no padrão estabelecido pela concepção moderna de infância. É possível acrescentar a essa pluralidade, o seu caráter não linear. Existem momentos em que palavras de grande alegria e bem estar prevalecem, em outros, é a miséria e violência que ganham destaque. Carolina de Jesus consegue expressar a sua infância de forma dinâmica.

REFERÊNCIAS

ARFUCH, Leonor. (Auto)biografia, memória e história. **Clepsidra**, n. 1, p. 68-81, março 2014.

_____. **O Espaço Biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Família e da Criança**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1978.

AURELI, W. Carolina Maria, poetiza preta. **Folha da Manhã**, São Paulo, 25 fevereiro 1940.

AVELAR, A. D. S. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. **Dimensões**, v. 24, p. 157-172, 2010.

BARBOSA, Rui. **Osvaldo Cruz**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1999.

BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações**, Londrina, v. 20, n. 2, 2015. ISSN 27-55.

BONDUKI, Nabil. Crise de habitação e a luta pela moradia no pós-guerra. In: KOWARICK, L. **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 95-132.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CASTRO, E. D. M.; MACHADO, M. N. D. M. **Muito bem, Carolina!:** biografia de Carolina Maria de Jesus. Belo Horizonte: C/Arte, 2007.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Alges-Portugal: Difel, 2002.

COLLINS, Patricia. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-127, abril 2016.

COSTA, C. D. L.; ÁVILA, E. Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o "feminismo da diferença". **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 13, n. 3, dez 2005.

COSTA, C. E. C. D. Migrações negras no pós-abolição do sudeste cafeeiro (1888-1940). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 101-126, jan./jun. 2015.

COSTA, Renata Jesus da. **Subjetividades femininas**: mulheres negras sobre o olhar de Carolina Maria de Jesus, Maria Conceição Evaristo e Paulina Chiziane. Dissertação (Mestrado em História Social) Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

DANTAS, A. Casa de Alvenaria: história de uma ascensão social. In: JESUS, C. M. D. **Casa de Alvenaria**: diário de uma ex-favelada. Rio de Janeiro: Paulo Azevedo, 1961. p. 4-10.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Kafka**: para uma literatura menor. Lisboa: Assírio & Alvim, 2003.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**. Niterói, 2007. v. 12. n. 23, pp. 100-122.

EAKIN, Paul J. **Vivendo autobiograficamente**: a construção de nossa identidade narrativa. São Paulo: Letra e voz, 2019.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, M. A. (.). **Representações performáticas brasileiras**: Teorias, práticas e suas interfaces. Belo Horizonte: Mazza, 2007.

_____. **Becos da memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

_____. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. **Escrevivência**: a escrita de nós – reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicações e Arte, 2020, p. 23-46.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global, 2013.

FERNANDEZ, Raffaella A. Negritude obliterada nos poemas e nas obras de Carolina Maria de Jesus. **Estudos linguísticos e literários**, Salvador, p. 381-393, jan/jun 2018.

_____. **A poética de resíduos de Carolina Maria de Jesus**. São Paulo: Aetia, 2019.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São: Editora UNESP, 1991.

GÓES, José; FLORENTINO, Manolo. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: Del Priore, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2016. pp. 177-191.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. **Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos**. Brasília: ANPOCS, 1984. p. 223-244.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar. 2020.

GULLESTAD, M. Infâncias imaginadas: construções do eu e da sociedade nas histórias de vida. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 509-534, 2005.

HALL, S. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HOOKS, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Elefante, 2019.

JESUS, Carolina Maria de. **Meu sonho é escrever. contos inéditos e outros escritos**. São Paulo: Ciclo Contínuo, 2018.

_____. **Casa de Alvenaria**: diário de uma ex-favelada. Rio de Janeiro: Paulo Azevedo, 1961.

_____. **Diário de Bitita**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

_____. Minha Vida. In: LEVINE, R. M.; MEIHY, J. C. S. B. **Cinderela Negra**: a saga de Carolina Maria de Jesus. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994. p. 172-189.

_____. Minha Vida. In: MEIHY, J. C. S. B.; LEVINE, R. **Cinderela negra**: a saga de Carolina Maria de Jesus. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994. p. 172-189.

_____. **Meu estranho diário**. São Paulo: xamã, 1996.

_____. **Quarto de Despejo**: diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

_____. **Cliris**: poemas recolhidos. Rio de Janeiro: Desalinho, Ganesha Cartonera, 2019.

JINZENJI, M. Y.; GALVÃO, A. M. Memórias sobre a infância no meio rural: a escola e os outros espaços de sociabilidade (Minas Gerais — Brasil, 1920-1950). **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 25, n. 2, p. 9-33, 2012.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KUHLAMNN JR., M. circulação das idéias sobre a educação das crianças: Brasil, início do século XX. In: FREITAS, M. C. D.; KUHLMANN JR., M. **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 459-503.

KUHLMANN, M.; FERNANDES, R. Sobre a história da infância. In: FILHO, L. M. D. F. **A infância e sua educação**: Materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 15-35.

LAJOLO, M. Infância de papel e tinta. In: FREITAS, M. C. D. **História social da criança no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 229-250.

LEVINE, R. M. Um olhar norte-americano. In: LEVINE, R. M.; MEIHY, J. C. S. B. **Cinderela Negra**: a saga de Carolina Maria de Jesus. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994. p. 199-209.

LEVINE, R. M.; MEIHY, J. C. S. B. **Cinderela Negra**: a saga de Carolina Maria de Jesus. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

LORIGA, S. **O pequeno x**: da biografia à história. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

MAIO, M. C. Raça, doença e saúde pública no Brasil: um debate sobre o pensamento higienista no Brasil do século XIX. In: MONTEIRO, S.; SANSONE, L. **Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2010. p. 51-81.

MARTÍNEZ-ECHAZÁBAL, L. O culturalismo dos anos 30 no Brasil e na América Latina: deslocamento retórico ou mudança conceitual? In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. **Raça, ciência e sociedade**. São Paulo: Fiocruz/CCBB, 1996. p. 107-124.

MEIHY, J. C. S. B. Decifra-me ou devoro-te: nacionalismo acadêmico X brasilianismo. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 126-143, jul 1991.

_____. Um olhar brasileiro. In: LEVINE, R. M.; MEIHY, J. C. S. B. (.). **Cinderela Negra: a saga de Carolina Maria de Jesus**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994. p. 210-232.

MOREIRA, V. M. L. Os anos JK: industrialização e o modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: NETO, J. F.; DELGADO, L. D. A. N. **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 155-194.

OLIVEIRA, M. G. Para além de uma ilusão: indivíduo, tempo e narrativa biográfica. In: AVELAR, A. D. S.; (ORG.), B. B. S. **O que pode a biografia**. São Paulo: Letra e voz, 2018. p. 59-72.

OLIVEIRA, M. H. P. D. **Lembranças do passado: a infância e adolescência na vida de escritores brasileiros**. Bragança Paulista: EDUSF, 2001.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PASSETTI, E. Crianças carentes e políticas públicas. In: DEL PRIORI, M. **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2016. p. 347-376.

PERES, Elena Pajaro. Carolina Maria de Jesus: insubordinação e ética numa literatura feminina de diáspora. In: Assis, Maria Elisabete Arruda de; Santos, Taís Valente dos. (Org.). **Memória Feminina: mulheres na história, história de mulheres**. 1ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2016, v., p. 89-97.

PERPÉtua, E. D. Aquém do Quarto de despejo: a palavra de Carolina Maria de Jesus nos manuscritos de seu diário. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, n. 22, p. 63-83, jan./jun. 2003.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 3-15, 1989.

RIBEIRO, R. A. A teoria da modernização, a Aliança para o Progresso e as relações Brasil – Estados Unidos. **Perspectivas**, São Paulo, v. 30, p. 151-175, 2006.

SCARANO, J. Crianças esquecidas das Minas Gerais. In: PRIORE, M. D. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2016. p. 107-136.

SILVA, José. C. G. D. Memórias da infância e juventude em Carolina Maria de Jesus. **Ponto-e-Vírgula**, v. 2, p. 97-112, 2007.

SILVA, Wilton C. L. Espelho de palavras: escrita de si, autoetnografia e ego-história. In: AVELAR, A. D. S.; SCHMIDT, B. B. **Grafia da vida**: reflexões e experiências com a escrita biográfica. São Paulo: Letra e Voz, 2012. p. 39-62.

SOUSA, Germana H. P. D. **Carolina Maria de Jesus**: o estranho diário da escritora vira lata. Vinhedo: Horizonte, 2012.

SOUZA, Livia. M. N. Uma reflexão sobre os discursos menores ou A escrevivência como narrativa subalterna. **Crioula**, São Paulo, n. 21, p. 25-43, 2018.

VEIGA, C. G. Infância e modernidade: ações, saberes e sujeitos. In: FARIA FILHO, M. **A infância e sua educação**: materiais, práticas e representações. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 35-82.

VELLOSO, M. P. As tias baianas tomam conta do pedaço: espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 207-228, 1990.